Thiago Brazileiro Vilar Hermont

UMA ANÁLISE MULTIMODAL À LUZ DO MODELO GeM:
Homepages do Ministério da Justiça e do Ministério do Meio Ambiente

Belo Horizonte

Faculdade de Letras – Universidade Federal de Minas Gerais

2014

Thiago Brazileiro Vilar Hermont

UMA ANÁLISE MULTIMODAL À LUZ DO MODELO GeM:
Homepages do Ministério da Justiça e do Ministério do Meio Ambiente

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguagem e Tecnologia.

Orientador (a): Profª Reinildes Dias

Belo Horizonte

2014

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

H556a

Hermont, Thiago Brazileiro Vilar.
Uma análise multimodal à luz do Modelo GeM [manuscrito] : homepages do Ministério da Justiça e do Ministério do Meio Ambiente / Thiago Brazileiro Vilar Hermont. – 2014.
129 f., enc. : il., grafs., tabs., color., p&b.

Orientadora: Reinildes Dias.

Área de concentração: Linguística Aplicada.

Linha de pesquisa: Linguagem e Tecnologia.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 121-123.

Anexos: f. 124-128.

1. Linguística aplicada – Teses. 2. Semiótica – Teses. 3. Sites da web – Teses. 4. Gêneros textuais – Teses. I. Dias, Reinildes. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD : 418

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

FOLHA DE APROVAÇÃO

UMA ANÁLISE MULTIMODAL À LUZ DO MODELO GeM: Homepages do Ministério da Justiça e do Ministério do Meio Ambiente

THIAGO BRAZILEIRO VILAR HERMONT

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Mestre em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, área de concentração LINGÜÍSTICA APLICADA, linha de pesquisa Linguagem e Tecnologia.

Aprovada em 12 de março de 2014, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Reinildes Dias - Orientador
UFMG

Prof(a). Viviane Maria Heberle
UFSC

Prof(a). Fabiana de Menezes Soares
UFMG

Belo Horizonte, 12 de março de 2014.

AGRADECIMENTOS

Muitos são os momentos, oportunidades e pessoas a quem agradecimentos são mais do devidos, mas com sinceridade desejados. Todos em especial merecem meu reconhecimento e cumprimentos por contribuírem para que mais essa etapa de meu contínuo e eterno aprendizado fosse concluída e novos desafios lançados.

Não poderia, porém, deixar de agradecer em especial à Reinildes, pela confiança depositada e que espero tenha feito jus. Obrigado pela paciência, tranquilidade e, acima de tudo, por acreditar em meus planejamentos e me dar a liberdade necessária para criar algo que possa, com certeza, me orgulhar. Espero poder encontrar pessoas como você que conseguem enxergar potenciais e investir nos mesmos. Fabiana, pela parceria de mais de década e por ter, mais uma vez, aberto novas portas de oportunidades futuras. Agradeço também pela confiança depositada e por termos retornado às sendas acadêmicas, mesmo que passando por caminhos, para alguns, tão distintos.

Gostaria também de agradecer aos meus pais e irmã pelo constante companheirismo e por acreditarem profundamente no futuro dos estudos dentro e fora da academia. A certeza de poder contar com pessoas tão queridas é sempre fundamental quando nos deparamos com obstáculos a princípio intransponíveis.

E Mariana, que se vem por último definitivamente não é por importar menos, mas muito mais. Obrigado pela eterna paciência, pelos conselhos e revisões, assim como pelo carinho e compreensão durante os momentos mais árduos e também mais agradáveis de todo esse percurso. Espero poder compensar pelo seu eterno suporte, amor e confiança durante os períodos em que longamente tive que me ausentar na frente de um computador.

A todos, meus mais sinceros agradecimentos.

A single dream is more powerful than a thousand realities

N.H.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivos principais analisar as páginas iniciais – homepages – dos portais eletrônicos do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Justiça do Brasil, analisando como a linguagem é apresentada nestes ambientes digitais, levando-se em conta os princípios da multimodalidade e da semiótica social. Para tanto, fundamentamos a análise nos estudos realizados pela Linguística Sistêmico-Funcional, pela Gramática Visual e pelo Modelo GeM – *Genre and Multimodality*. Os dois primeiros arcabouços teóricos consubstanciam a fundamentação por trás da investigação das páginas iniciais dos portais em questão, enquanto o Modelo GeM traz consigo uma maior aplicabilidade de análise das páginas iniciais, notadamente por meio de suas camadas base e de *layout*. Dessa forma, detalhamos os componentes mínimos básicos e de *layout* que formam as homepages, salientando a relação que os mesmos definem junto à noção de multimodalidade. Procuramos, dessa maneira, responder quais são os elementos presentes nas páginas oficiais dos Ministérios, as semelhanças e diferenças entre eles, e a forma como a estrutura básica e de *layout* do Modelo GeM contribui para um maior grau de modalidade na linguagem expressa nesses sites governamentais. Com base nos dados coletados e nas análises feitas, foi possível constatar que os ambientes on-line investigados possuem uma linguagem notadamente multimodal, estando em sintonia com as necessidades atuais de se alinhar a prática social com a pluralidade de modos semióticos, garantindo, consequentemente, uma maior acessibilidade por parte dos brasileiros aos conteúdos oficiais divulgados pelo governo.

Palavras-chave: multimodalidade; acesso à justiça social; Modelo GeM; semiótica social, gramática visual; homepages ministeriais.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the homepages from the Ministry of Environment and the Ministry of Justice in Brazil by investigating how language is presented in the aforementioned digital pages. To do so, the investigation relies on the principles of multimodality and social semiotics and, therefore, on the studies carried out by the Systemic-Functional Linguistics Theory, the Grammar of Visual Design and the GeM Model – *Genre and Multimodality*. Whereas the first two theoretical foundations underlie the investigation related to the analyses of the two homepages, the GeM Model introduces a more practical approach towards the documents under examination – mainly via its layout and base layers. In this way, the minimal basic and layout units from the homepages are detailed thus highlighting their relation with the notion of multimodality. The research intends to demonstrate which the recurrent elements in the Ministries official pages are, the similarities and differences between such elements, as well as how both the base and the layout structures from the GeM Model contribute to a higher degree of modality in the language used in the governmental sites. Based on the data collected and the analyses carried out, it is possible to determine that the online environments investigated are not only notably characterized by multimodal language but also in accordance with the most recent tendencies regarding social practices and the plurality of semiotic modes. Such features guarantee the Brazilian society adequate access to the official contents issued by the government.

Key-words: multimodality; access to social justice; GeM Model; social semiotics; visual grammar; ministerial homepages.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Homepage do Ministério do Meio Ambiente 16

Figura 2 – Homepage do Ministério da Justiça 16

Figura 3 – Espectro de abordagens de um documento e suas páginas (adaptado de BATEMAN, 2008) 26

Figura 4 – Contínuo do emprego de características visuais e textuais (adaptado de BATEMAN, 2008) 45

Figura 5 – O Modelo GeM (adaptado de BATEMAN, 2008) 64

Figura 6 – Distribuição dos elementos base (adaptado de BATEMAN, 2008) 70

Figura 7 – Homepage da CNN 75

Figura 8 – Homepage do órgão de previsão meteorológica CPTEC-INPE 75

Figura 9 – Homepage do Ministério do Meio Ambiente em novembro de 2013 76

Figura 10 – Setas em uma lista 79

Figura 11 – Meio Ambiente em negrito 79

Figura 12 – Itens de um menu interativo 79

Figura 13 – Homepage do Ministério da Justiça em novembro de 2013 81

Figura 14 – *Link* abaixo do vídeo direcionando a navegação para as outras partes do documento 82

Figura 15 – Texto dentro da fotografia 82

Figura 16 – Demonstrativo de consumo de gás (BATEMAN, 2008, p.4) 84

Figura 17 – Antiga homepage do Ministério da Justiça do Brasil (até meados de 2013) 87

Figura 18 – Alusão de raízes arbóreas à estrutura segmentada de *layout* (fonte Internet) 96

Figura 19 – Representação gráfica do método geral de correspondência utilizado para relacionar a estrutura de *layout* com o modelo de área nos parâmetros do Modelo GeM (adaptado de BATEMAN, 2008) 98

Figura 20 – Resolução diminuída MMA 99

Figura 21 – Primeira estruturação de *layout* 100

Figura 22 – Segunda estruturação de *layout* 101

Figura 23 – Terceira estruturação de *layout* 102

Figura 24 – Estruturação de *layout* do MMA em consonância com o Modelo GeM 103

Figura 25 – Resolução diminuída MJ 105

Figura 26 – Primeira estruturação de *layout* 106

Figura 27 – Segunda estruturação de *layout* 107

Figura 28 –Terceira estruturação de *layout* 108

Figura 29 – Estruturação de *layout* do MJ em consonância com o Modelo GeM 109

Figura 30 – A página como ambiente de cooperação e integração de modos semióticos diversos (BATEMAN, 2008) 119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Regras semióticas 32
Quadro 2 – Protofunções da linguagem por Halliday (2004) 35
Quadro 3 – Motivos e justificativas do uso do Modelo GeM 44
Quadro 4 – Estrutura de organização de camadas do Modelo GeM 51
Quadro 5 – Elementos de páginas a serem identificados como unidades base durante análises no Modelo GeM 73
Quadro 6 – Correspondência entre as unidades de *layout* e as unidades base na página do MMA 104
Quadro 7 – Correspondência entre unidades de *layout* e unidades base na página do MJ 110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Relação de usuário da Internet e suas localidades (traduzido de *Internet World Stats*) 60

Gráfico 2 – Descritores na homepage do MMA 115

Gráfico 3 – Descritores na homepage do MJ 116

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14
1.1 Contextualização da pesquisa 14
1.2 Da multimodalidade ao acesso à justiça - As homepages ministeriais 17
1.3 Problematização 20
1.4 Justificativa da pesquisa 21
1.5 Proposta de pesquisa 22
1.6 Objetivos de pesquisa 23
1.6.1 Objetivo geral 23
1.6.2 Objetivos específicos 23
1.7 Questões principais 25

2 REFERENCIAL TEÓRICO 26
2.1 Semiótica Social e Linguística Sistêmico-Funcional 27
2.1.1 Recursos semióticos 27
2.1.2 Regras e regimes semióticos 30
2.1.3 Funcionalidade semiótica 33
2.1.4 A perspectiva multimodal 36
2.2 A Gramática Visual de Kress e van Leeuwen 40
2.3 Gênero e multimodalidade em Bateman 43
2.3.1 A origem do modelo e questionamentos essenciais 43
2.3.2 Aplicações do Modelo GeM: o uso nos documentos da *Web* 45
2.3.3 Documentos multimodais e seus elementos 49
2.3.3.1 Das camadas multimodais 50

3 DO CORPUS DE ANÁLISE E DA METODOLOGIA 54
3.1 O corpus de análise 54
3.2 Os portais ministeriais 54
3.3 Metodologia de pesquisa 56

4 ANÁLISE DOS *SITES* 59
4.1 O impacto da Internet nos documentos multimodais 59
4.1.1 Gêneros textuais e tecnologia 63
4.1.1.1 Homepages: gêneros ou suporte tecnológicos? 65
4.2 Os alicerces do Modelo GeM: base e *layout* 69

4.2.1 Camada base dos portais ministeriais 71
4.2.1.1 Camada base do Ministério do Meio Ambiente 74
4.2.1.2 Camada base do Ministério da Justiça 80
4.2.2 Camada de *layout* dos portais ministeriais 84
4.2.2.1 Segmentação de *layout* 89
4.2.2.2 Realização da informação visual 91
4.2.2.3 Informação da estrutura de *layout* 96
4.2.2.4 Camada de *layout* do Ministério do Meio Ambiente 98
4.2.2.5 Camada de *layout* do Ministério da Justiça 104
4.3 O elemento multimodal nas homepages ministeriais 110

5 CONCLUSÃO **113**

REFERÊNCIAS **123**

ANEXOS **126**
Anexo A – Tabela das unidades base do Ministério do Meio Ambiente do Brasil 126
Anexo B – Tabela das unidades base do Ministério da Justiça do Brasil 129

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização da pesquisa

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o direito brasileiro procura alicerçar-se em princípios que garantam ao povo a possibilidade de viver em um Estado que tenha como fundamentos, dentre outros, a cidadania e a dignidade da pessoa humana, como preconiza o art. 2º da Magna Carta brasileira.

Dentro dessa concepção de garantia da cidadania e da dignidade da pessoa humana, subjaz a importância em manter a população informada acerca das tomadas de decisões que regem o funcionamento apropriado e contínuo dos órgãos públicos do país. Afinal, o acesso à informação na modalidade escrita, oral, ou visual, por exemplo, consubstancia-se em condição primordial para que os cidadãos possam exercer *de fato* seu papel político ao acompanhar o que representantes e funcionários que trabalham pelo e para todos do país realizam diariamente em seus gabinetes e escritórios. Não se pode mais conceber atualmente um Estado em que as normas sejam inalcançáveis pelas pessoas, tendo o Brasil firmado tal entendimento ao dispor como cláusula pétrea na Constituição Federal acerca da garantia de acesso dos cidadãos às informações públicas (art. 5º, XXXIII), assim como mais recentemente, em 2012, com a promulgação da Lei de Acesso à Informação Pública.

Em suma, uma eventual falta de transparência por parte de órgãos governamentais limita e cerceia o direito do povo ao pleno acesso à informação pública, uma vez que a ausência de divulgação – atos sigilosos por natureza – leva à obscuridade do que é praticado no âmbito da esfera pública. Tal prática aliena a população do conhecimento do destino do país em que vive e das medidas adotadas pelos dirigentes em prol da nação. A título de ilustração, tome-se como exemplo a não-publicação de alteração de zona eleitoral de um certo número de eleitores por omissão do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Nesse caso hipotético, vários cidadãos poderiam enfrentar dificuldades no dia da votação para exercer o direito de escolha de seus representantes.

Assim, a partir dessa linha de raciocínio, fazemos um recorte dentre as diversas esferas discursivas de natureza pública para ressaltar a importância dos órgãos executivos federais. Estes são responsáveis não apenas por executar, na prática, normas de impacto nacional como

também administrar a nação em benefício da população. Nesse sentido, o Executivo, considerado de forma ampla, enxergou uma oportunidade de facilitar o acesso da população ao andamento de suas decisões e, consequentemente, de assegurar, de forma prática, a garantia à informação por meio do uso da Internet e seus portais eletrônicos.

O uso desses portais permite que os brasileiros, nas mais diversas localidades, tenham acesso aos assuntos por eles divulgados. Esta ferramenta on-line tem o potencial de trabalhar e se apresentar em imagens, vídeos e textos na modalidade escrita que possam atingir a todos nós de formas diferentes e eficazes, cada uma a seu modo. Dentro das inúmeras possibilidades que tais portais trazem em sua natureza, nota-se a presença dos comumente denominados "portais de transparência" que visam tornarem públicas e visíveis normas, regras e decisões que sejam consideradas de interesse geral e, dessa forma, merecedoras de ampla divulgação para todos os cidadãos do nosso país.

Considerando o vasto panorama ofertado pelo campo jurídico, decidimos restringir a análise em questão para a forma pela qual dois ministérios federais específicos trabalham com a linguagem direcionada ao grande público, notadamente leigo em termos jurídico-legais em sua maioria. São estes o Ministério do Meio Ambiente (MMA)[1] e o Ministério da Justiça (MJ)[2]. Ambos possuem portais eletrônicos que procuram trazer aos cidadãos brasileiros informações relacionadas aos assuntos de sua competência, assim como informações de interesse em suas áreas respectivas, conforme pode ser visto pelas respectivas homepages desses ministérios abaixo.

[1] Disponível em: < www.mma.gov.br> Acessado em: 11 nov. 2013.
[2] Disponível em: < portal.mj.gov.br> Acessado em: 11 nov. 2013.

Figura 1 – Homepage do Ministério do Meio Ambiente

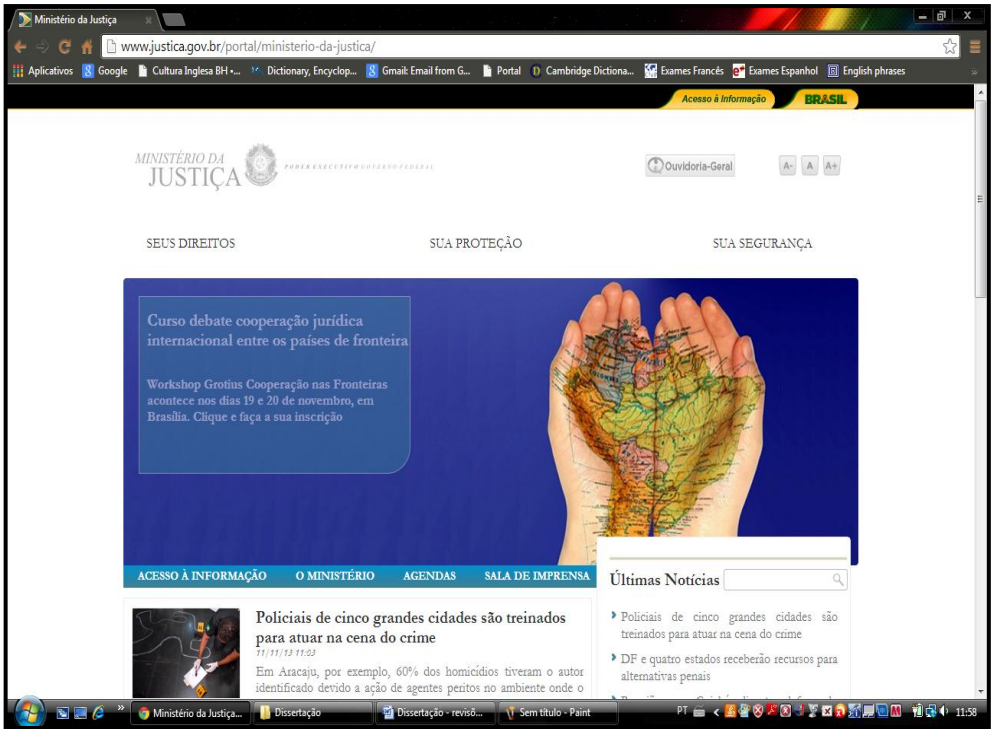

Figura 2 – Homepage do Ministério da Justiça

O que se percebe é que a linguagem utilizada por esses Ministérios encontra-se revestida de características especiais. Especiais por tornarem as pessoas que compreendem o que é dito membros de uma comunidade discursiva particular, uma vez que compartilham um conjunto de objetivos comuns, trocam informações por meio de mecanismos de comunicação

específicos, além de possuírem determinado vocabulário próprio, distinguindo-se de outros grupos da sociedade (SWALES, 1990). Assim, por integrarem uma comunidade que lida com anseios de ordem pública e geral, nota-se a importância em se trazer o que é discutido e apresentado, muitas vezes já em forma final de jurisdição, em termos de mais fácil compreensão, para as demais comunidades do todo comunicativo da sociedade brasileira. Alguns exemplos são estes: as comunidades de professores universitários, as de pais de família que possuem ou não ensino superior, comunidades de jovens de vários níveis de educação, entre várias outras.

Nota-se ainda que, além da linguagem escrita, outras são utilizadas nos portais dos referidos Ministérios. Com maior ou menor grau de multiplicidade, percebemos que o uso de recursos multimodais diversificados auxilia na veiculação da informação e na percepção da mesma, com fins a uma divulgação ampla e compreensível pela população brasileira. Tal pensamento é corroborado na medida em que "dada a proeminência de recursos imagéticos nas produções midiáticas, o "letramento visual" consiste em uma questão de cidadania, permitindo aos indivíduos se inserirem e se posicionarem como cidadãos na esfera da comunicação." (SANTOS, 2009, p. 140)

Nessa dissertação partiremos para o estudo de como é apresentada a linguagem nos portais dos Ministérios – representada por seus vários meios semióticos – com fins a atingir a sociedade brasileira como um todo. Os principais focos de pesquisa centrarão na maneira como o gênero digital – homepages de portais eletrônicos oficiais – impacta na veiculação da linguagem por meio de várias semioses para expandir a possibilidade de entendimento do conteúdo divulgado, necessário para uma compreensão que prescinda de apoio jurídico aprofundado ou de letramentos muito bem desenvolvidos.

1.2 Da multimodalidade ao acesso à justiça – As homepages ministeriais

Dentre os diversos documentos ou gêneros multimodais existentes – conforme explicitaremos mais detalhadamente nas seções a seguir – escolhemos as homepages em virtude da gama de elementos multimodais oferecidos pelas mesmas. Além de porta de entrada para a navegação interna do *site* e de ponte para muitas outras páginas relacionadas no mundo virtual, as homepages permitem aos leitores-usuários afeiçoarem-se a elas por meio do apelo interpessoal provocado pelos elementos visuais, espaciais, sonoros e linguísticos (BALDRY e

THIBAULT, 2005), o que pode contribuir para que o leitor volte sempre a elas quando sentir necessidade de obter mais informações sobre o conteúdo disponibilizado.

Ainda nesse sentido, destacamos a escolha das páginas iniciais dos ministérios em análise, uma vez que elas

> [...] são o início de outras páginas dos *sites* da *Web*, criando *link*s que permitem os usuários acessarem outras páginas. A homepage é a porta de entrada e, dessa forma, torna-se o marco inicial do usuário para a página da *Web* e seus significados. Por este motivo, os *designers* de tais páginas colocam muita ênfase na construção do espaço semiótico no qual objetos textuais são dispostos e organizados não só em relação um com o outro, mas também com relação ao leitor. Homepages também funcionam para evocar instituições culturais, lugares etc. O *design* da página da *Web* e a forma como este se apresenta para o leitor são importantes considerações que também se relacionam com o modo em que o leitor navega pelo espaço virtual da página, movendo-se da página inicial para outras páginas conexas dentro ou através de *websites*. (BALDRY e THIBAULT, 2005, p.113)[3]

Assim, diante das inúmeras possibilidades de interpretação de significados por meio da gama de recursos semióticos apresentados e distribuídos nas páginas iniciais da Internet, resolvemos trabalhar com a forma pela qual a linguagem pode ser vista, notadamente em seu aspecto multimodal.

Faz-se necessário, entretanto, explicar o motivo pelo qual, dentre as milhares de homepages disponíveis na rede mundial de computadores, escolhemos as páginas oficiais brasileiras do Ministério da Justiça e do Ministério do Meio Ambiente. Tal decisão foi embasada por acreditarmos que ambas homepages representam bem o que podemos ver nos portais dos outros ministérios e por apresentarem, elas mesmas, elementos que nos permitam realizar a investigação de cunho multimodal mais facilmente. Fazemos das palavras expressas na introdução do livreto *O judiciário ao alcance de todos*, publicação da Associação dos Magistrados Brasileiros, as nossas ao enfatizarmos que a "[j]ustiça deve ser compreendida em sua atuação por todos e especialmente por seus destinatários. Compreendida, torna-se ainda mais imprescindível à consolidação do Estado Democrático de Direito." (2007, p.4)

[3]Tradução livre do excerto: "A homepage is home to the other pages in a *Website*; it provides the links which enable users to access the other pages in the *Website*. The homepage is the *gateway*, and therefore the user's point of entry, to a *Website* and its meanings. For these reasons, the designers of *Web* pages place a lot of emphasis on the construction of the semiotic space in which textual objects are displayed and arranged in relation to each other, as well as in relation to the viewer. Homepages also often function to evoke cultural institutions, places and so on. The design of the *Web* page and the way it presents itself to the viewer are important considerations which also relate to the ways in which the viewer navigates the virtual space of the *Website* in moving from the homepage to other connected pages within a *Website* or across *Websites*."

Realizado o recorte dentro dos inúmeros veículos oficiais de informação do governo à população, atemo-nos às tendências mais atuais e de utilização crescente ao fazermos a nossa escolha pelas páginas iniciais de *sites* governamentais. Como esses também são extremamente variados, procuramos restringir nossa análise a duas homepages que já, à primeira vista, nos trazem elementos visuais claros acerca dos diversos recursos multimodais utilizados para a compreensão de tais páginas. Afinal, mesmo sem estudos prévios, sentimos ou não prazer em navegar por determinadas páginas digitais ou impressas pelo simples uso de recursos utilizados em sua elaboração – cores, alinhamento, proximidade de figuras e textos, contrastes, repetições – e imediatamente disponíveis para uma leitura multimodal do leitor (WILLIAMS e TOLLETT, 2006, p.113), o que pode levar a uma compreensão mais aprofundada.

Foi dessa forma, então, que os *sites* do Ministério da Justiça e do Ministério do Meio Ambiente do Brasil surgiram como objeto de nossa análise, uma vez que ambos, além de terem objetivos sociais semelhantes, são hierarquicamente iguais – pertencem à mesma esfera governamental – mas possuem, em um primeiro contato, perspectivas distintas de análise da linguagem multimodal.

Ressaltamos também que, atualmente, o governo brasileiro, em parceria com universidades e centros de pesquisa, busca tornar a linguagem oficial mais facilmente compreendida por um número cada vez maior de cidadãos. Como mencionado anteriormente, tal anseio se baseia em princípios de ordem constitucional que visam garantir uma maior qualidade na escrita legislativa, assegurando, assim, o entendimento do ordenamento normativo do país, sem que seja necessário um grande esforço por parte do leitor ou o auxílio de profissionais da área.

É nessa linha que podemos destacar, por exemplo, a Lei 12.527 de 2011, comumente conhecida por Lei de Acesso à Informação – LAI. Esta busca, em sua essência, regula a forma como a informação pode ser obtida no Brasil. Lei de grande impacto, uma vez que visa maior transparência e alcance da informação pública, ainda assim apresentou, em sua redação oficial, os tradicionais formalismos linguísticos que, na prática, afastam o cidadão comum da sua real compreensão. Procurando torná-la mais acessível a todos, em uma campanha de acessibilidade linguística, o Senado Federal, em conjunto com o Observatório para a Qualidade da Lei da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, desenvolveu uma cartilha em linguagem mais clara, direta e simples que pudesse disseminar

os significados da lei a uma parcela bem mais ampla da sociedade brasileira (JARDIM; SOARES; HERMONT, 2013).

Acreditamos, então, que, no vasto campo da comunicação público-governamental brasileira, tão contaminada por preciosismos, jargões e tecnicismos jurídico-linguísticos, torna-se extremamente necessário destacar a maneira pela qual recursos envoltos pelas tecnologias atuais – como a aplicação de elementos multimodais em contextos cibernéticos – podem contribuir, combinando princípios da linguística aplicada e de justiça social, para uma democratização verdadeira do acesso às decisões públicas. Pensando dessa maneira, confiamos que uma análise de como a linguagem se apresenta em homepages governamentais, como proposto na presente pesquisa, pode representar um impulso inicial para outras pesquisas em áreas tão inter-relacionadas como são a Linguística Aplicada e o Direito. Na perspectiva da nossa formação como linguista aplicado, buscamos enfocar no recorte feito por esta pesquisa com base também nos estudos feitos durante a graduação em Direito pela UFMG e em minha experiência como advogado filiado à OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

1.3 Problematização

Percebe-se que muitos cidadãos brasileiros possuem certa dificuldade em entender o que é dito, divulgado, informado quando o assunto versa questões de cunho jurídico-oficial. Tal dificuldade se deve, em muitas vezes, não ao grau de instrução ou ao conteúdo em si, mas à forma pela qual tal assunto é expresso, assim como os vocábulos e expressões utilizadas.

Paradoxalmente, o campo da redação oficial lida com informações diretamente relacionadas aos anseios e desejos de enormes parcelas da sociedade, devendo, para tanto, serem suficientemente claras e objetivas. Discursos orais ou escritos caracterizados por usos extremos de jargões e técnicas, aliados a um texto com poucos recursos semióticos que transcendam a palavra escrita, ao invés de colaborarem para um maior entendimento, acabam por segregar muitas pessoas do entendimento de assuntos que lhes dizem respeito. Dessa forma, esse tipo de discurso age de modo injusto, característica inconcebível tendo-se em vista a própria natureza das questões de direito e justiça ligadas aos assuntos oficiais veiculados pelos ministérios em questão.

Numa tentativa de aproximar um número grande e indeterminado de cidadãos das decisões e informativos de órgãos públicos específicos – em nosso estudo, o Ministério da Justiça e o Ministério do Meio Ambiente – procuraram difundir, por meio de portais eletrônicos, as informações julgadas de interesse coletivo, garantindo, dessa forma, maior acesso e legibilidade da informação a todos. Fazendo-se valer de recursos multimodais, os leitores-usuários de tais portais teriam maior facilidade de compreender o conteúdo pesquisado sem a intervenção de um especialista da área da linguagem ou um da área do direito.

O que se procura estabelecer é de que forma tais portais se tornam de fato fontes de acessibilidade de informações de natureza jurídica-oficial para todos os cidadãos, garantindo uma legibilidade ampla dos conteúdos divulgados, por meio dos recursos multimodais apresentados pelos mesmos, levando-se principalmente em consideração aspectos relativos à organização da informação em termos de recursos multimodais, incluindo o linguístico. Buscamos averiguar, então, se existe uma pluralidade multimodal nas homepages dos *sites* ministeriais em análise, de que forma podemos contrastá-las e compará-las, para verificarmos se em termos quantitativos existe uma página com mais elementos multimodais que a outra e, consequentemente, mais rica em recursos que promovam uma compreensão mais aprofundada do conteúdo por ela divulgado.

1.4 Justificativa da pesquisa

A procura pela compreensão da redação oficial no cenário nacional brasileiro reveste-se de questões linguísticas e de garantia da cidadania. Tendo em vista o nível de importância e de repercussão dos assuntos tratados pelos órgãos ministeriais federais na vida dos cidadãos, precisamos ter em mente a necessidade de divulgação e compreensão global dos temas tratados por tais órgãos. Dentre os mais de vinte ministérios federais, destacamos o Ministério da Justiça e o do Meio Ambiente, por oferecerem, como já foi dito, perspectivas diferentes no trato da informação oficial e por lidarem com questões cotidianas dos cidadãos, como desarmamento, segurança pública, desmatamento e clima, embora incorporem objetivos sociais semelhantes.

Uma análise rápida nas páginas iniciais dos dois portais eletrônicos, objetos desta pesquisa, permite destacar, logo de princípio, a forma pela qual os órgãos em questão, ambos subordinados sem grau de hierarquia à Presidência da República do Brasil, trabalham de

forma diferente o uso de imagens, vídeos, texto escrito e áudio para expressar informações acerca de suas atividades.

Quando se considera a questão da utilização de diversos meios semióticos faz-se necessário analisar a maneira como estes são dispostos nas homepages, tanto quantitativa quanto qualitativamente, de forma a garantir uma primeira impressão positiva ao usuário que procura por informações nos portais eletrônicos dos Ministérios da Justiça e do Meio Ambiente. Questionamos, assim, se têm os cidadãos brasileiros a oportunidade de acessar as informações oficiais dos ministérios em questão de mais de um modo semiótico e se os portais eletrônicos apresentam aspectos multimodais necessários e suficientes para facilitar o entendimento de pessoas leigas acerca dos assuntos tratados nesses suportes digitais. A análise das páginas iniciais dos dois ministérios federais por meio do Modelo GeM, Gênero e Multimodalidade (BATEMAN, 2008) permitirá, então, mapear a forma pela qual estes órgãos públicos compreendem a necessidade de apresentar aos cidadãos informações que contenham aspectos multimodais variados e de suporte no entendimento de assuntos algumas vezes áridos ao usuário leigo.

1.5 Proposta de pesquisa

O presente projeto vem para analisar a maneira pela qual os portais eletrônicos do Ministério da Justiça e do Ministério do Meio Ambiente tornam acessíveis aos usuários de tais *sites* as informações referentes ao funcionamento e andamento de processos por meio de suas páginas iniciais - homepages. Esses portais serão analisados, tomando-se como base os elementos de sentido neles presentes, numa tentativa de se verificar como tais portais expressam o significado desejado para um número indistinto de pessoas. De forma a embasar metodologicamente a análise comparativa, usaremos o modelo apresentado por Bateman (2008) conhecido como GeM –*Genre and Multimodality*, uma vez que o mesmo fornece as ferramentas analíticas básicas e necessárias à nossa investigação, conforme detalhado adiante.

Destacamos, já de início, que tal modelo será usado em sua forma basilar, tendo em vista o recorte feito na presente pesquisa. Dessa maneira, utilizaremos, em nossa análise, aspectos relativos aos critérios de *layout* e de estrutura básica; camadas, nos dizeres de Bateman (2008), que consubstanciam um mapeamento inicial de uma análise de documentos multimodais.

1.6 Objetivos de pesquisa

1.6.1 Objetivo geral

Identificar como as páginas iniciais – homepages – dos portais eletrônicos do MMA e do MJ, trabalham com a linguagem em seus aspectos multimodais para veicular e informar aos cidadãos acerca dos assuntos tratados por esses órgãos federais, sendo o foco central o de investigar como os diversos modos empregados são utilizados para promover a compreensão do conteúdo proposto pelos ministérios em questão, com base no Modelo GeM de *camadas* proposto por Bateman (2008).

1.6.2 Objetivos específicos

A partir da tentativa de entendermos melhor como a linguagem multimodal nos *sites* ministeriais aqui estudados pode influir na qualidade das mesmas, traçamos os objetivos específicos abaixo:

1) Adotar uma definição de multimodalidade pertinente ao objeto de pesquisa, analisando tais características multimodais nas páginas eletrônicas;

2) Levantar e analisar a organização de estrutura básica e de *layout* dos portais dos Ministérios da Justiça e do Meio Ambiente à luz do Modelo GeM de Bateman (2008).

3) Comparar um portal com o outro, verificando a forma pela qual as respectivas homepages ministeriais apresentam aspectos multimodais de linguagem.

Para que possamos alcançar satisfatoriamente todos os objetivos destacados acima, partimos primeiramente de um estudo abrangente de como a semiótica social (HALLIDAY, 1994; van LEEUWEN, 2005) é vista no meio acadêmico, destacando as características pertinentes ao objeto em análise nesse estudo, i.e., a abordagem multimodal e sua aplicabilidade em documentos atuais do meio digital tais como as homepages dos portais eletrônicos do Ministério da Justiça e do Ministério do Meio Ambiente no Brasil. Em seguida, após estabelecermos de forma mais sedimentada a noção de multimodalidade a ser empregada

nesse trabalho, passaremos pelas perspectivas trazidas por Kress e van Leeuwen (2006) em sua gramática visual como modo de contextualizar a importância da multiplicidade das linguagens na compreensão de documentos multimodais. Após essa breve incursão no campo visual, demonstraremos de maneira mais detida como os elementos utilizados por Bateman (2008), quando da descrição das camadas de estrutura básica e *layout* do Modelo GeM, podem embasar a futura relação e aplicação das referidas camadas na análise das homepages ministeriais.

Nesse momento, surge a necessidade de apresentarmos o *corpus* de análise da pesquisa. Ressaltamos novamente a escolha e relevância dos portais ministeriais escolhidos não só para a realidade brasileira, mas também como peças chave na análise comparativa multimodal. Assim, detalharemos as características principais desses órgãos, tratando também da concepção do governo brasileiro em divulgar mais abertamente os conteúdos oficiais por meio de suportes eletrônicos. Em momento posterior, então, representaremos esquematicamente as homepages já examinadas, utilizando o conceito de unidades base, unidades de *layout* e camadas (BATEMAN, 2008), conforme previsto na seção inicial do Modelo GeM.

Por fim, encaminharemo-nos para a análise dos resultados obtidos da aplicação do Modelo GeM nos *sites* nos quesitos camadas base e de *layout* de forma a verificar em que medida aspectos de ordem multimodal se fazem presentes nas homepages, tanto em termos quantitativos – número de unidades identificadas – como qualitativos – gama de linguagens utilizadas em cada portal. Após tal comparação analítica, destacamos como a multimodalidade se vincula à linguagem oficial utilizada e à maneira pela qual outros conceitos e impressões do campo visual (KRESS e van LEEUWEN, 2006; WILLIAM e TOLLETT, 2006) relevantes para tal investigação corroboram para o resultado final dessa análise. Ainda nas considerações finais, abordamos os futuros passos e caminhos a serem trilhados na pesquisa acerca da multimodalidade e da percepção da linguagem utilizada por órgãos oficiais.

1.7 Questões principais

1. Quais elementos multimodais podem ser percebidos nas homepages do Ministério da Justiça e do Meio Ambiente no Brasil?

2. De que forma os elementos multimodais das duas homepages ministeriais se aproximam ou distanciam, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos?

3. Em que medida os aspectos quantitativos e qualitativos de estrutura básica e de *layout* presentes nas páginas iniciais desses portais eletrônicos contribuem para uma maior pluralidade de modos de expressão do conteúdo de caráter oficial neles presentes?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Visando abranger suficiente escopo teórico e metodológico, iremos embasar a presente pesquisa nos elementos fundadores da Semiótica Social (van LEEUWEN, 2005), da Gramática Visual (KRESS e van LEEUWEN, 2006) e no *framework* concebido por Bateman (2008) quando do desenvolvimento do projeto GeM para o modelo de mesmo nome.

Escolhemos essas áreas tendo em vista o impacto que elas exercem sobre a compreensão de documentos multimodais como "objetos de interpretação, objetos de percepção, sinais a serem processados e artefatos a serem produzidos"[4] (BATEMAN, 2008, p.25). As quatro perspectivas de entendimento do documento podem ser graficamente representadas na abaixo:

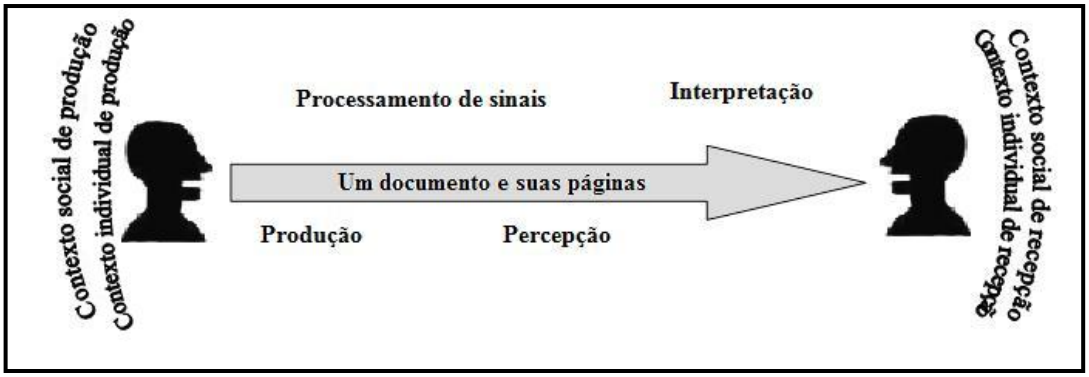

Figura 3 – Espectro de abordagens de um documento e suas páginas (adaptado de BATEMAN, 2008)

Com base na concepção desse espectro de abordagens em relação a um documento, apresentaremos a necessidade de discutirmos os desdobramentos da semiótica social como um modo de se compreender as diversas formas empregadas durante a comunicação nos mais diversos contextos sociais. Ainda em relação a essa concepção, discutiremos a relevância dos elementos visuais em documentos e a maneira lógica de inter-relacionar essas semioses em uma conjuntura analítica que favorece investigações qualitativas e quantitativas por meio de camadas de interpretação, conforme proposto no Modelo GeM.

Como podemos perceber da Figura 3, um documento pode ser visto e analisado sob o prisma da produção, do processamento de sinais, da percepção e da interpretação, sendo possível perceber nesse trajeto o desejo de se expressar determinado conteúdo por um lado – tendo em vista as práticas sociais que cercam a produção do documento (contexto social) e os interesses

[4] Tradução livre do excerto: "[...] as an object of interpretation, as an object of perception, as a 'signal' to be processed, and as an artefact to be 'produced'."

particulares do produtor (contexto individual) – e a maneira como tal documento será percebido tanto de forma mais ampla (contexto social) quanto específica (contexto individual).

Assim, do ponto de vista da investigação multimodal, cada uma das fases elencadas na figura acima pode ser destacada quando da análise das características formadoras (construção mínima, *layout*, gênero, elementos retóricos e de navegação), de forma a se ter uma perspectiva mais ampla do funcionamento do documento multimodal. Salientamos que na análise feita na presente dissertação, conforme já justificado, trabalharemos com uma ênfase maior nos atributos referentes às unidades mínimas básicas e de *layout*, uma vez que estas estabelecem as bases de análise do documento como um todo.

2.1 Semiótica Social e Linguística Sistêmico-Funcional

Antes de trabalharmos mais especificamente os aspectos semióticos relacionados ao presente estudo, torna-se relevante ressaltar, mesmo que brevemente, como a Semiótica Social, vertente acerca das maneiras plurais que a sociedade utiliza para criar significados, e a Linguística Sistêmico-Funcional se aplicam e influenciam na análise dos estudos humanos e sociais. Desenvolveremos, nessa seção, em traços bem amplos, visto não ser o escopo da pesquisa, como percebemos a semiótica e os desdobramentos da mesma dentro do âmbito social e funcional da linguagem, levando-se em conta os *recursos*, *regras* e *regimes*, e *funcionalidade* que se encontram em ambientes multimodais, o que nos vai fornecer o embasamento necessário ao processo de análise das homepages ministeriais nos próximos capítulos.

2.1.1 Recursos semióticos

Assim, para começarmos, repetimos abaixo as mesmas perguntas e respostas que van Leeuwen (2005, p.3) usa para iniciar seu capítulo introdutório de *Introducing Social Semiotics*:

- Que tipo de *atividade* é a semiótica?
- O que fazem os semioticistas?

1. Coletam, documentam e catalogam sistematicamente *recursos semióticos* – incluindo a história dos mesmos.

2. Investigam como esses *recursos* são utilizados em contextos históricos, culturais e institucionais específicos, e como as pessoas discutem sobre eles nesses contextos – planejando-os, ensinando-os, justificando-os, criticando-os etc.

3. Contribuem para a descoberta e desenvolvimento de novos *recursos semióticos* e novos usos para os recursos já existentes.[5]

O que podemos perceber das colocações do autor é a relevância dada não ao que é a Semiótica *per se*, mas como a mesma é utilizada em atividades concebidas diariamente nos processos de produção e percepção de significados. É nesse sentido que percebemos o constante uso da expressão *recursos semióticos*. Primeiramente elaborado por Halliday[6] (1978 *apud* van LEEUWEN, 2005) quando predispôs acerca da compreensão da gramática não em forma de código ou regras, mas como um recurso para produzir significados, o termo *recursos semióticos* é levado por van Leeuwen a outros meios semióticos, como filmes, obras de arte, construções etc., podendo ser definidos como os mecanismos que utilizamos para nos comunicar, independentemente de como se dá tal comunicação (van LEEUWEN, 2005, p.3).

É ainda na elucidativa obra de *Introducing Social Semiotics* que van Leeuwen nos traz em seu glossário, sucinta definição de como compreender o que são recursos semióticos:

> Recursos semióticos são as ações, materiais e artefatos que nós usamos para nossos propósitos comunicativos, quer sejam produzidos fisiologicamente – por exemplo, com nosso aparelho vocal, os músculos que utilizamos para fazer expressões faciais e gestos – ou tecnologicamente – por exemplo, com caneta e tinta, ou o hardware e software de computadores – em conjunto com as maneiras pelas quais esses recursos podem se organizar.
>
> Recursos semióticos possuem um potencial significativo, tomando-se como base seus usos passados e um conjunto de *affordances* baseado nos possíveis usos, sendo estes realizados

[5] Tradução livre do excerto: "'What kind of *activity* is semiotics?', 'What do semioticians *do*?' And my answer is that semioticians do three things:
1 collect, document and systematically catalogue semiotic resources – including their history.
2 investigate how these resources are used in specific historical, cultural and institutional contexts, and how people talk about them in these contexts – plan them, teach them, justify them, critique them, etc.
3 contribute to the discovery and development of new semiotic resources and new uses of existing semiotic resources."
[6] HALLIDAY, M. A. K. *Language as Social Semiotic*. London: Arnold, 1978.

> em contextos sociais concretos onde o uso estará sujeito a alguma forma de regime semiótico. (van LEEUWEN, 2005, p. 285) [7]

Assim, percebemos que tais artefatos sócio-comunicativos nos permitem entender que os signos empregados em determinada forma de linguagem podem e têm diversos tipos de significados a serem compreendidos a partir da própria vivência e experiência de vida do observador (receptor ou produtor de textos) e do contexto social em que ele se encontra.

Um exemplo que nos vem à mente é o de um simples objeto como a faca. Compreendido de forma semiótica, o significante *faca* traz consigo diversas possibilidades de significado, dependendo da forma como é percebida pelo sujeito e no contexto em que se encontra. Podemos pensar que para um *chef* ou dentro de uma cozinha, tal signo tem como propósito cortar alimentos. Para um criminoso, por outro lado, ou em um contexto de agressão, o mesmo signo pode ser tomado como arma branca. Ainda, percebida por um faz-tudo ou dentro de uma oficina, a faca poderia servir como correspondente de uma chave de fenda. Em suma, o que queremos demonstrar é que os diversos propósitos sócio-comunicativos e interpretativos que damos a determinado signo irão variar conforme o observador/usuário (receptor ou produtor) e o contexto em que se encontra inserido.

Embora seja de fato impossível concebermos todos os possíveis usos e significados que determinado objeto possa ter, conceituando assim o que se entende por *affordances*[8](GIBSON, 1979), é importante irmos além do *que é* para investigarmos *o que pode ser* (van LEEUWEN, 2005). Torna-se importante, todavia, salientar que a questão *do que pode ser* não deve ser compreendida como um campo infinito de possibilidades. Como é

---

[7] Tradução livre do excerto: "Semiotic resources are the actions, materials and artefacts we use for communicative purposes, whether produced physiologically – for example, with our vocal apparatus, the muscles we use to make facial expressions and gestures – or technologically – for example, with pen and ink, or computer hardware and software – together with the ways in which these resources can be organized.
Semiotic resources have a meaning potential, based on their past uses, and a set of affordances based on their possible uses, and these will be actualized in concrete social contexts where their use is subject to some form of semiotic regime."

[8] Termo cunhado por Gibson (1979, *apud* van LEEUWEN, 2005) ao predispor acerca dos inúmeros usos potenciais de um determinado objeto, observados esses a partir das características perceptíveis de tal objeto. Ressalta-se que uma vez que a percepção é seletiva, i.e., depende do contexto em que se dá e de quem a realiza (intenções, particularidades etc.), vários são os potenciais a serem investigados e, consequentemente, muitas são as *affordances*. Importante também lembrar que tais *affordances*, por serem múltiplas, tendo em vista as diferentes possibilidades de investigação de um objeto, podem muitas vezes não serem perceptíveis em um primeiro exame, pelo fato de determinado fator de observação não ter sido utilizado. Isto, entretanto, não significa que o potencial não esteja presente, mas apenas latente, adormecido, aguardando por ser descoberto pela ocasião propícia (GIBSON, 1986).

de senso comum, não atribuímos qualquer tipo de significado a qualquer objeto, pois os contextos sociais amoldam as possíveis e aceitáveis interpretações de acordo com as características do objeto e as necessidades do observador/usuário em determinada conjuntura espaço-temporal.

Sob essa perspectiva podemos ver que o uso que fazemos da linguagem – nos seus mais diversos modos – pode ter seu significado estudado pelo que já representou, representa e pode vir a representar. Surge novamente, assim, a grande relevância de se identificar os recursos semióticos em uma comunidade específica como maneira de entendermos de forma mais completa as nuances que revestem as interações humanas tão repletas de significados.

2.1.2 Regras e regimes semióticos

Após termos apresentado sucintamente a questão referente aos recursos semióticos e as possibilidades inerentes aos mesmos quando trabalhamos com a linguagem, destacamos as regras e regimes de ordem semiótica sugeridos por van Leeuwen (2005) como forma de balizar a futura investigação acerca dos documentos multimodais.

Antes de detalharmos o efeito que tais regras e regimes possuem quando da análise de determinado objeto, percebemos que as definições dos dois termos apresentam características similares. De acordo com o Dicionário Eletrônico Aurélio (2004)[9], *regras* podem ser entendidas como uma "fórmula que indica ou prescreve o modo correto de falar, de pensar, raciocinar, agir, num caso determinado" e *regimes* como o "modo de viver, de exercer uma atividade". Notamos, assim, que ambos os termos se relacionam, uma vez que regimes se formam pelas regras impostas por e para aqueles que neles vivem, determinando como eles se portarão perante aos demais e a si mesmos e, consequentemente, estabelecendo os atributos inerentes àqueles contextos.

Nesse sentido, compartilhamos dos dizeres de van Leeuwen (2005) ao predispor que as regras possuem importância relevante quando analisamos a linguagem, uma vez que, da mesma forma que apenas temos um bom desempenho em um jogo quando dominamos suas regras,

[9] *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.11ª*, 2004. O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa corresponde à 3ª. edição, 1ª. impressão da Editora Positivo, revista e atualizada do Aurélio Século XXI, O Dicionário da Língua Portuguesa, contendo 435 mil verbetes, locuções e definições.

efeito semelhante ocorre na linguagem: apenas conseguimos nos comunicar de forma efetiva no momento em que passamos a dominar as regras funcionais, estruturais e sociais da linguagem.

Assim, alteramos e adaptamos os nossos modos de falar em determinadas circunstâncias, caso queiramos conquistar nossa intenção comunicativa. Uma pessoa que se dirigisse a um professor da mesma forma como se expressa na intimidade com seus amigos e familiares, provavelmente não alcançaria seu objetivo e vice-versa. É preciso ter em mente que cada contexto (regime) requer a capacidade de adaptação da linguagem utilizada e o uso de meios diversos (regras) para que o ato sócio-comunicativo se opere da forma desejada. Se podemos realizar tais alterações das regras para nos conformarmos a regimes já existentes ou em formação, podemos concluir que as regras estabelecidas são e podem ser alteráveis dependendo da necessidade sócio-comunicativa, como bem nos esclarece van Leeuwen (2005).

Discordamos, assim, da ideia de que a linguagem, percebida como um conjunto de regras, seja apenas um apanhado de impressões arquivadas na mente dos falantes de uma comunidade que, por sua vez, não detêm a capacidade ou o poder de criar ou modificar tais regras, tais linguagens (SAUSSURE, 1966; BARTHES, 1968). Coadunamos com a visão de van Leeuwen (2005) quando diz que "com esse tipo de formulação, [a da linguagem e suas regras existirem por si sós, como elementos da natureza] as regras regulam a sociedade e não a sociedade regula as regras". Ainda nesse sentido, continua:

> A semiótica social enxerga isso [a visão anterior] ligeiramente diferente. Ela sugere que as regras, quer sejam escritas ou não, são criadas pelas pessoas e, dessa forma, podem ser modificadas pelas pessoas. Representá-las como impossíveis de serem modificadas, é o mesmo que representar regras criadas pelos homens como se elas fossem leis da natureza. (van LEEUWEN, 2005, p.47) [10]

É preciso ressalvar, entretanto, que as regras semióticas não podem ser alteradas por qualquer um e que da mesma forma que estamos submetidos a diversos contextos de interação, também estamos imersos em situações pautadas por variadas regras e diferentes maneiras de modificá-las quando necessitamos.

[10] Tradução livre do excerto: "It [social semiotics] suggests that rules, whether written or unwritten, are made by people, and can therefore be changed by people. To represent them as if they can *not* be changed – or not changed at will – is to represent human-made rules as though they are laws of nature."

Sob essa noção do fazer humano com relação às regras – e não da concepção de regras naturais - destacamos abaixo seis regras de ordem semiótica, concebidas a partir dos exemplos de regimes elencados por van Leeuwen (2005, pp.53-57). Estas nos levam a refletir sobre como e por quem formas de controle por meio da linguagem são exercidas, a considerar a justificativa para nos encontrarmos submetidos a determinadas regras, quão rígidas essas podem ser, as possíveis penalidades para aqueles que desacatam ou se desviam do que elas estipulam e, por fim, como e por quais motivos tais regras podem ser modificadas.

Quadro 1
Regras semióticas

Regra	Exercício	Pergunta potencial	Resposta potencial
Autoridade pessoal	Pessoas em posição de poder ou que não enxergam a necessidade de justificar suas ações.	Por que essa regra existe?	Porque sim.
Palavra escrita	Codificações, leis que regulam determinada sociedade.	Por que devo fazer isso?	Porque a lei manda.
Tradição	Costumes e hábitos seguidos pelos indivíduos de determinado grupo ou sociedade.	Por que seguir essa regra?	Porque é assim que sempre foi feito.
Conformidade	Seguir o que os demais fazem por medo de ser diferente, por querer fazer parte.	Por que devo fazer isso?	Porque todos estão fazendo.
Modelo	Personalidades, pela influência que exercem, representam modelo a ser seguido pelos demais.	Por que devo me comportar dessa forma?	Porque o fulano (pessoa influente) se comporta dessa forma.
Expertise	Conhecimento e sabedoria de certas pessoas como influência no agir dos demais membros de uma comunidade.	Por que devo fazer isso dessa forma?	Porque o fulano (conhecedor do assunto) faz dessa forma.

FONTE: van LEEUWEN, 2005

Com base no Quadro 1, podemos perceber que a produção dos mais diversos tipos de documentos multimodais encontra-se revestida de questões mais profundas, tais como a relação do emitente e do produtor/receptor das informações em determinado contexto. Quer

seja por meio das roupas que usamos, da forma como brincamos com recém-nascidos, como falamos e escrevemos, como posamos para fotografias e optamos por um determinado corte de cabelo. Todas essas manifestações de linguagem carregam em si regras que nos dizem como nos portarmos em função do ambiente e do contexto em que nos encontramos. Perceber que tais regras são, de fato, criadas por nós mesmos ajuda a compreensão de que também somos nós os responsáveis por adaptá-las – consciente ou inconscientemente – de acordo com as necessidades. Entender que o que elas *prescrevem* reflete significativamente na forma como a linguagem desempenha sua função de compreensão do ambiente que nos cerca e no agir junto aos outros (HALLIDAY, 2004) é assunto para a próxima seção onde trataremos do caráter funcional da semiótica sob o foco de interesse dessa pesquisa.

2.1.3 Funcionalidade semiótica

Ao entrar no campo da funcionalidade semiótica, não poderíamos deixar de mencionar primeiramente o marco deixado por Halliday, que aprofundou as investigações acerca das funções que a linguagem exerce quando de sua criação e existência, partindo dos estudos pioneiros de John R. Firth.

Desenvolvendo o campo de estudos que viria a ser conhecido como Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), Halliday (2004) percebe a linguagem como a forma pela qual as pessoas compartilham significados por meio de recursos sistêmicos, sendo a linguagem, então, compreendida como um sistema semiótico. É ainda nesse sentido, que a linguagem, para se realizar em sua plenitude, se expressa por meio de três metafunções:

- Ideacional: acerca do conteúdo que envolve o ambiente em que a linguagem se realiza.
- Interpessoal: sobre o agir que a linguagem de alguém possui em outrem.
- Textual: acerca da forma como a linguagem se estrutura textualmente como mensagem.

O motivo de destacarmos tais funções concebidas originalmente por Halliday dá-se por compartilharmos o pensamento de que o funcionalismo possui um papel preponderante na compreensão da semiótica, principalmente no tocante à *função nas estruturas* – estruturação sintática – e à *função na sociedade* – percebida como o uso da linguagem em si (van LEEUWEN, 2005). Importante destacar, antes de partimos para o exemplo a seguir, que este uso da linguagem em si se mostra extremamente relevante quando nos lembramos de que

Halliday (2004) não encara a linguagem como meras fórmulas gramaticais de composição de sons, palavras e frases. Mais que isso, a linguagem existe primordialmente em função do contexto sócio-cultural em que se encontra, não se analisando na LSF a produção textual apenas com base em critérios lexicogramaticais, mas sim levando-se em conta a relação entre o significado desejado e a prática social imanente (SANTOS, 2009).

De forma ilustrativa, então, e para destacar com mais precisão a relação entre esses dois tipos de função, apropriamo-nos do exemplo da aquisição de língua por crianças (HALLIDAY[11], 1985 *apud* van LEEUWEN, 2005).

No caso em questão, crianças entre seis e dezoito meses de idade, aproximadamente, não estão aprendendo a língua em si, mas de fato estão em processo de aprendizado das *funções* da linguagem. Por meio da exploração e tentativa de expressão através de sons ainda ininteligíveis, os bebês passam a descobrir o que podem fazer com a linguagem: interferir no meio em que se encontram e principalmente no agir dos outros – mães, pais, pessoas mais próximas – com relação a eles.

Halliday (1985 *apud* van LEEUWEN, 2005), então, elenca o que van Leeuwen (2005) refere como as sete protofunções da linguagem:

[11] HALLIDAY, M.A.K. *An Introduction toFunctional Grammar*. London: Arnold, 1985.

Quadro 2
Protofunções da linguagem

Protofunções	Usos
Instrumental	Expressar um desejo.
Regulador	Fazer com que as pessoas façam algo.
Interativo	Interagir com as pessoas.
Pessoal	Expressar sentimentos.
Heurístico	Descobrir o ambiente ao redor.
Imaginativo	Imaginar, inventar.
Informativo	Transmitir informação.

FONTE: HALLIDAY, 1985 (*apud* van LEEUWEN, 2005)

Todavia, quando a criança atinge os dezoito meses, ou idade aproximada, ela começa a perceber que as funções elencadas acima coincidem com determinados elementos de linguagem, por exemplo, a função heurística com o uso da entonação interrogativa. Posteriormente, a percepção vai além e a criança passa a compreender, inconscientemente, que tais protofunções podem ser concebidas como duas metafunções imbuídas em uma terceira, ou seja, a *metafunção ideacional* (linguagem como reflexão) juntamente com a *interpessoal* (linguagem como ação), são viabilizadas e exteriorizadas pela *metafunção textual* (construção e organização discursiva e coesiva da linguagem) (HALLIDAY, 2004, p.29-30).

O que observamos é que o exemplo dado de aquisição de língua por parte das crianças reflete uma característica básica do ser humano que é a da comunicação, por meio das ferramentas que dispomos em diversos estágios da vida, sempre voltada para o cumprimento de um determinado papel social. Com isso, notamos que a estruturação sintática e os múltiplos usos da linguagem se justapõem em prol da conexão da parte com o todo – quer seja na compreensão de frases escritas ou de momentos reais de interação – culminando na *escolha* das palavras como o embasamento de todo o processo de intencionalidade sócio-comunicativa. Em outras palavras, "[...] todo uso da linguagem faz parte de um processo de escolhas significativas [...]", pois "[...] linguagem é significado, e significado é escolha." [12] (HALLIDAY, 2010, p.14-15).

[12] Tradução livre dos excertos: "All use of language is a process of meaningful choice.", "Language as meaning, and meaning as choice."

2.1.4 A perspectiva multimodal

Após o sucinto discorrer acerca da importância dos recursos, regras, regimes e funcionalidades semióticas, entendemos ser o momento de demonstrarmos como tais análises e investigações se amoldam a uma abordagem multimodal de documentos igualmente multimodais.

Para tanto, começamos com a seguinte pergunta: por que multimodalidade? Tal pergunta é o ponto de partida do presente projeto de pesquisa sobre as homepages dos portais eletrônicos dos Ministérios da Justiça e do Meio Ambiente. Atualmente, muito se fala sobre a necessidade de transcender o texto além da modalidade escrita em seu aspecto de produção com a inclusão de outros códigos semióticos, tais como figuras, vídeos, gráficos etc. Como percebemos, cada um dos modos citados oferece inúmeras possibilidades de interpretação do conteúdo por eles veiculados, tornando-se, assim, relevante a pesquisa do que tais veículos nos oferecem neste início de século XXI.

De forma emblemática, podemos dizer que esse novo milênio se faz representar – juntamente com todos os tipos de documentos que surgem diariamente – por meio da rede mundial de computadores. Com o advento e a grande expansão do uso da *internet*, podemos notar um maior número de publicações em que diversas formas de linguagem se combinam em busca de textos mais completos, ricos de significados e inteligíveis. É nesse contexto, novamente, que enxergamos os diversos *modos* como ferramentas e recursos utilizados para expressar sentido. Quando dispostos em conjunto, tais modos veiculam sentido de forma complementar ou inter-relacionada, isto é, de maneira *multimodal*.

É a partir do entendimento destes múltiplos *modos* que podemos visualizar as raízes para a compreensão do que se percebe como multimodalidade. A princípio, concordamos com Rowsell (2013) quando esta alude acerca da importância de se analisar o significado do termo *modo* além das possibilidades verbais, abarcando elementos não-verbais. Cabe destacar que caso pudéssemos nos ater exclusivamente a um único modo, imagético, por exemplo, não poderíamos falar de *multi*, mas de *mono*modalidade. E por mais que na visão de Rowsell (2013, p.4) a monomodalidade também possa produzir significados culturalmente moldados, uma eventual abordagem monomodal não só fugiria do escopo deste estudo como também

chocaria com o pensamento de Jewitt e Kress[13] (2003, *apud* DUARTE, 2008), o qual nós compartilhamos, de que não existe comunicação monomodal.

Tendo-se em mente, então, a visão que abarca os modos em suas mais diversas facetas, notamos que múltiplas também são as conceituações e interpretações dadas à multimodalidade. Procuraremos, a seguir, demonstrar como a multimodalidade se adéqua à Linguística Sistêmica Funcional e à Semiótica Social, conforme as características mencionadas de ambas nas seções anteriores.

Iniciando com o pensamento de Halliday e sua Linguística Sistêmica Funcional, Rowsell (2013) aduz que:

> A definição de modo de Halliday estende-se muito além do mero aspecto físico, para abarcar qualidades efêmeras e imateriais que se materializam por meio de aspectos físicos, tais como cores, peso, luz, ângulo e contemplação do todo. Para que o modo expresse e represente uma pessoa ou um contexto, o mesmo necessita possuir três funções: ***interpessoal***, alcançando o público desejado; ***ideacional***, por meio de qualidades mais imateriais que expressem ideias, valores, crenças, emoções, sentidos; e ***textual***, os aspectos físicos que materializam essas qualidades mais efêmeras dos textos.[14] (ROWSELL, 2013, p. 3-4) (grifos nossos)

Nesse sentido, nota-se que o terceiro milênio trouxe consigo o uso e a diversificação da linguagem em suas mais variadas formas. Textos basicamente construídos na modalidade escrita vêm sendo substituídos por um número cada vez maior de publicações que contam com o auxílio não apenas de imagens, áudios e vídeos, mas também do uso mais profícuo de cores, tonalidades, usos espaciais, enfim, os mais diversos recursos disponíveis da multimodalidade. Bateman (2008) menciona que os documentos multimodais escritos– a serem explicados mais detalhadamente no decorrer desta dissertação – já se tornaram a forma padrão em diversas áreas da comunicação humana, quando não a única forma aceita em determinados contextos, corroborando a visão de Dias (2012) de que "textos multimodais são [...] aqueles que incluem diferentes semioses de maneira que o sentido é veiculado (ou

[13] JEWITT, Carey.; KRESS, Gunther. (ed.). Multimodal Literacy. New York: Peter Lang, 2003.

[14] Tradução livre do excerto: "Halliday (1978) and systemic functional linguistics has helped me to be concrete and specific about what a mode is. Halliday's definition of mode extended far beyond mere physicality, to encompass ephemeral, immaterial qualities that are materialized through physical features such as colour, heft, light, angle, and gaze. To be a mode that expresses, that represents, that signals a person or a context, it needs to have three functions: **interpersonal functions** that speak to an audience; more immaterial qualities that express ideas, values, beliefs, emotions, senses as **ideational functions**; and, physical features that materialize these more ephemeral qualities of texts as **textual functions**."

comunicado) simultaneamente por meio de diferentes códigos" ou, nas palavras de Cope e Kalantzis[15] (2009):

> O significado multimodal nada mais é do que os outros modos de significados trabalhando juntos e ainda melhor. A noção de "nada mais" é baseada no fato de que toda a produção de sentido se encontra em sua própria natureza multimodal. (COPE e KALANTZIS, 2009, p. 422)

A multimodalidade pode ser percebida, então, como fenômeno que transcende a multiplicidade de códigos para também compreender as escolhas que as pessoas realizam quando abordam o potencial discursivo na construção da vida social (SANTOS, 2009). Matthiessen[16], assim, enxerga na multimodalidade:

> [...] uma característica inerente a todos os aspectos de nossas vidas [...] ao longo da evolução humana. [...] Em sua essência, a linguagem expressa os significados que compõem e definem a cultura – as informações que constituem o sistema social. (MATTHIESSEN, 2007 *apud* VIEIRA, 2011)

Dentro dessa visão de sistema social, temos também o entendimento de que a multimodalidade se concebe como a orquestração de múltiplos modos que comunicam, representam e expressam significados, buscando ater-se de forma sistemática à interpretação social de uma vasta gama de formas comunicacionais utilizadas no processo de produção de sentido (ROWSELL, 2013, p.6).

Já sob o prisma da Semiótica Social, retomamos a perspectiva multimodal do ponto de partida lançado por Santos (2009) quando esta atribui a Hodge e Kress (1988) o pioneirismo dos estudos semióticos em documentos que têm em sua formação a presença de inúmeros modos, não apenas o verbal[17]. Destacamos e concordamos com ela quando diz que foi tomando como base os alicerces lançados por Halliday (2004) na década de oitenta do século XX que tais investigações de ordem semiótica puderam ser mais facilmente percebidas e analisadas do ponto de vista das funções sociais da linguagem.

---

[15] Tradução livre do excerto: "Multimodal meaning is no more than the other modes of meaning working together, and much more as well. The 'no more' is based on the fact that all meaning making is in its nature multimodal."

[16] MATTHIESSEN, Christian. The Multimodal Page: A Systematic Functional Exploration. In: ROYCE, Terry.; BOWCHER, Wendy (Eds.), New Directions in the Analysis of Multimodal Discourse. Mahwah (New Jersey): Lawrence Erlbaum, 2007.

[17] Importante também destacar a importância das investigações realizadas por Kress e van Leeuwen (2006) na obra *Reading Images: The Grammar of Visual Design* (2006), quando salientam o enorme poder, influência e relevância na interpretação das imagens como modo, em uma sociedade cada vez mais visual.

Dessa forma, ao resgatarmos os aspectos referentes aos recursos, regras e funções semióticas vistas anteriormente, notamos que a multimodalidade de fato se faz presente em qualquer objeto de estudo que envolva a linguagem, uma vez que as diversas *affordances* (GIBSON, 1986) existem, quer seja em estado concreto ou latente, em função dos inúmeros modos que determinado objeto possui. Torna-se possível perceber, então, que ao falarmos de estudos de ordem semiótica e dos signos que envolvem a comunicação humana, temos nos estudos linguísticos o campo global que inclui os estudos semióticos.

Com isso queremos dizer que entendemos o fato de a Semiótica Social ter como fundamento a questão de que os modos utilizados para a comunicação encontram-se rodeados por contextos histórico, social e culturamente moldados, i.e., imersos em recursos semióticos que permitem a compreensão mais ampla dos significados que caracterizam a linguagem. Sob esse viés, notamos que as investigações realizadas sob esse prisma procuram ressaltar e destacar as semioses disponíveis, de forma que a comunicação ocorra da maneira escolhida pelos enunciadores (produtores de texto) no contexto em questão. Assim, do ponto de vista da multimodalidade, todos os modos disponíveis em determinado documento multimodal devem ser analisados de acordo com as escolhas subjacentes e disponíveis aos interlocutores, sem que nos esqueçamos dos potenciais significativos dos recursos semióticos e dos motivos pelos quais foram usados, levando em conta as metafunções de Halliday (2004). A Semiótica Social, então, percebe nesse arcabouço de escolhas e também no papel desempenhado pela tecnologia como difusora de multimodalidade tanto a importância da criação dos textos multimodais como a forma pela qual serão interpretados pelos usuários-leitores[18].

Percebemos, nesse ponto, que uma maneira relevante e eficaz de analisarmos o impacto da multimodalidade sobre questões que se encontrem envoltas, tanto sob o respaldo da Linguística Sistêmico-Funcional quanto da Semiótica Social, é entendermos a mesma como a possibilidade de "compreender as escolhas que as pessoas fazem ao explorarem tal potencial [o da multimodalidade] na construção da vida social no discurso" (SANTOS, 2009, p. 33).

Para tratar do que se encontra por trás de tais escolhas, destacaremos a seguir a forma pela qual os modos podem ser percebidos como construções moldadas sócio-culturalmente do

[18] Disponível em: <http://multimodalityglossary.wordpress.com/social-semiotics/> Acesso em: 04 set. 2013.

ponto de vista ocidental[19] e o papel que uma gramática que enfoque o aspecto visual por excelência pode ter no entendimento da multimodalidade.

2.2 A Gramática Visual de Kress e van Leeuwen

O ponto que gostaríamos de salientar aqui nos remete novamente à questão da percepção da multimodalidade como fator intrínseco à concepção dos modos de representação de significados que alcancem perspectivas além do texto na modalidade escrita. Como afirmado anteriormente, ao compartilharmos a ideia de que a multimodalidade pode ser entendida como a combinação de diferentes modos semióticos – a linguagem escrita e a música, por exemplo – em um artefato ou evento sócio-comunicativo (van LEEUWEN, 2005), devemos ter em mente o aspecto visual que rodeia a humanidade atualmente de forma tão mais intensa, tendo sido este fenômeno investigado por Kress e van Leeuwen (2006).

Citamos esses dois autores, pois foi com eles que um marco no campo da abordagem visual se iniciou. Embora não tenham sido os responsáveis pelo surgimento dessa preocupação com o papel da imagem na compreensão de documentos multimodais, os mesmos iniciaram um giro que culminaria em um maior interesse e atenção por parte dos pesquisadores no fenômeno do uso cada vez mais exponencial de imagens para expressar sentido. Dessa forma, foi com base nos estudos pioneiros de Halliday (2004), acerca do viés funcional atribuído à gramática, que Kress e van Leeuwen iniciaram o trabalho sobre uma gramática sobre o visual seguindo os preceitos hallidayanos: não se deve pensá-la (a gramática) como aspecto formal a ser estudado isoladamente dos significados inerentes às construções almejadas; pelo contrário, a gramática deve ser vista como um conjunto de recursos que viabilizam a compilação de interpretações de experiências e formas de interação social (KRESS e van LEEUWEN, 2006). Nos dizeres de Halliday[20]:

> A gramática vai além das regras formais de correção. É uma forma de representar padrões de experiências... ela [a gramática] permite que os seres humanos construam uma imagem

[19] Destacamos aqui que nos embasaremos sob o ponto de vista ocidental, uma vez que é nele que a sociedade brasileira se encontra. A importância de ressaltarmos isso dá-se pelo fato da sociedade oriental ter no tratamento dado à linguagem visual e, consequentemente, aos modos, enfoque diferenciado, uma vez que o próprio padrão de construção das línguas orientais tende a abranger aspectos de cunho pictório e imagético por si. Assim, salientamos novamente que a visão de Kress e van Leeuwen (2006), quando tratarmos do papel da linguagem sob a gramática visual, se aplicará à realidade do oeste do globo.

[20] HALLIDAY, M.A.K. *An Introduction toFunctional Grammar*. London: Arnold, 1985.

> mental da realidade, e que façam sentido tanto das experiências que os rodeiam quanto das que se encontram dentro deles mesmos.[21] (1985 *apud* Kress e van Leeuwen, 2006)

Percebemos, então, que Kress e van Leeuwen (2006) se preocupam em concentrar as noções de gramática e sintaxe na forma pela qual esses elementos são combinados em unidades de sentido, levando à compreensão da gramática visual como descritora da forma pela qual elementos como pessoas, coisas etc. combinam-se em "declarações" visuais de maior ou menor complexidade e extensão. Procuram, assim, fornecer descrições utilizáveis de estruturas de composição mais significativas que se tornaram convenções no curso da história ocidental da semiótica e analisar como elas são usadas para produzir significados pelos produtores contemporâneos de imagens.

Nesse ponto, destacamos a importância que os autores atribuem à composição de determinada página. Para eles, não basta apenas termos em mente as figuras que ilustram uma página de forma isolada; é preciso ir além e enxergar as possíveis e prováveis relações que tais imagens possuem com os textos e outros elementos gráficos que possam vir a compor o registro.

Kress e van Leeuwen (2006), dentro da proposta de gramática visual que preconizam, abordam três sistemas inter-relacionados de modo a relacionar o significado representacional e interativo das imagens entre elas e com o todo comunicativo:

- *Valor da informação*: o posicionamento de elementos dota os mesmos com valores informativos específicos e ligados às zonas de ocupação da imagem (direita, esquerda, em cima, embaixo, no centro e às margens);
- *Saliência*: os elementos são construídos visando atrair a atenção do leitor/visualizador em diferentes graus, dependendo da posição onde os mesmos são dispostos na imagem, o tamanho, contrastes, diferenças de tons etc.;
- *Enquadramento*: a presença ou ausência de mecanismos de enquadramento conectam ou desconectam os elementos em uma imagem, trazendo a ideia de pertencimento (ou não) ao todo comunicativo.

[21] Tradução livre do excerto: "Grammar goes beyond formal rules of correctness. It is a means of representing patterns of experience… it enables human rights to build a mental picture of reality, to make sense of their experience of what goes on around them and inside them."

Tais aspectos apresentados acima são apenas exemplos de questões que o leitor/visualizador de determinado documento deve refletir quando analisa registros documentais escritos, uma vez que eles permitem uma maior compreensão de significados e intenções inicialmente veiculadas por quem criou tal página impressa ou digital. Retornamos, assim, com ponto já trazido por Bateman (2008) sobre a questão de as investigações das imagens e demais semioses deverem ser analisadas individual ou coletivamente, corroborando o pensamento de que:

> Na análise de textos *multimodais* ou complexos (e qualquer texto cujos significados se dão por mais de um código semiótico é multimodal) surge a questão se os produtos dos diversos modos presentes devem ser analisados de forma individual ou integrada; se os significados do todo devem ser tratados como a soma dos significados das partes ou se tais partes interagem e afetam umas às outras[22]. (KRESS e van LEEUWEN, 2006, p.177)

O que ressaltamos nessa breve incursão acerca da gramática visual é que, para o estudo da multimodalidade, principalmente em âmbito digital como nos propomos a fazer, é necessário nos mantermos abertos às diversas potencialidades – *affordances* – que os modos carregam em si para que não nos ancoremos em visões delimitadas acerca da compreensão dos documentos. Sob esse prisma, podemos observar que o modelo de gramática visual de Kress e van Leeuwen (2006, pp.3-6) consiste em:

- Descrever um recurso social de um grupo específico, o conhecimento explícito e implícito desse grupo sobre este recurso, e seu uso nas práticas desse grupo.
- Ser bem ampla, uma vez que se trata de algo que abarca todas as expressões visuais.
- Não ser universal, uma vez que possui balizas culturais.
- Perceber a unidade das linguagens como uma construção social, um produto da teoria e de histórias sociais e culturais[23].

Por fim, consideramos importante pensar que um maior enfoque no letramento visual de leitores / aprendizes / usuários não acarretará o fim da arte visual, assim como o ensino da escrita não incompatibilizou o término do processo criativo da escrita literária. Ao contrário, a

[22] Tradução livre do excerto: "In the analysis of compo*sites* or *multimodal* texts (and any text whose meanings are realized through more than one semiotic code is multimodal), the question arises whether the product of the various modes should be analysed separetely or in an integrated way; whether the meanings of the whole should be treated as the sum of the meanings of the parts, or whether the parts should be looked upon as interacting with and affecting one another."

[23] Quando não há tanto policiamento por sistemas educacionais (a academia, por exemplo), as línguas evoluem de forma mais livre (pidgin, creole), como ocorreu com a comunicação visual.

multiplicidade semiótica deve ser bem-vinda como uma oportunidade que os produtores de significados encontram em expressar sentidos para uma gama maior de usuários por meio dos registros nos documentos que produzem.

Nos dizeres de Cope e Kalantzis[24] (2009):

> Para qualquer lugar que olhemos, a linguagem escrita não está desaparecendo. Está apenas se tornando cada vez mais entrelaçada com os outros modos e, em alguns aspectos, se tornando mais parecida com eles. (COPE e KALANTZIS, 2009, p. 365)

A percepção mais aprofundada da multimodalidade e do papel que os gêneros detêm quando da veiculação e produção de documentos multimodais será vista em sequência.

2.3 Gênero e multimodalidade em Bateman

Esta última seção do referencial teórico busca contextualizar de forma mais específica o modelo que pretendemos utilizar para embasar a análise das homepages dos portais eletrônicos dos ministérios federais do Meio Ambiente e da Justiça. Para tanto, iniciamos com o surgimento do Modelo GeM proposto por Bateman (2008), de que forma ele pode ser aplicado em geral e no nosso contexto pontual, e o porquê de termos escolhido o mesmo para servir de *framework* em nossa investigação analítica dos nossos dois objetos de pesquisa, as duas homepages escolhidas.

2.3.1 A origem do modelo e questionamentos essenciais

O modelo concebido por Bateman (2008) e intitulado GeM possui tal nome em referência aos aspectos de gênero e multimodalidade que procura investigar quando posto em prática na análise de documentos multimodais.

De acordo com o próprio autor, tornou-se necessário, com o passar dos anos, criar um mecanismo que viabilizasse o estudo dos aspectos multimodais de documentos por meio do que eles representavam *per se* e não com base em parâmetros prévios oriundos de estudos de ordem puramente linguística. Seguindo essa linha de raciocínio, percebeu-se a necessidade de

[24] Tradução livre do excerto: "Whichever way we look, written language is not going away. It is just becoming more closely intertwined with the other modes, and in some respects it is itself becoming more like them."

pilares fortes e concretos que pudessem auxiliar na organização da multiplicidade modal nas páginas de documentos e, acima de tudo, que estes pudessem ser visíveis. Dessa forma, um grupo de pesquisadores, atuando em parceria com John Bateman da Universidade de Bremen, idealizou o projeto que culminaria em um modelo "[...] robusto o bastante para sustentar a criação e análise de hipóteses, e, ao mesmo tempo, que também possa fornecer o *framework* adequado para a construção de um *corpus* de documentos multimodais.[25]" (BATEMAN, 2008, p. 15)

Com base nisso, consideramos necessário reportar os questionamentos encontrados na obra de Bateman (2008), tendo em vista que os mesmos nos levam a refletir sobre a utilização de tal modelo para investigar a multimodalidade de documentos. Tais perguntas podem ser vislumbradas de forma sintética no quadro abaixo:

Quadro 3
Motivos e justificativas do uso do Modelo GeM

Questionamentos	Justificativas
Por que multimodalidade?	Atualmente, a maioria dos documentos produzidos apresentam características multimodais: textos escritos, imagens etc.
Por que documentos?	Documentos formam a externalização de anseios, vontades e desejos humanos. Quer seja por meios formais (contratos de locação, multas ou leis) ou informais (e-mails, ingressos de entretenimento ou anúncios publicitários), a multimodalidade se faz presente nos registros que podem ser tanto físicos como virtuais.
Por que gêneros?	Gêneros têm um papel primordial no estudo de documentos multimodais: contextualizam os documentos; teorizam acerca de possibilidades de investigação; e incrementam, com sua materialidade, as análises sobre os documentos multimodais.
Por que analisar?	Por serem os documentos multimodais bastante complexos, a análise serve para deslindar suas nuances e, consequentemente, a maneira como formam e expressam significados.

FONTE: BATEMAN, 2008

[25] Tradução livre e adaptada do excerto: "[...] we require a model that is strong enough to support hypothesis building and analysis, and which also provides an appropriate framework for the construction of multimodal document corpora."

O que percebemos é que essas perguntas sintetizam, de forma bastante precisa, a maneira pela qual justificamos nossa pesquisa: o estudo da multimodalidade torna-se essencial em documentos, uma vez que os mesmos são os registros através dos quais os seres humanos eternizam suas produções intelectuais. Acima de tudo, tais registros são produzidos abrangendo aspectos que transcendem o escrito, abarcando também inúmeros outros modos que precisam ser compreendidos pelos usuários como meio de entender o sentido produzido em sua totalidade.

2.3.2 Aplicações do Modelo GeM: o uso nos documentos da Web

Vimos que o Modelo GeM procura abarcar os aspectos trazidos pelos documentos multimodais de forma analítica, permitindo, assim, uma visão mais pormenorizada do sentido e significado expressos pelos modos presentes. Podemos deduzir que inúmeras são as possibilidades de aplicação do modelo em estudo, tendo em vista a enorme gama de registros em nossa sociedade que se encontram revestidos por características predominantemente visuais e também aqueles que se pautam pela informação mais textual com o uso do modo linguístico ou verbal.

Nesse ponto destacamos a relevância da questão do gênero como preponderante na consideração do efeito e presença da multimodalidade: os gêneros textuais possuem características próprias e que conferem especificidade ao conteúdo por eles projetado, fazendo assim com que determinados registros caracterizem-se mais ou menos por fatores visuais e textuais. A figura abaixo retrata esse contínuo de forma bastante objetiva

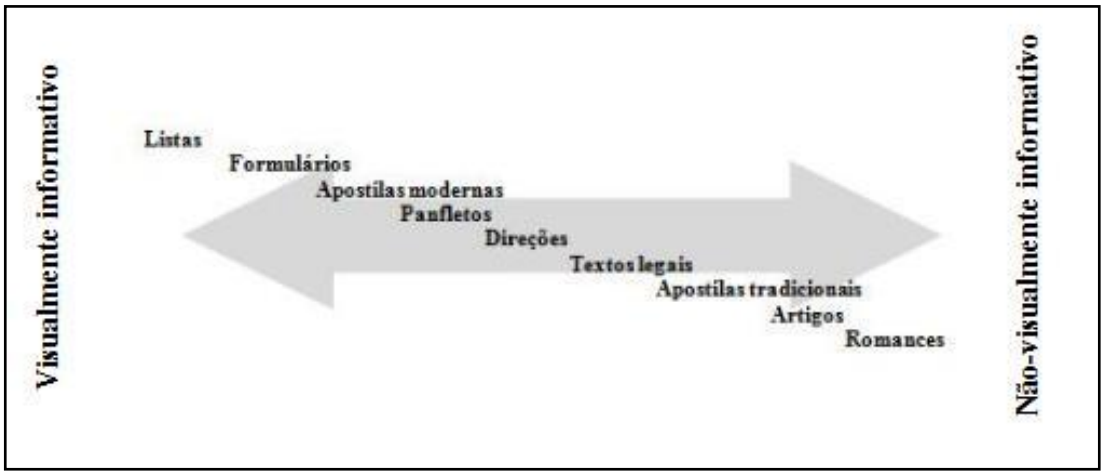

Figura 4 – Contínuo do emprego de características visuais e textuais (adaptado de BATEMAN, 2008)

O que se nota é que gêneros textuais diversos se caracterizam por um maior ou menor grau de visualidade imagética em sua interpretação. Partindo de listas, formulários e panfletos, notadamente visuais, migra-se para outro extremo onde encontramos gêneros textuais marcadamente caracterizados por uma maior presença da palavra escrita, como se vê em artigos, romances e textos legais. Percebemos, com isso, que o gênero a ser interpretado influi na maneira como o Modelo GeM apresentará as informações trazidas pelo documento. Isso pode ser evidenciado se considerarmos que o contínuo ilustrado na Figura 4 pode ser revisto e concebido como um contínuo multidimensional, i.e., com mais do que dois extremos, uma vez que não só de imagens e não-imagens se forma o amplo acervo de registros multimodais[26].

Partindo dessa concepção de que o estudo da multimodalidade deve ter uma abrangência mais holística, rumamos para o que se pode vislumbrar na *Internet*. O meio on-line de fato é capaz de se revestir de características multimodais nos mais variados aspectos, uma vez que conta com uma interface que permite a criação e reprodução de significados por meio de palavras, imagens, vídeos, áudios, cores, em outras palavras, variadas semioses ao alcance do usuário e que o ajudam na interpretação de documentos da *Web*. Consideramos relevante relembrarmos o papel que as *affordances* (GIBSON, 1986) exercem no contexto multimodal ao tratarem das potencialidades e restrições que diferentes modos podem trazer quando da interação entre o usuário e o documento multimodal. Certos aspectos serão mais facilmente perceptíveis e compreendidos uma vez adotados determinados modos, enquanto a utilização de outros pode acarretar maior dificuldade ou até mesmo o impedimento do entendimento do conteúdo expresso. Destacamos, assim, a natureza das *affordances* modais quando da produção de significados construídos com recursos semióticos específicos por meio de interações de ordem social, cultural e histórica.

O uso das diversas semioses vai além, então, da divulgação da informação expressa, ressoando nas palavras de Baldry e Thibault (2005):

> Os aspectos visuais, espaciais, sonoros e linguísticos que colaboram para o *design* de uma homepage e os significados expressos na mesma veiculam muito mais do que apenas informação. Tais aspectos também colaboram para o apelo *interpessoal* da página, para a

[26] De fato, podemos incluir além da imagem e do texto escrito, recursos de sons, vídeos, tipografia, cores, tamanhos etc. como exemplos de modos a serem levados em consideração quando da análise multimodal. Todos eles, conjuntamente, contribuem para que o texto atinja seu propósito social, ou seja, permita que o leitor-usuário extraia sentidos significativos do mesmo, com base em referências de práticas culturais, sociais e históricas.

> evocação de respostas afetivas, para a classificação de valores sociais e para a criação de atmosfera. Cores, perspectivas espaciais, representações de paisagens naturais, sítios arquitetônicos, pessoas etc. podem todos funcionar de forma a obter uma orientação ***interpessoal*** com relação ao *website* por parte do usuário (BALDRY e THIBAULT, 2005, p.113)[27] (grifo nosso)

É válido relembrar nesse ponto a noção dada pela metafunção interpessoal (HALLIDAY, 2004) de que a linguagem produzida por determinado indivíduo impacta, muitas vezes de forma inimaginável, o outro. É nesse sentido que, ao predisporem acerca dos efeitos que a primeira imagem de determinado conteúdo digital pode exercer, Baldry e Thibault (2005) destacam a importância do elemento interpessoal: produtores de homepages expressam significados nas mesmas, visando que, de alguma forma, os receptores de tais documentos possam fazer sentido dos mesmos, compartilhando-se, dessa forma, sentimentos por meio da interação entre pessoas (protofunções pessoal e interativo, respectivamente, presentes no Quadro 2).

Assim, levando em conta esse grande número de modos a serem interpretados no mundo virtual, observamos a necessidade de individualizá-los para que possam ser investigados mais minuciosamente e, em seguida, sejam verificados os aspectos inerentes aos mesmos de forma que busquemos perceber como os sentidos veiculados pelo documento podem condizer com o que este apresenta.

Bateman (2008) preconiza uma proposta desse porte quando predispõe que o Modelo GeM pode ser utilizado para definir e delimitar as diversas camadas descritivas de documentos multimodais. Para o autor, o modelo se torna aplicável nessa situação, uma vez que tais camadas contêm informações importantes referentes não só aos aspectos multimodais do mesmo, mas também aos significados pretendidos relativos às metafunções ideacional e interpessoal de Halliday (2004). Cabe, assim, ao investigador discriminar a natureza de tais camadas de modo a perceber o que elas têm a oferecer no processo de produção de sentido para o leitor-usuário do documento em questão.

[27] Tradução livre do excerto: "The visual, spatial, auditory and linguistic features that contribute to the design of a homepage and its meanings convey more than just information. They also contribute to its interpersonal appeal, to the evocation of affective responses, to the indexing of social values and to the creation of atmosphere. Colour, spatial perspective, the depiction of natural landscapes, architectural *sites*, persons and so on, can all function to obtain an interpersonal orientation to the *Websites* on the part of the viewer."

Salientamos aqui que a utilização do Modelo GeM parte do princípio de que os documentos multimodais analisados são criados por meio de práticas sociais. Essas práticas encontram a melhor maneira de serem expressas por meio do registro formal, o que se dá por meio da criação de documentos. Todavia, o processo de externalização da prática por meio da produção de documentos multimodais traz em si certas restrições.

De forma ilustrativa, pensemos no atual exemplo do *Kindle*™. Este aparelho eletrônico desenvolvido pela *Amazon* permite que leitores tenham acesso a inúmeros livros e os leiam por meio do equipamento em si. Em outras palavras, estando o produto com sua bateria carregada, vários livros tornam-se acessíveis ao leitor. Todavia, a ausência de carga na bateria simplesmente inviabiliza qualquer funcionalidade deste equipamento tão tecnológico, notando que o suporte por si próprio pode oferecer determinadas restrições (a necessidade de constante recarregamento de baterias). Tomemos outro exemplo, mais ou menos um século antes do anterior, sobre uma eventual intenção de veiculação de imagens coloridas pela televisão durante a década de 30 do século XX. Por mais que as cores fossem importantes e fizessem parte dos desejos dos produtores de comerciais da época, tal feito não poderia ser realizado, uma vez que a tecnologia da época não permitia a transmissão de imagens coloridas. Uma última ilustração. Imaginemos os editores e revisores de um guia de viagens com milhares de informações recolhidas por seus agentes de viagens. Por mais que eles tenham toda a tecnologia à disposição para criar um excelente guia, a elaboração de um calhamaço inviabilizaria a comercialização rápida e fácil que percebemos atualmente nos inúmeros guias de viagem de bolso que atendem plenamente às necessidades dos leitores.

O que podemos perceber, então, é que a reprodução documental de práticas sociais pode ter seus aspectos multimodais mais ou menos restritos em função de determinados obstáculos gerados pelo suporte em si, pela tecnologia disponível ou pela intenção do criador do documento. Cabe ao investigador, tendo em mãos o Modelo GeM como ferramenta de análise de documentos multimodais, sempre considerar os impedimentos e possibilidades que o documento traz, de forma a pautar sua interpretação e estudo em parâmetros equilibrados.

Retornando à questão da *Web*, percebemos que essa questão das restrições também ocorre, ainda que a imaterialidade permitida pelo meio virtual auxilie na produção / recepção dos documentos multimodais. Exemplo relevante desse aspecto é a comparação estabelecida por Bateman (2008) entre o livro impresso e a produção virtual:

> Não podemos com um documento da *Web* virar as páginas da mesma forma como fazemos com um livro; precisamos rolar a página ou clicar em *hiperlinks*. Em outras palavras, os dois artefatos [livro e documento da *Web*] oferecem diferentes *affordances* (GIBSON, 1977) de interação e estas podem impactar nas formas verbais e visuais apropriadamente empregadas em quaisquer gêneros relacionados (BATEMAN, 2008, p.11)[28]

Podemos afirmar, então, que o uso do Modelo GeM aplicado a documentos da *Web* deve ser feito de forma meticulosa, tendo em vista que, em muitos aspectos, os documentos virtuais diferem dos tradicionais impressos. Quer seja pela maior possibilidade de expressão modal ou pelo suporte naturalmente imaterial, as investigações das camadas do documento necessitam de atenção mais especial, justamente pela maior gama de possibilidades e significados que as *affordances* do meio on-line podem oferecer ao usuário. Assim, de forma a especificar ainda mais os elementos fundadores dos documentos multimodais virtuais, apresentaremos a seguir a natureza dos mesmos e como eles podem ser interpretados do ponto de vista da investigação de documentos on-line, ou seja, a proposta do presente estudo.

2.3.3 Documentos multimodais e seus elementos

Inúmeras já foram as ocasiões em que nos referimos aos documentos multimodais ou aos aspectos de multimodalidade inerentes a registros sem que tenhamos nos atentado mais detidamente ao que vêm a ser tais documentos multimodais.

Tratando do significado, de forma isolada, de *documento*, contamos com as definições de dois renomados dicionaristas brasileiros. Aurélio, em seu dicionário eletrônico de 2004, os define como "qualquer base de conhecimento, fixada materialmente e disposta de maneira que se possa utilizar para consulta, estudo, prova, etc." ou simplesmente como "qualquer registro gráfico". Houaiss (2007), por sua vez, traz a definição de registro "escrito para esclarecer determinada coisa". Em suma, *documento* pode ser compreendido como a formalização externalizada de determinada intenção humana, sendo passível de ser revisitada em momentos posteriores para fins de estudos, averiguação, inspeção etc. dos conhecimentos expressos.

[28] Tradução livre do excerto: "With a *Web* document, we cannot flick through pages in the same way, we need to scroll or click on hyperlinks. In other words, the two artefacts offer different *affordances* (Gibson 1977) for interacting with them and these affordances can impact on the verbal and visual forms sensibly employed in any associated genres."

Notamos também que, muitas vezes, os documentos apresentam mais do que textos na modalidade escrita, incluindo imagens, sons, diagramas etc. Nestas ocasiões, a compreensão da *multi* modalidade acaba transparecendo mais claramente, uma vez que o leitor-usuário do documento tem à disposição várias semioses para interpretá-lo. É nesse sentido que a combinação da noção de documento com a de multimodalidade nos leva ao entendimento do termo *documento multimodal* por Bateman (2008):

> Documentos escritos – de vale-transportes a teses de doutorado, ofertas de supermercado a contratos legais – nos assaltam de todas as direções e em quantidade e variedade sem precedentes até os dias atuais. Notava-se nesses documentos o papel central do 'texto escrito' como mensageiro principal da informação. Porém, as coisas mudaram: hoje em dia este texto escrito é apenas um fio em meio a uma complexa forma de apresentação que incorpora de forma bastante coesa os aspectos visuais ao redor, ou até em detrimento algumas vezes, do texto propriamente dito. Referimos a todos esses diversos aspectos visuais como *modos* de apresentar a informação. Ao combinar esses modos dentro de um mesmo artefato – no caso da impressão, por meio da encadernação, grampeamento, dobra ou na mídia on-line por meio de *links* e a subsequente variedade de *hyperlinks* – traz-se à tona nosso principal objeto de estudo: o *documento multimodal*.[29] (BATEMAN, 2008, p.1)

Julgamos importante ressaltar que, embora a escolha dos portais em questão se dê por combinarem informações textuais, gráficas e imagéticas em composições de *layout* individualizadas (BATEMAN, 2008), durante a análise dos documentos multimodais representados pelas homepages dos Ministérios, iremos nos ater à investigação dos elementos visuais estáticos, i.e., aqueles que não se modificam. Dessa forma, elementos de vídeo ou informações que se alteram quando atualizadas, por exemplo, serão analisados da forma como se encontravam quando capturados em 2013. Realizamos tal restrição pelo fato da mesma também ser adotada por Bateman quando este limita os objetos de estudo do Modelo GeM (2008, p.9).

2.3.3.1 Das camadas multimodais

Trabalhando com a ideia de camadas, conforme já mencionado anteriormente, Bateman (2008) assume que o Modelo GeM tem como uma de suas principais atribuições analisar as

[29] Tradução livre do excerto: "Written documents, from bus tickets to doctoral dissertations, from supermarket sales offers to legal contracts, assail us from every direction and in hitherto unprecedented quantities and variety. Within such documents, it was traditionally the 'written text' that played the central role, serving as the principle carrier of information. But things have changed: nowadays that text is just one strand in a complex presentational form that seamlessly incorporates visual aspects 'around', and sometimes instead of, the text itself. We refer to all these diverse visual aspects as *modes* of information presentation. Combining these modes within a single artefact – in the case of print, by binding, stapling, or folding or, for media, by 'linking' with varieties of hyperlinks – brings our main object of study to life: the *multimodal document*."

camadas primordiais formadoras dos documentos multimodais. Assim, o que percebemos é que o modelo em estudo é capaz de individualizar e pormenorizar as estruturas formadoras dos documentos, visando entendê-las em sua totalidade. Quando isto não for viável, porém, o mesmo procura garantir que as eventuais restrições causadas em função de tecnologia, suporte ou gênero, sejam devidamente isoladas. Dessa forma, então, acaba permitindo que os modos semióticos particulares empregados no documento possam ser mais facilmente investigados.

Tal pormenorização pode ser vista no quadro abaixo de forma sucinta, demonstrando os elementos de decomposição estruturais em camadas a ser empregado em qualquer documento multimodal, mas em nosso contexto de pesquisa aplicado à análise das homepages dos Ministérios da Justiça e do Meio Ambiente:

Quadro 4
Estrutura de organização de camadas do Modelo GeM

Camadas estruturais	Explicativas
Estrutura de conteúdo	A estrutura de conteúdo da informação a ser veiculada/divulgada – incluindo conteúdo proposicional.
Estrutura de gênero	As etapas individuais ou fases definidas para um gênero dado, em outras palavras, como a apresentação do conteúdo ocorre em etapas próprias da atividade.
Estrutura retórica	As relações retóricas entre os elementos de conteúdo, isto é, como o conteúdo é "discutido", dividido entre material principal e auxiliar, e retoricamente estruturado.
Estrutura linguística	Os detalhes linguísticos de quaisquer elementos verbais que são utilizados para conceber os elementos de *layout* de uma página.
Estrutura de *layout*	A natureza, aparência e posição dos elementos sócio-comunicativos em uma página, e as inter-relações hierárquicas entre eles.
Estrutura navegacional	As formas pelas quais o(s) modo(s) pretendido(s) de consumo do documento se sustenta(m): isto inclui todos os elementos em uma página que sirvam para direcionar ou auxiliar o leitor no trato com o documento.

FONTE: BATEMAN, 2008

Assim, de forma sintética, o que podemos observar é que a estruturação prévia segue o que caracteriza os elementos formadores de um documento: a **camada *base***, tratando dos elementos básicos fisicamente presentes em uma página; a **camada de *layout***, acerca das propriedades e estruturas de *layout*; a **camada *retórica***, versando sobre uma consideração mais detalhada das relações retóricas entre o conteúdo expresso pelos elementos na página e sua intenção sócio-comunicativa; a **camada *navegacional***, na qual se observam os elementos que contribuem explicitamente para a navegação e acessos na página, favorecendo a ideia de "movimento" ao redor do documento em várias maneiras; e, por fim, a **camada de *gênero***, i.e., a representação de um agrupamento de elementos de outras camadas em configurações genericamente reconhecíveis e distintas de gêneros específicos ou tipos de documentos (BATEMAN, 2008).

Diante de todas as camadas e suas relações com a linguagem em diversas facetas, resolvemos, na presente pesquisa, fazer um recorte das camadas a serem analisadas nas homepages dos Ministérios da Justiça e do Meio Ambiente, de forma a se investigar mais criteriosa e detalhadamente as duas primeiras camadas: ***base* e *layout***.

A justificativa para tanto se encontra no fato de que a camada base consubstancia todo o Modelo GeM, uma vez que trata dos elementos basilares da interpretação de um documento multimodal. Ou seja, a camada base identifica unidades essenciais da página de forma extensiva, permitindo uma abordagem mais específica das mesmas posteriormente, quando da análise das outras camadas propostas pelo Modelo GeM. Dessa maneira, acaba por fornecer os meios para se estabelecer o que está disponível na página em discussão, independentemente de como tal discussão se desdobrará em seguida. Em suma, a camada base apresenta as unidades mínimas formadoras do documento multimodal, sendo imprescindível para eventuais discussões acerca de aspectos de *layout*, retóricos, navegacionais e de gênero.

A camada de *layout*, por sua vez, busca caracterizar a página a ser analisada em termos de percepção visual. Para tanto, é necessário capturar não apenas os elementos individuais (camada base), mas também os agrupamentos e proximidades de *layout*, as relações espaciais mútuas, assim como as particularidades e propriedades de formatação. Nesse sentido, a aparência visual de uma página é expressa, em várias maneiras, de forma (in)subconsciente,

devendo o pesquisador perscrutá-la integralmente, não sendo uma opção ignorar determinado elemento ou focar apenas no que se deseja[30]. (BATEMAN, 2008, p.115).

Em síntese, o motivo pelo qual fazemos a referida restrição na investigação das camadas dá-se pelo fato de entendermos, assim como disposto por Bateman (2008, p. 142), que tais camadas – base e *layout* – são as mais elementares no processo de decomposição de um documento multimodal. Sem a compreensão destas, o restante não tem onde se alicerçar. Além delas, entramos em áreas que fogem do escopo e do recorte escolhido para a atual investigação, mas que certamente podem ser mais desenvolvidas em estudos posteriores.

Pelos motivos apresentados, o nosso foco será na análise dos aspectos multimodais da página inicial dos portais eletrônicos do Ministério da Justiça e do Meio Ambiente com as camadas base e *layout* do Modelo GeM proposto por Bateman (2008). O detalhamento de cada uma delas nos capítulos seguintes da presente investigação permitirá um maior entendimento de como funciona a dinâmica multimodal desses portais governamentais.

[30] Tradução livre do excerto: "The visual make-up of the page is delivered in many respects pre-attentively and is not an option for the user to ignore or focus as they will."

3 DO CORPUS DE ANÁLISE E DA METODOLOGIA

3.1 O corpus de análise

Nosso *corpus* de análise constitui-se das duas homepages dos portais eletrônicos, a saber, a do Ministério do Meio Ambiente e a do Ministério da Justiça do Brasil. Ressaltamos que podemos defini-las – as páginas iniciais referidas – dentro da concepção de *corpus*, em função do que já vem sendo construído pela academia e pela a definição que abarca a noção de um "conjunto finito de materiais significantes (enunciados lingüísticos, capas de revistas, etc.) constituído com vistas à análise semiológica", conforme consta no Dicionário Eletrônico Aurélio (2004) e do entendimento de um conjunto de dados linguísticos passíveis de investigação analítica.

3.2 Os portais ministeriais

Nesse sentido, percebemos que várias são as fontes em que podemos embasar um estudo que trate da análise de elementos multimodais da linguagem. Todavia, diante da infinidade de possibilidades disponíveis nos textos dos vários gêneros, ou documentos, como denominados por Bateman (2008), foi necessário, para se investigar de forma mais criteriosa, realizar um recorte nesse vasto acervo. Para tanto, escolhemos os portais eletrônicos – mais especificamente as páginas iniciais – do Ministério da Justiça e do Ministério do Meio Ambiente do Governo Federal brasileiro.

A razão para selecionarmos os dois encontra-se fundamentada na importância do conteúdo abordado e trabalhado pelos mesmos. Em tempos em que questões como segurança pública, tráfico de pessoas e pirataria, assim como desenvolvimento sustentável, consciência ecológica e degradação ambiental fazem parte e influenciam diretamente o comportamento dos cidadãos, promovendo discussões nos mais variados meios, torna-se relevante salientar o papel de comunicador e divulgador de informação dos órgãos máximos competentes para tratar de tais assuntos no Brasil.

Observamos, a partir da missão dos Ministérios, transcritas abaixo de seus endereços eletrônicos, o papel preponderante que os mesmos possuem no trato da informação veiculada em seus portais:

● **Ministério do Meio Ambiente:** criado em novembro de 1992, tem como missão promover a adoção de princípios e estratégias para o conhecimento, a proteção e a recuperação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos serviços ambientais e a inserção do desenvolvimento sustentável na formulação e na implementação de políticas públicas, de forma transversal e compartilhada, participativa e democrática, em todos os níveis e instâncias de governo e sociedade[31].

● **Ministério da Justiça:** tem por missão garantir e promover a cidadania, a justiça e a segurança pública, através de uma ação conjunta entre o Estado e a sociedade[32].

Assim, as páginas iniciais – homepages – dos ministérios tornam-se de extrema importância no primeiro contato que os cidadãos venham porventura a fazer com estes órgãos federais em busca de informações relativas aos seus âmbitos de atuação. Cabe destacar que tais páginas iniciais podem também ser percebidas não apenas como documentos, uma vez que as mesmas consubstanciam a definição previamente mencionada de registro "escrito para esclarecer determinada coisa", conforme predispõe o Dicionário Houaiss (2007), mas como documentos *multimodais*, conforme já citado em capítulo anterior (vide seção 3.3).

Dessa forma, então, fizemos a escolha consciente em analisar as páginas iniciais de tais portais eletrônicos ministeriais, não apenas pela importância na carga de conteúdo que expressam, mas também pelos seus aspectos de modernidade advindos das *affordances* de uma tecnologia que a cada dia se entranha mais inexoravelmente na vida dos cidadãos, a Internet. É por esse motivo também que apreciamos o comentário de Cope e Kalantzis[33] (2009) de que:

> A partir de meados da década de 90, a Internet levou isto [a multimodalidade] mais além com seu ofuscamento de limites e com sobreposições do texto escrito, imagem e ícone, assim como com o extensivo uso de metáforas espaciais e arquitetônicas associadas à

[31] Disponível em: <http://www.mma.gov.br/o-ministerio/apresentacao> Acesso em: 21 jan. 2013.
[32] Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJAD82FBF6ITEMID3006FB374BA746898656440BE0410ADDPTBRIE.htm> Acesso em: 21 jan. 2013.
[33] Tradução livre do excerto: "From the mid 1990s, the Internet takes this even further with its blurring of the boundaries and overlaying of written text, icon and image, as well as with its extensive use of spatial and architectonic metaphors associated with *sites* navigation (CASTELLS 2001; GILSTER 1997; MITCHELL 1995). […] The effect of all of these changes over the past half century, picking up pace with digitisation, has been to reduce the privileged place of the textual in western culture, progressively bringing the visual and other modes to a par. In some contexts, even, other modes are now being privileged ahead of the written textual (KRESS 2000; KRESS 2003)."

> navegação em *sites*. [...] ***O efeito de todas essas mudanças nos últimos cinquenta anos, acompanhando o ritmo da digitalização, vem sendo o de reduzir o espaço privilegiado do texto na cultura ocidental, trazendo, progressivamente, o visual e demais modos para uma posição de igualdade com aquele,*** sendo que em determinados contextos outros modos já vêm sendo privilegiados em detrimento do texto escrito. (COPE e KALANTZIS, 2009, p. 362) (grifo nosso)

O que podemos enfatizar, a partir do comentário acima, é que atualmente a Internet e seus subprodutos – *sites*, blogs, canais de vídeo, *podcasts* etc. – fundiram-se tanto em nosso cotidiano que se tornou mais complicado vislumbrar a produção de documentos que não passe pelos domínios cibernéticos. Nesse sentido, percebemos e concordamos com os autores citados anteriormente por afirmarem que, em décadas anteriores, priorizou-se o uso da linguagem escrita e literária sobre os demais modos, sendo isso não só uma redução nas possibilidades de expressão de sentidos, tendo em vista as tendências sociais e tecnológicas atuais de integração da comunicação multimodal (COPE e KALANTZIS, 2009).

3.3 Metodologia de pesquisa

Concentraremos o estudo na análise das páginas iniciais dos portais eletrônicos dos Ministérios da Justiça e do Meio Ambiente disponíveis no ano de 2013 nos endereços eletrônicos abaixo, em função do caráter notadamente documental desses ambientes virtuais. Fizemos uso, pois, da pesquisa documental.

- Ministério da Justiça: http://portal.mj.gov.br/
- Ministério do Meio Ambiente: http://www.mma.gov.br/

Nos dizeres de Severino (2007), tal tipo de pesquisa tem como fontes documentos, sendo estes entendidos em seu sentido mais amplo. Assim, textos que ainda não foram submetidos a um tratamento analítico formam a matéria-prima a partir da qual o investigador irá perquirir e desenvolver sua pesquisa. Encontra-se justificada, dessa forma, então, a utilização desse tipo de pesquisa, tendo-se em vista que os *sites* em tela são, em sua natureza, exemplos de documentos.

Ainda nesse sentido, cabe destacar que a investigação realizada na presente pesquisa possui um cunho tanto qualitativo quanto quantitativo. Do ponto de vista qualitativo, desenvolveremos os estudos com base na observação de dados, coleta dos mesmos e

interpretação da natureza das informações obtidas dos portais ministeriais, tendo como *framework* o Modelo GeM proposto por Bateman (2008). Ressaltamos nesse ponto o que Johnson e Onwegbuzie[34] (2004, *apud* SANTOS, 2009) apresentam como atributos elementares de uma pesquisa de ordem qualitativa, a ver, "o seu caráter êmico, descritivo, indutivo, o ambiente natural como fonte direta de dados, o significado que as pessoas dão às coisas sem desconsiderar a confiabilidade do material investigado para a validação de resultados" (SANTOS, 2009, p. 67). Isso enquadra esta investigação nos parâmetros qualitativos, uma vez que pretendemos abordar a partir das homepages de ambos Ministérios o sentido que os elementos multimodais determinam aos significados das informações veiculadas, partindo-se das premissas do modelo batemaniano. Todavia, necessitamos apresentar nesse momento que a pesquisa também se embasará em aspectos de teor quantitativo, uma vez que o próprio Modelo GeM nos oferece tal possibilidade quando do estudo tanto individual quanto comparativo das camadas presentes em um determinado documento.

Para darmos início à pesquisa, começamos com a apresentação detalhada dos dois portais eletrônicos dos Ministérios do Meio Ambiente e da Justiça do Brasil, tendo sido a escolha de ambos os órgãos devidamente justificada nas seções anteriores. Após finalizarmos este recorte eletivo, passamos para o passo seguinte que consiste na reprodução off-line das homepages acessadas on-line[35]. Após a representação dos portais, passamos para a investigação proposta por Bateman (2008) das duas camadas elementares no processo de "dissecação" do documento multimodal: a camada base e a camada de *layout*. Nesse ponto, realizamos a individualização das unidades tidas como primordiais, de forma a termos o panorama mais completo acerca da composição fundamental das páginas ministeriais on-line, analisando detidamente – e também em termos quantitativos – como as unidades mencionadas contribuem (ou não) para o processo de produção de sentido do conteúdo exposto.

Cabe destacar que, ao longo do processo de investigação analítica das camadas base e de *layout*, procuramos sempre nos ater aos aspectos semióticos e às *affordances* (GIBSON, 1986) que cada página poderia nos trazer. Pensamos que as diversas possibilidades de

[34] JOHNSON, R. Burke; ONWUEGBUZIE, Anthony. *Mixed methods research*: a research paradigm whose time has come. Educational Researcher, v.33, n.7, 2004. p.14-26.

[35] Cremos que esta retomada da visualização do que os *sites* oferecem (já introduzida nas Considerações Iniciais) favorece a lembrança dos mesmos, assim como o impacto multimodal causado nos primeiros contatos com a página em si (Baldry e Thibault, 2005)

entendimento do documento por meio dos modos nele representados e visíveis não só incrementam os potenciais de produção de significados, como também expandem as chances de que um número maior de pessoas consiga entender os registros, tendo em vista que:

● A linguagem multimídia da tela vem se tornando cada vez mais vernacular;
● A linguagem multimídia da tela é capaz de construir significados complexos independentemente do texto;
● A linguagem multimídia da tela possibilita modos de pensamento, formas de comunicar e conduzir pesquisas, assim como métodos de publicação e ensino essencialmente diferentes daqueles do texto;
● Por fim, a partir dos três argumentos anteriores, os que forem verdadeiramente letrados no século XXI serão aqueles que aprendem tanto a ler quanto a escrever a linguagem multimídia na tela (DALEY[36], 2003, p.33).

O que temos como objetivo principal, então, é examinar em que medida as páginas iniciais dos portais ministeriais em análise abordam aspectos – concretamente verificáveis – de multimodalidade e como isso pode vir a impactar na produção e recepção dos significados interpostos nesses documentos multimodais on-line. Deixamos claro também que embora os aspectos de ordem semiótica, além dos vieses relativos às questões retóricas, linguísticas e navegacionais presentes nos *sites* consubstanciem e fundamentem nosso estudo, não entraremos nos pormenores mais detalhados nessa pesquisa, por não fazer parte do escopo dos objetivos da mesma.

[36] Tradução livre do excerto: "1. The multimedia language of the screen has become the current vernacular. 2. The multimedia language of the screen is capable of constructing complex meanings independent of the text. 3. The multimedia language of the screen enables modes of thoughts, ways of communicating and conducting research, and methods of publication and teaching that are essentially different from those of the text. 4. Lastly, following from the previous three arguments, those who are truly literate in the twenty-first century will be those who learn to both read and write the multimedia language of the screen."

4 ANÁLISE DOS *SITES*

4.1 O impacto da Internet nos documentos multimodais

Como já foi dito em diversas passagens anteriores, vivemos atualmente em mundo em que a produção de documentos multimodais tornou-se inerente à forma pela qual a sociedade registra seus atos. Também já salientado, destacamos que tal fenômeno em muito se deve à propagação e disseminação de novas tecnologias, incluindo nesse rol a Internet com seu potencial de utilização de variados modos para expressar sentidos e significados. Nos dizeres de Bateman (2008, p.2) "[a] supremacia do documento multimodal é também acompanhada e acelerada pelo enorme crescimento das tecnologias por meio das quais tais documentos são produzidos, distribuídos e consumidos[37]", sendo possível que nos lembremos também das palavras de Marcuschi (2002) ao predispor que:

> [...] o ambiente virtual é extremamente versátil e hoje compete, em importância, nas atividades comunicativas, ao lado do papel e do som. [...] O impacto das tecnologias digitais na vida contemporânea está apenas se fazendo sentir, mas já mostrou com força suficiente que tem enorme poder tanto para construir como para devastar. (MARCUSCHI, 2002, p.1)

Tal realidade fica ainda mais clara e perceptível quando percebemos que o tradicionalismo do texto escrito já vem deixando o pedestal em que se encontrava em décadas passadas, dividindo com outros modos de expressão a importância da multiplicidade na disseminação das formas de comunicação, conforme percebido no excerto acima. O crescimento exponencial do uso da Internet[38] e o consequente grande número de usuários podem ser observados no gráfico abaixo:

---

[37] Tradução livre do excerto: "The ascendancy of the multimodal document is also accompanied and accelerated by the dramatic growth of the technologies by which such documents are produced, distributed and consumed."

[38] Consideramos importante destacar nesse ponto da dissertação que nos afiliamos ao conceito de *Internet* dado pelo Dicionário Eletrônico Aurélio (2004): "Qualquer conjunto de redes de computadores ligadas entre si por roteadores e gateways, como, p. ex., aquela de âmbito mundial, descentralizada e de acesso público, cujos principais serviços oferecidos são o correio eletrônico (q. v.), o chat (q. v.) e a *Web* (q. v.), e que é constituída por um conjunto de redes de computadores interconectadas por roteadores que utilizam o protocolo de transmissão TCP/IP."

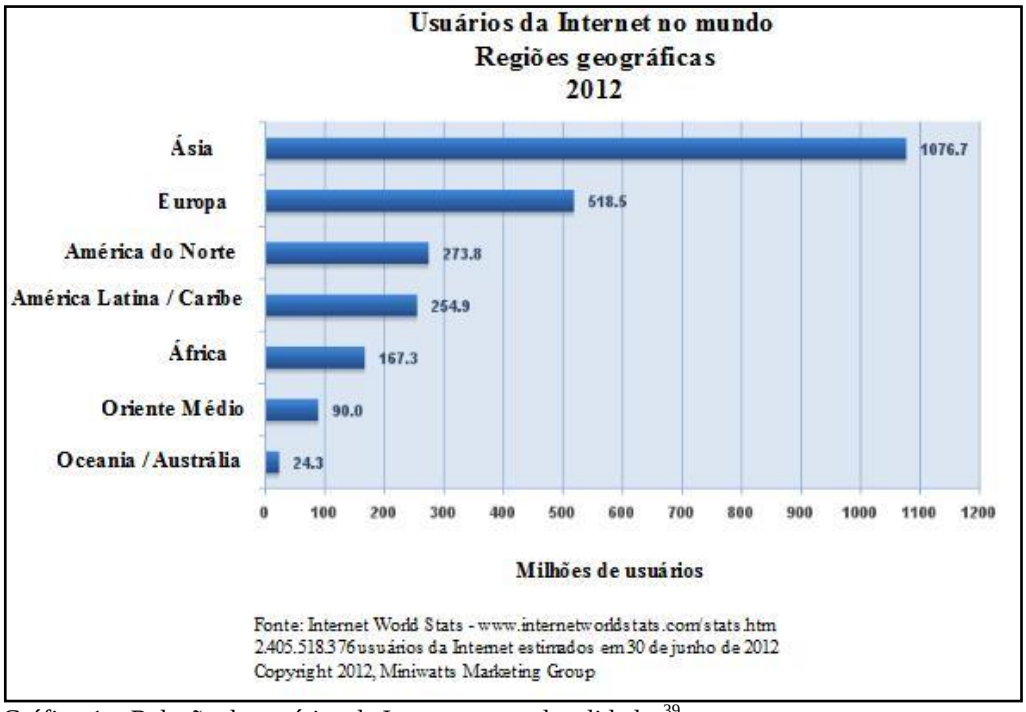

Gráfico 1 – Relação de usuários da Internet e suas localidades[39]
FONTE: INTERNET WORLD STATS, 2012

O que podemos afirmar, com base nas informações do Gráfico 1, é que o fenômeno do universo on-line tornou-se não apenas inegável, mas praticamente irreversível. Insistir em práticas que não vislumbrem ou contemplem o que essa plataforma tem a oferecer é agir na contramão das atuais tendências e exigências de consumo de informação atuais no meio digital, justificando-se, dessa forma, a necessidade de se valer de recursos cada vez mais multimodais (e intrinsecamente relacionados à natureza do abrangente mundo virtual) para produzirmos e recebermos documentos relevantes ao nosso cotidiano.

É ainda nessa linha de raciocínio que concordamos com os seguintes dizeres de Lemke[40] (2005) ao dispor sobre os efeitos da Internet:

> Com o aumento da World Wide*Web* como um meio de informação, quase universal, ficou claro para todos nós que o texto escrito foi apenas um componente de um meio

[39] Disponível em: <www.internetworldstats.com/stats.htm> Acesso em: 02 nov. 2013.
[40] Traduções livres dos excertos: "With the rise of the WorldWide*Web* as a near-universal information medium, it became clear to all of us that written text was just one component of an essentially multimodal medium."; "We are more and more enmeshed in these multimedia constellations. More than ever we need a critical multimedia literacy to engage intelligently with their potential effects on our social attitudes and beliefs." e "All communication is multimedia communication. Or more precisely, it is multi-modal communication. Multimodality refers to the combination or integration of various sign systems or semiotic resource systems such as language, depiction, gesture, mathematics, music, etc. The medium as such is the material technology through which the signs of the system are realized or instantiated. Language is a modality or semiotic system."

> essencialmente multimodal. [...] Estamos cada vez mais enredados nessas constelações multimídia. Mais do que nunca precisamos de um letramento multimídia crítico para nos envolver de forma inteligente com seus efeitos potenciais sobre as nossas atitudes e crenças sociais. (LEMKE, 2005, pp.1-2)

O autor apresenta de forma sucinta o impacto que já observamos diariamente no trato com o meio virtual e sua inexorável permeabilidade na veiculação de documentos multimodais. Culmina, por fim, com sua breve, porém precisa inter-relação entre multimodalidade e comunicação, ao predispor que toda comunicação é multimídia, sendo mais precisamente comunicação multimodal. Lemke (2005) refere-se à multimodalidade, então, como a "combinação ou integração dos diferentes sistemas de signos ou sistemas de recursos por meio da qual os sinais dos sistemas são realizados ou instanciados". (LEMKE, 2005, p.3)

Notamos um retorno praticamente inevitável às já apresentadas questões que dizem respeito à multimodalidade, sendo isso, entretanto, algo esperado, tendo em vista o caráter cíclico que o tema possui ao abarcar o universo on-line. Essas idas e vindas são que nos fazem perceber como a análise de materiais advindos da Internet torna-se cada vez mais imperiosa nos dias atuais, levando-nos a investigar como documentos que são acessados inúmeras vezes ao dia impactam na compreensão dos sentidos pretendidos pelos seus autores.

Assim, para que possamos entender com mais profundidade como se deslinda a questão da multimodalidade em ambiente virtual, buscamos as homepages do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Justiça do Brasil, nossos objetos de pesquisa, e retomamos os pontos já destacados na metodologia. Inicialmente, então, apresentaremos a primeira impressão que tais páginas causam no usuário, dispondo-as em versão reduzida. Em seguida, partiremos para a investigação mais pormenorizada das **camadas base e de *layout*** (BATEMAN, 2008) presentes nos *sites* e, por fim, destacaremos em que medida, tanto qualitativa quanto quantitativamente, o resultado da análise das camadas mencionadas auxilia no entendimento que possamos ter de tais documentos como mais ou menos multimodais e, consequentemente, abrangentes do ponto de vista da compreensão dos significados por eles expressos.

Destacamos, por fim, antes de adentrarmos nos detalhes relativos às duas camadas citadas anteriormente, que o motivo principal de analisarmos documentos multimodais, especialmente aqueles que se encontram em suporte altamente tecnológico, se dá,

principalmente, pela complexidade inerente a essa multiplicidade modal. Nesse sentido, precisamos ter em mente três aspectos cruciais quando nos deparamos com um documento multimodal, conforme ressaltado por Bateman (2008):

● Além do uso da linguagem verbal, tais documentos utilizam muitos aspectos visuais e espaciais, o que acarreta num englobamento de diversos modos semióticos que certamente atribuirão sentidos diferentes quando em contato com o recurso verbal, tornando-se necessária a compreensão da totalidade modal de forma a se depreender, o mais fidedignamente possível, os significados nele expressos.
● Documentos multimodais dependem, em maior ou menor grau, de tecnologia que sirva de suporte para os significados por eles veiculados, diferentemente do que ocorre na linguagem oral, especialmente nas interações face a face. Cabe acrescentar que, em vídeos, filmes, palestras gravadas, *podcasts* etc., os recursos multimodais exercem tanta influência quanto nos textos escritos impressos ou digitais.
● A maior parte dos intérpretes dos documentos multimodais não faz parte de um público especializado nas peculiaridades de tais documentos.

Essa trindade nos auxilia a lembrar do grau de **complexidade** dos documentos que temos como objeto de estudo em qualquer investigação que vise examinar meticulosamente a forma pela qual significados podem ser expressos por meio de diferentes modos. Nas palavras de Bateman (2008):

> Por que nós precisamos de análises para entender a multimodalidade? O motivo principal é que documentos multimodais são entidades extremamente complexas. Sem uma análise detalhada, os mecanismos pelos quais eles [documentos multimodais] constroem significados não seriam revelados; nós, de fato, precisamos de análises bem detalhadas para fazer com que o "sinal" multimodal transmitido pelo documento multimodal se torne visível e para evitarmos organizar nossos resultados com preconceitos oriundos de nossas experiências com outros tipos de artefatos semióticos. (BATEMAN, 2008, p.11)

Com esses dizeres, então, partimos abaixo para um exame mais criteriosos acerca da questão do entendimento das homepages como gênero digital mais emergente nos dias atuais e na forma como as camadas base e de *layout* consubstanciam essa prática social nos moldes concebidos pelo Modelo GeM, de modo que possamos enxergar as minúcias de sentido presentes nas páginas iniciais do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Justiça.

4.1.1 Gêneros textuais e tecnologia

Atualmente muito se discute sobre a influência e o impacto dos gêneros textuais e digitais na vida das pessoas. Discutidos por diversos autores, ao longo das últimas décadas, o assunto em si tomou porte cada vez mais considerável, principalmente com o advento das novas tecnologias que, de uma maneira ou outra, capacitaram que variadas formas de expressão possam ser veiculadas por meio de plataformas ou suportes plurais e dinâmicos.

Dentro dessa ampla discussão, todavia, precisamos determinar de forma mais específica nosso posicionamento acerca do entendimento dado aos gêneros, impressos ou digitais. Ressaltamos que, embora não faça parte do escopo principal dessa investigação adentrar nas minúcias e debates que envolvem a natureza dos gêneros textuais e sua relação com a tecnologia, apresentaremos sucintamente como enxergamos a conexão entre ambos a partir de nossa compreensão de suas peculiaridades.

É nesse sentido, então, que apresentamos abaixo uma definição de gênero com a qual concordamos, tendo em vista que a mesma aborda a necessidade de compreendê-los como entidades históricas e sócio-discursivas:

> Fruto de trabalho coletivo, os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia. [...] os gêneros não são instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa. Caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos. Surgem emparelhados a necessidades e atividades sócio-culturais, bem como na relação com ***inovações tecnológicas***, o que é facilmente perceptível ao se considerar a quantidade de gêneros textuais hoje existentes em relação a sociedades anteriores à comunicação escrita. (MARCUSCHI, 2002, p.19) (grifo nosso)

Como Marcuschi (2004) salienta, os gêneros precisam ser entendidos como entidades dotadas de certo dinamismo, uma vez que se relacionam diretamente com as produções humanas, igualmente dinâmicas e mutáveis. Ainda nesse pensamento, cremos que a plasticidade inerente aos gêneros textuais, conforme podemos observar no trecho reproduzido acima, é condição intrínseca aos atos sócio-comunicativos pela linguagem e ainda em muito corrobora para a noção que Bateman (2008) traz de um modelo que trate de gênero atrelado à noção de multimodalidade: esta nada mais é do que uma denominação similar que podemos dar à maleabilidade que os gêneros impressos ou digitais nos trazem, i.e., ao aspecto de múltiplos modos que percebemos nas atividades sócio-comunicativas humanas.

Ainda de forma complementar, compartilhamos do entendimento de Marcuschi (2002) quando este trata da importância da análise de tais gêneros sob a ótica das novas tecnologias, uma vez que os gêneros investigados sob o prisma do desenvolvimentismo científico vêm não apenas se propagando cada vez mais, como apresentando novas particularidades e possibilidades de se rever conceitos já consolidados pela academia.

Em poucas palavras, o entendimento de Bateman (2008) sobre a noção de gêneros[41] abarca não apenas a utilização por parte das práticas sociais humanas de modos específicos de expressão pelo modo linguístico, como também a inclusão de outros modos semióticos disponíveis, dando origem à noção de documentos multimodais:

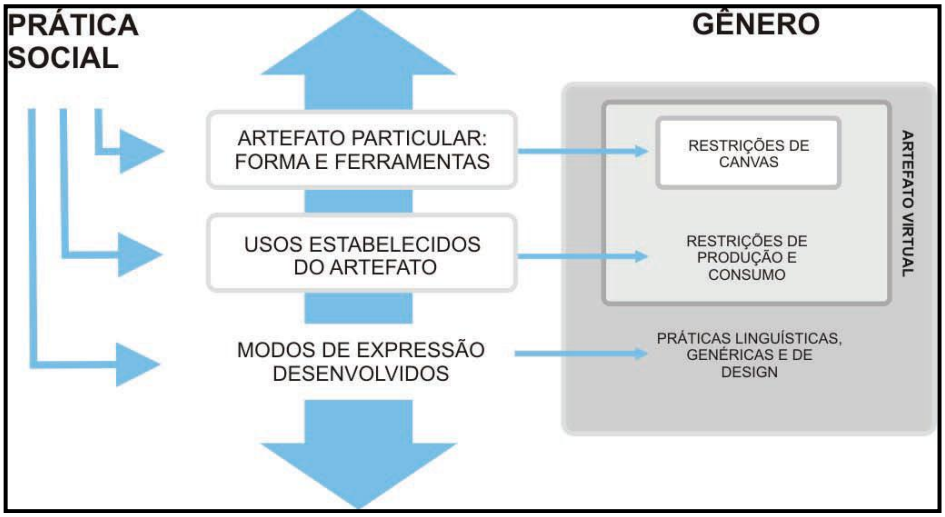

Figura 5 – O Modelo GeM (adaptado de Bateman, 2008)

De forma simplificada, observamos que as práticas sociais se refletirão em três grandes configurações: artefatos particulares que são criados por meio de formas e ferramentas específicas, os usos que fazemos de tais artefatos e a maneira pela qual os expressamos. A consequência natural desses arranjos originários das práticas sociais é a concepção que podemos ter de gênero "realizações linguísticas concretas [acrescidas de outros modos semióticos] definidas por propriedades sócio-comunicativas", constituindo, assim, "[...] textos empiricamente realizados cumprindo funções em situações comunicativas." (MARCUSCHI, 2002). Ainda dentro dessa perspectiva, observamos que Bateman (2008) utiliza o termo *canvas*, que, em suas palavras, representa "[...] uma generalização técnica para se referir a

[41] Aqui enfatizamos novamente a visão de Marcuschi (2002) ao considerar na gênese dos gêneros textuais a presença da tríade composta pelas funções cognitiva, comunicativa e institucional da linguagem, denotando, assim, o vínculo com a vida sócio-cultural humana e o consequente e admirável uso da linguagem no cotidiano dos indivíduos.

qualquer meio que seja adotado como substrato para o artefato em questão. Isso pode ser, por exemplo, um papel de determinado tamanho (e espessura, grau de absorção de tinta etc.), ou a tela de um monitor (de determinado tamanho ou resolução), ou a pele de um animal (de determinada textura), e assim em diante[42]". (BATEMAN, 2008, p. 16).

O que podemos afirmar com base no que foi exposto acima é que nesse contexto de gêneros textuais ou digitais envoltos por aspectos multimodais, a análise de documentos precisa, então, ser vista com cuidado, uma vez que as práticas sociais dinâmicas e altamente mutáveis irão certamente interferir na forma pela qual o gênero manifestar-se-á. Percebemos no eixo central da figura a presença dos efeitos das práticas sociais humanas e que, advindos delas, "[...] artefatos multimodais particulares são produzidos com formas particulares e com o auxílio de tecnologias de produção também particulares [...]" (VIEIRA, 2009, p.123).

Cabe destacar que, no referente às tecnologias citadas, nos afiliamos à ideia de que realmente estas não criam os gêneros textuais, sendo importante lembrar que são as práticas sociais e a comunicação cotidianas – assim como seus usos em maior ou menor intensidade – que se relacionam com a utilização que fazemos da tecnologia e, consequentemente, dos gêneros textuais no meio digital viabilizados pela mesma (MARCUSCHI, 2002; STREET, 2010).

Na seção seguinte, nos ateremos à discussão se, de fato, podemos enxergar as homepages, objeto de nosso estudo, como gêneros em si ou se outras classificações se farão necessárias antes de adentrarmos na investigação analítica dos *sites* dos Ministérios em termos de camada base e de *layout*.

4.1.1.1 Homepages: gêneros ou suportes tecnológicos?

Os estudos que englobam as novas tecnologias e a forma como estas impactam na produção de documentos multimodais em muito vem aumentando o interesse de pesquisadores que passam a investigar analiticamente as repercussões – em termos de alcance, linguagem utilizada, público-alvo etc. – no processo de recepção desses documentos.

[42] Tradução livre do excerto: "[...] as a technical generalisation to refer to whatever medium is adopted as substrate for the artefact at issue. This could be paper of a particular size (and thickness, absorbency, etc.), or a monitor screen (of a particular size and resolution), or an animal skin (of particular texture), and so on."

Nessa linha, a Internet não poderia ficar atrás, sendo considerada, nos dias atuais, como o carro-chefe que impulsiona a maior parte da tecnologia, principalmente quando o assunto em voga é a disseminação de registros que expressem em si inúmeros modos. Por sua natureza complexa, a Internet permite que os documentos apresentem aspectos que antes se ateriam somente ao escrito-verbal. O uso de imagens (para generalizar o que vemos com a utilização de figuras, fotografias, gráficos, diagramas etc.), áudio, a combinação dos dois em movimento com recursos de vídeos, fazem com que a riqueza multimodal se torne mais acessível aos usuários da rede.

A homepage surge, então, como foco principal de análise dessa pesquisa, podendo ser também concebida como um dos ícones da navegação on-line. Geralmente, quando pensamos em Internet, acabamos por mentalizar alguma homepage que, em função dos inúmeros acessos que nela realizamos, representa o todo da Internet. Diante da relevância desse termo, preferimos conceituá-lo abaixo de acordo com o Dicionário Eletrônico Aurélio (2004), de maneira que fique mais clara a nossa percepção do mesmo e o porquê empregá-lo:

> ***Página de entrada em um site da Web***, ou de outro sistema de hipertexto ou de hipermídia, que geralmente contém uma apresentação geral e um índice, com elos de hipertexto que remetem às principais seções de conteúdo do *site*, visando facilitar a navegação pelo sistema; página inicial, página default. (NOVO DICIONÁRIO ELETRÔNICO AURÉLIO VERSÃO 5.11ª, 2004) (grifo nosso)

Percebemos, com isso, que esta página de entrada ou inicial funciona como um cartão de boas-vindas, uma primeira impressão, para o usuário da *Web*[43]. Praticamente, não conseguimos conceber a navegação on-line sem que acessemos as homepages dos locais por onde pretendemos navegar. Em função da importância que tais páginas possuem, então, para aqueles que as investigam, necessitamos delimitar se as mesmas podem ser consideradas gêneros textuais no meio digital ou gêneros digitais ou apenas suporte para estes.

Alguns autores são um pouco reticentes ao considerar os ambientes virtuais como gêneros textuais. Os argumentos utilizados são vários, preponderando a questão de que tais ambientes derivam diretamente de outros suportes mais tangíveis (*e-mail* é oriundo da carta, o *blog* dos

[43] O conceito de *Web* pode ser dado como: "Recurso ou serviço oferecido na *Internet* (rede mundial de computadores), e que consiste num sistema distribuído (q. v.) de acesso a informações, as quais são apresentadas na forma de hipertexto, com elos entre documentos e outros objetos (menus, índices), localizados em pontos diversos da rede." Dicionário Eletrônico Aurélio (2004)

diários etc.) e também por não possuírem um caráter mais perene em sua duração. Marcuschi[44] (2004 *apud* RIBEIRO, ROCHA e COSCARELLI, 2010) se atém a essa linha de pensamento quando predispõe que os gêneros digitais possuem, majoritariamente, semelhanças com gêneros da oralidade e da escrita, afirmando, uma década atrás, que tais gêneros digitais não haviam se consolidado, uma vez que a capa da novidade trazida pela tecnologia envolvia velhos e já conhecidos gêneros.

Percebemos em Ribeiro, Rocha e Coscarelli (2010) que os três autores sintetizam a concepção de Marcuschi acerca do papel da tecnologia digital ao disporem o seguinte:

> Para ele [Marcuschi], as novas tecnologias propiciavam o reenquadramento da noção de gênero, e não produziam gêneros novos. No mesmo sentido, insiste-se na perspectiva segundo a qual "com o tempo, percebe-se que não era tão novo aquilo que foi tido como tal." (MARCUSCHI, 2004:18)
>
> Cauteloso, Marcuschi afirma que "o grande risco que corremos ao definir e identificar esses gêneros [digitais] situa-se na própria natureza da tecnologia que os abriga. Seu vertiginoso avanço pode invalidar com grande rapidez as ideias" (MARCUSCHI, 2004:25) que ele expunha. (RIBEIRO, ROCHA e COSCARELLI, 2010, p.184)

Logo, afirmamos pela apreensão do autor ao tratar do que muitos intitulam gêneros emergentes, uma vez que tanto a transitoriedade quanto a similaridade com outros gêneros mais consolidados se fazem presentes. De forma bastante enfática, Marcuschi (2002) desconsidera a interpretação das homepages como gêneros textuais quando diz:

> [...] **não vamos tratar como gênero a home-page** (portal, sítio, página), já que ela não passa de um ambiente específico para localizar uma série de informações, operando como um suporte e caracterizando-se cada vez mais como um serviço eletrônico. Uma homepage não passa de um catálogo ou uma vitrine pessoal ou institucional. (MARCUSCHI, 2002, p.11)

Dessa forma, o autor encara as páginas iniciais da *Web* apenas como suportes para outros gêneros que nelas se concebem. As características das mesmas são mais relacionadas à exposição de conteúdos (quer sejam imagens, textos escritos, ou vídeos), funcionando as homepages como uma ferramenta on-line por meio da qual, como já foi dito anteriormente, outros gêneros textuais de cunho digital se realizam.

---

[44] MARCUSCHI, Luís Antônio. *Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital*. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antônio Carlos. (Orgs.). Hipertexto e gêneros digitais. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

No que pesem os argumentos utilizados por Marcuschi (2002) e as eventuais mudanças de opinião observadas, ao longo dos últimos anos, alguns outros autores e pesquisadores discordam dessa visão meramente de suporte para justificar que as homepages são, de fato, gêneros textuais. Dentre eles, notamos o que diz Dell'Isola (2009) em sua definição de gênero textual, o que posteriormente vem a abarcar a possibilidade de inclusão da homepage no rol dos gêneros existentes:

> Gêneros textuais são manifestações sociais constituídas de elementos verbais e/ou não-verbais intencionalmente selecionados e organizados para exercer uma atividade sociointerativa, de modo a permitir aos interlocutores, a depreensão de sentido, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, e a ação de acordo com a situação e as práticas socioculturais de uso. Não são apenas formas, são atividades submetidas a critérios de êxito. (DELL'ISOLA, 2009, p.100)

A partir da definição acima, ainda vemos que a autora entende que determinados documentos podem funcionar tanto como gênero quanto suporte. O exemplo dado por ela refere-se ao livro didático, mas analogia similar pode ser feita com as homepages, na medida em que as mesmas apresentam organização relativamente padronizada, elementos verbais e não-verbais dotados de conteúdo significativo muitas vezes voltado para a introdução de outras páginas a serem acessadas por meio da navegação na inicial (gênero) e, ao mesmo tempo, também é o local por meio do qual todo esse arcabouço de informação se encontra disponível (suporte). Ainda sob esse viés, temos a corroboração de Nascimento, Bezerra e Heberle (2011) quando em sua definição de gêneros textuais apresentam o *blog* como exemplo que podemos estender analogicamente às homepages:

> Gêneros textuais são "rotinas sociais de nosso dia-a-dia" (Bazerman apud Meurer, 2006, p. 165), que se realizam na forma de textos (orais, escritos ou multimodais) associados a contextos particulares. Exemplos de gêneros são: encarte de supermercado, blog, conta de luz, plano de aula, fotografia de família, conversa no corredor da escola, pedido de empréstimo, documentário de TV, recital de poesia, missa, etc. (NASCIMENTO, BEZERRA e HEBERLE, 2011, p.544)

Outros autores como Motta-Roth (2007) também concebem a homepage (chamada de página pessoal) como gênero eletrônico, e Bezerra (2007) apresenta, de maneira ainda mais específica, que aquela não apenas é um gênero textual, mas um gênero denominado *introdutório,* uma vez que apresenta "[...] no corpo físico ou ***virtual*** de um determinado suporte, [...] uma proposta de leitura prévia, em termos de orientação, síntese ou convite à leitura dos gêneros que são "introduzidos"." (BEZERRA, 2007, p.1) (grifo nosso). De forma

breve, o autor ainda cita Askehave e Nielsen[45] (2004), predispondo que em consonância com as autoras:

> [...] a homepage, entendida como a página inicial do *site*, pode ser caracterizada como um ***gênero "Web-generated"***, isto é, trata-se de um gênero que surge com o advento da rede www e que não possui paralelo direto fora dela, ao contrário de muitos outros textos veiculados pela internet. Para as autoras, uma boa razão para se estudar a homepage é o fato de ela se encontrar "entre os primeiros textos gerados pela *Web* a alcançar o status de gênero, o que significa que a forma e o conteúdo da homepage agora estão se tornando convencionados, após mais de 10 anos de 'anarquia retórica'" (ASKEHAVE e NIELSEN, 2004, p. 2 *apud* BEZERRA, 2007, p.2) (grifo nosso)

Nesse sentido, concordamos com a concepção de que homepages são gêneros textuais do meio digital, uma vez que apresentam certa padronização em sua apresentação, são frutos de necessidades e práticas sociais humanas, e, acima de tudo, trazem na linguagem expressa (notadamente multimodal) o cerne de eventos sócio-comunicativos cotidianos. Pensar que o ambiente cibernético seja capaz de desvirtuar a natureza de gênero textual apenas em função de sua veloz e diária transmutação é retirar o valor da plasticidade inerente aos gêneros. Não pretendemos, com isso, dizer que não há estabilidade nas páginas iniciais da *Web*, mas sim que mesmo com todas as possibilidades de alteração que as mesmas estão sujeitas, a essência é mantida, isto é, a disposição de informação que introduzirá determinado assunto que possa ser aprofundado por meio de outros gêneros a partir da navegação por meio dos *hipertextos*[46] presentes nos *sites*.

4.2 Os alicerces do Modelo GeM: base e *layout*

Como já destacado anteriormente, Bateman (2008) procurou viabilizar um *framework* que permitisse aos investigadores analisar de que maneira aspectos de cunho multimodal transparecem em documentos multimodais, tendo em vista o gênero a que tais documentos pertencem. Para tanto, nessa combinação de multimodalidade com gêneros, o autor propõe um modelo – *Genre and Multimodality* – que se constitui de cinco tipos de elementos (ver Quadro 4): base, *layout*, retórico, navegacional e gênero.

---

[45] ASKEHAVE, Inger; NIELSEN, Anne Ellerup. *Web-mediated genres: a challenge to traditional genre theory.* Working Papers, n. 6, p. 1-50, 2004.

[46] Apenas a título de breve explicação, entendemos hipertexto como um texto apenas encontrado em meio cibernético onde se pode visualizar links (elos) que levam o leitor-usuário de um ponto do texto a outros (internos ou externos ao texto). Para maiores informações sobre esse tema sugerimos a leitura de GOMES, L. F. *Hipertexto no Cotidiano escolar*. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011. v. 1. 119p .

Novamente destacamos que, embora a compreensão de todos estes elementos em um documento é o que levará a visualização do todo multimodal, focaremos, nesta pesquisa, nos aspectos inerentes aos das camadas base e de *layout*, uma vez que as mesmas embasam as demais, conforme já justificado em passagens prévias (BATEMAN, 2008), e também pelo fato de as imagens estarem cada vez mais em voga na produção de conhecimento, juntamente com o texto escrito. Uma vez que um documento pode ser considerado como um artefato semiótico de múltiplas camadas, as páginas que analisaremos do MJ e do MMA terão seus aspectos textuais e imagéticos investigados para que possamos conceber como as mesmas funcionam de um ponto de vista principalmente estrutural e funcional.

Tendo em vista esta noção fundadora inerente à camada base e *layout*, pensamos ser interessante reproduzir abaixo (Figura 6) a maneira pela qual Bateman (2008) arquitetou a distribuição dos elementos destas camadas em correspondência com os demais formadores do Modelo GeM como um todo:

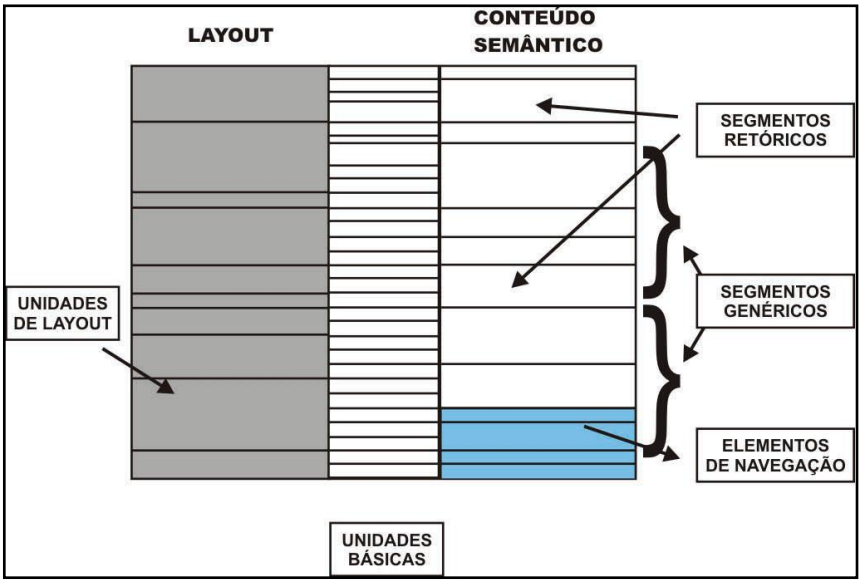

Figura 6 – Distribuição dos elementos base (traduzido de Bateman, 2008, p.109)

As unidades básicas, conforme a figura acima sugere, encontram-se no centro do esquema, demonstrando o papel de ligação das mesmas, percorrendo e fazendo parte de todos os demais elementos, com eles se relacionando. Ao lado esquerdo, encontramos as unidades de *layout* que também acabam por englobar e se relacionar ao conteúdo semântico do documento (lado direito da figura). Com relação a esta coluna, vemos que ela abarca as questões de cunho

retórico, genérico e de navegação[47], sendo válido destacar que nem sempre as possíveis correlações existentes entre as colunas se darão de forma direcional ou de um para um.

Trabalharemos, a partir de agora, de forma mais específica, com os *sites* objetos de nossa investigação, procurando perceber na tessitura dos mesmos a forma como os elementos de base e *layout* se consubstanciam. Buscaremos também deduzir se a forma pela qual tais elementos se fazem presentes nos *sites* em questão pode ser aplicada no gênero ao qual pertencem e, por fim, se tais deduções possuem eventual implicação na leitura e realização de significado do conteúdo expresso por esse gênero eletrônico da homepage, ou seja, uma compreensão mais aprofundada por parte do receptor/ leitor.

4.2.1 Camada base dos portais ministeriais

De forma primordial, podemos dizer que a camada base é responsável pela consubstanciação de todo o documento multimodal. Afirmarmos isso, pois ela é o ponto de partida para toda a investigação que pode ser feita e desenvolvida em um documento, trazendo à luz as mais refinadas e detalhadas *unidades* formadoras do todo estudado. Metaforicamente, podemos associar as unidades base que formam esta camada com os átomos de um organismo: são as estruturas mínimas sem as quais as demais formações de maior complexidade – camada de navegação, retórica e gênero – não poderiam ser concebidas. Resumidamente, notamos que "[a] base do GeM identifica, de certa forma, o 'vocabulário' básico dos elementos que qualquer página em particular emprega para expressar seus significados." [48] (BATEMAN, 2008, p.108).

Bateman (2008), de forma ainda mais sintética, apresenta o propósito fundamental da camada base quando diz que ela "[...] identifica os elementos mínimos que possam servir de denominador comum tanto para elementos interpretativos e textuais quanto para elementos de *layout* em qualquer análise de uma página ou documento." [49] (BATEMAN, 2008, p.110).

---

[47] Ressaltamos que o foco da presente investigação encontra-se na análise das camadas e respectivas unidades base e de *layout*. Assim, apenas apresentamos a existência das outras camadas formadoras do Modelo GeM, sem que venhamos a dissertar sobre elas.

[48] Tradução livre do excerto: "The GeM base identifies, in a sense, the basic 'vocabulary' of elements that any particular page deploys to carry its meanings."

[49] Tradução livre do excerto: "The purpose of the base layer is to identify the minimal elements which can serve as the common denominator for interpretative and textual elements as well as for *layout* elements in any analysis of a page or document."

Novamente, o que percebemos é o papel de alicerce das unidades básicas formadoras desta camada. Ela trará e ao mesmo tempo servirá de substrato para todas as demais camadas[50] e análises empregadas ao longo da investigação multimodal da página ou documento, característica esta que será de grande valia quando apresentarmos os diversos recursos semióticos utilizados nas homepages ministeriais.

Cabe destacar também até que ponto devemos olhar para os elementos formadores das unidades mais básicas de uma página ou documento e considerá-los como tal. O que pretendemos nesse ponto é definir com um maior grau de precisão qual a dimensão da unidade básica, uma vez que questionamentos referentes a um nível maior de refinamento sempre se fazem presentes. De forma análoga à comparação prévia feita entre essa camada e os átomos de um organismo, precisamos delimitar quais serão nossas unidades mínimas, isto é, se ao pensarmos em um átomo sabemos que o mesmo pode ainda ser decomposto em prótons, nêutrons e elétrons, por exemplo, o mesmo se dá com as unidades básicas no Modelo GeM que também poderiam ser mais particularizadas, caso entrássemos no mérito da tipografia, cores ou estilos utilizados[51].

Nesse sentido, ainda que, em algumas pesquisas, tal nível de refinamento seja necessário[52], acreditamos que, para um estudo inicial acerca dos aspectos multimodais das páginas dos Ministérios do Meio Ambiente e da Justiça brasileiros, podemos nos ater ao quadro abaixo (Quadro 5) apresentado por Bateman (2008) que é suficiente em detalhamento tanto para os trabalhos do autor quanto para a presente proposta de investigação:

---

[50] Destacamos nesse ponto que, em termos gerais, a camada base possui uma estruturação plana, ou seja, ela consiste em uma mera lista de elementos (BATEMAN, 2008, p.112), devendo as estruturações e ramificações posteriores advir de análises subsequentes que forneçam possibilidades de interpetações, rotulações funcionais, agrupamentos etc das unidades base pesquisadas.

[51] Tais pormenores não são cobertos, a princípio, pelo Modelo GeM, a menos que os mesmos exerçam um papel relevante para a compreensão do *layout* utilizado ou gênero pretendido, por exemplo.

[52] A título de explicação, concordamos com Bateman (2008) quando o mesmo dispõe que sempre podemos pormenorizar nossas balizas de análise em elementos mais mínimos e específicos, tais como a decomposição da frase em orações, destas em palavras, destas em sílabas e destas em fonemas, por exemplo. Todavia, ainda sob o parecer do autor, acreditamos que tal nível de detalhamento não se justifica na presente pesquisa, tendo em vista que não estamos nos adentrando nos detalhes linguísticos dos *sites*, mas sim no conteúdo "textual" das páginas. Para tanto, os parâmetros elencados no Quadro 5 tornam-se suficientes para nossas intenções, já que os mesmos se referem às funções primordiais que qualquer analista precisa ter de antemão. Lembramos, entretanto, que sempre é possível refinar mais as unidades básicas estabelecidas, contanto que tal grau de refinamento seja justificável.

Quadro 5
Elementos de páginas a serem identificados
como descritores das unidades base durante análises no Modelo GeM

Unidades básicas reconhecidas
Frases | Ícones | Indicação de nota de rodapé | Texto destacado | Cabeçalhos/cabeçalhos rolantes | Unidades de tabelas | Itens em menus | Textos 'flutuantes' | Títulos/subtítulos | Itens de listas | Números de páginas | Manchetes/chamadas | Indicação de listas
• Fragmentos de frases começando uma lista • Notas de rodapé (sem indicação) • Fotos, desenhos, diagramas, figuras (sem títulos/subtítulos) • Títulos/subtítulos de fotos, desenhos, diagramas, tabelas • Textos em fotos, desenhos, diagramas • Traços verticais e horizontais que funcionem como delimitadores entre colunas e linhas • Linhas, setas, linhas múltiplas que conectem outras unidades

FONTE: BATEMAN, 2008

Além dos elementos elencados no Quadro 5, retirados da proposição de Bateman (2008), consideramos importante incluir outros nas análises que utilizem do Modelo GeM, tendo em vista que os documentos multimodais, objetos de nossa pesquisa, diferem dos tratados nos exemplos do autor. O mesmo apresenta, em sua obra, análises oriundas de documentos advindos do mundo físico, notadamente impressos em papel e, dessa forma, com características particulares desse *canvas*.

Como na presente investigação estamos trabalhando com documentos virtuais, em outras palavras, páginas da *Web*, faz-se necessária a inclusão dos seguintes elementos:

- Menus interativos (a indicação de existência)
- *Link*s (a indicação de existência)
- Vídeos (a indicação de existência)

Esta lista tríplice apenas surge para incluir três elementos que se destacam em qualquer análise que utilize como suporte o meio digital. Salientamos, todavia, que nos ateremos à investigação em caráter de camada base e de *layout*, sem nos aprofundarmos na composição e segmentação estrutural de vídeos, imagens em movimento e elementos de navegação. Ao destacarmos a presença dos mesmos nas análises seguintes é por considerarmo-los partes de importância na concepção de homepages, embora, conforme delimitamos em nosso recorte de

pesquisa, permaneceremos apenas com as camadas base e de *layout*, tendo em vista que são estas que fundamentam todo o arcabouço teórico do Modelo GeM.

Com isso, pretendemos destacar as unidades nas páginas eletrônicas dos ministérios como forma inicial de mapeamento das unidades básicas apresentadas pelos portais, sempre tendo em mente que, como investigadores, não podemos nos levar por impressões subjetivas e omitir determinados elementos por não os considerar relevantes; é papel do analista/pesquisador trazer à tona todos os elementos que possam ser representados de acordo com os parâmetros estabelecidos para que, eventualmente, sua importância seja graduada relevante e, de certa maneira, generalizada ao todo comunicativo.

Nas próximas seções, procuraremos destacar quais são as unidades formadoras da camada base dos portais eletrônicos dos Ministérios da Justiça e do Meio Ambiente do Brasil.

4.2.1.1 Camada base do Ministério do Meio Ambiente

O Ministério do Meio Ambiente do Brasil possui uma página inicial que pode ser caracterizada como *mutável*, utilizando esse termo em contraste com *imutáveis*. Por mutáveis entendemos as homepages que têm seu *layout*, cores, formas e demais elementos visuais em constante alteração.

Exemplos práticos desse tipo de página inicial costumam ser os *sites* de notícias e previsão do tempo, como os abaixo (Figuras 7 e 8):

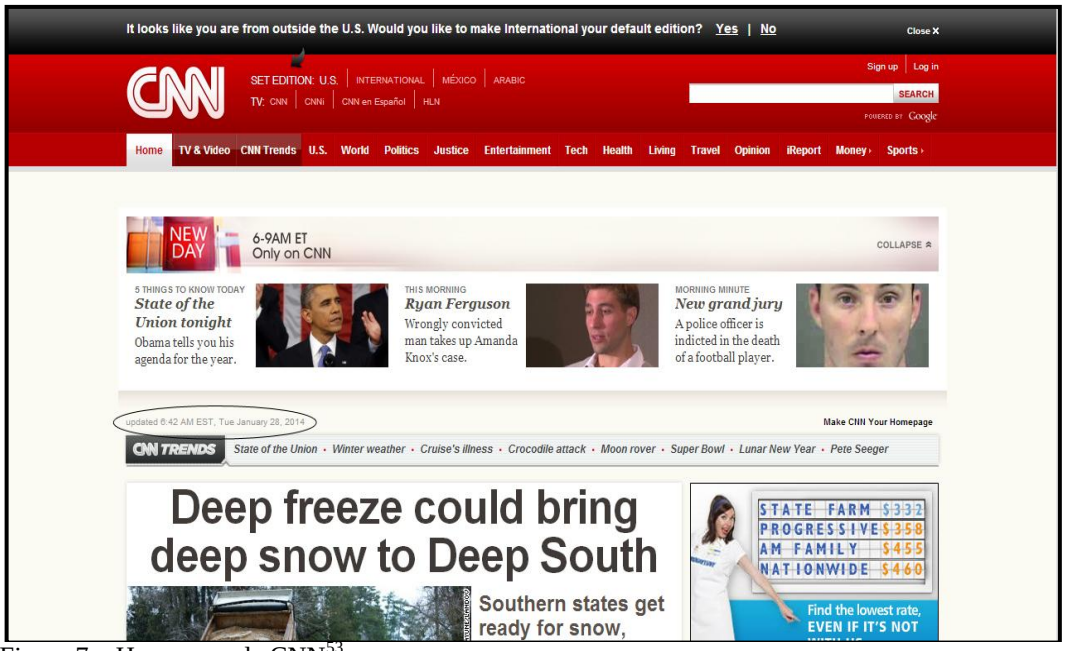

Figura 7 – Homepage da CNN[53]

Figura 8 – Homepage do órgão de previsão meteorológica CPTEC-INPE[54]

Tais páginas não podem exibir o mesmo conteúdo indeterminadamente em função do propósito ou objetivo social para a qual foram criadas, i.e., portais de notícias sofrem alterações a toda hora, à medida que fatos de relevância ocorrem, enquanto a previsão do tempo passa por constantes atualizações de acordo com o refinamento e precisão recebidas pelos centros meteorológicos[55]. Nessa mesma situação encontra-se o portal do Ministério do Meio Ambiente brasileiro, uma vez que o órgão atualiza o mesmo com novos eventos, fatos e

[53] Disponível em: <http://www.cnn.com> Acesso em: 28 jan. 2014
[54] Disponível em: <http://www.cptec.inpe.br> Acesso em: 28 jan. 2014
[55] Reparem nas partes circuladas nas imagens: elas demonstram claramente quando a informação foi atualizada, levando o leitor a presumir que tal fato ocorre periodicamente, ocasionando leves alterações nas páginas iniciais.

acontecimentos referentes a assuntos de ordem ambiental. Contudo, cabe ressaltar que, em todos os tipos de homepages mencionadas, embora as informações e determinados elementos visuais se alterem, a maior parte mantém aspectos de *layout* que colaboram para a identidade do próprio *site*. Dessa forma, determinadas cores e formatos serão sempre mantidos, como forma de ratificação e consolidação da imagem pretendida pela instituição por trás do documento eletrônico multimodal.

Seguindo essa linha de raciocínio, apresentamos abaixo a homepage do Ministério do Meio Ambiente[56]:

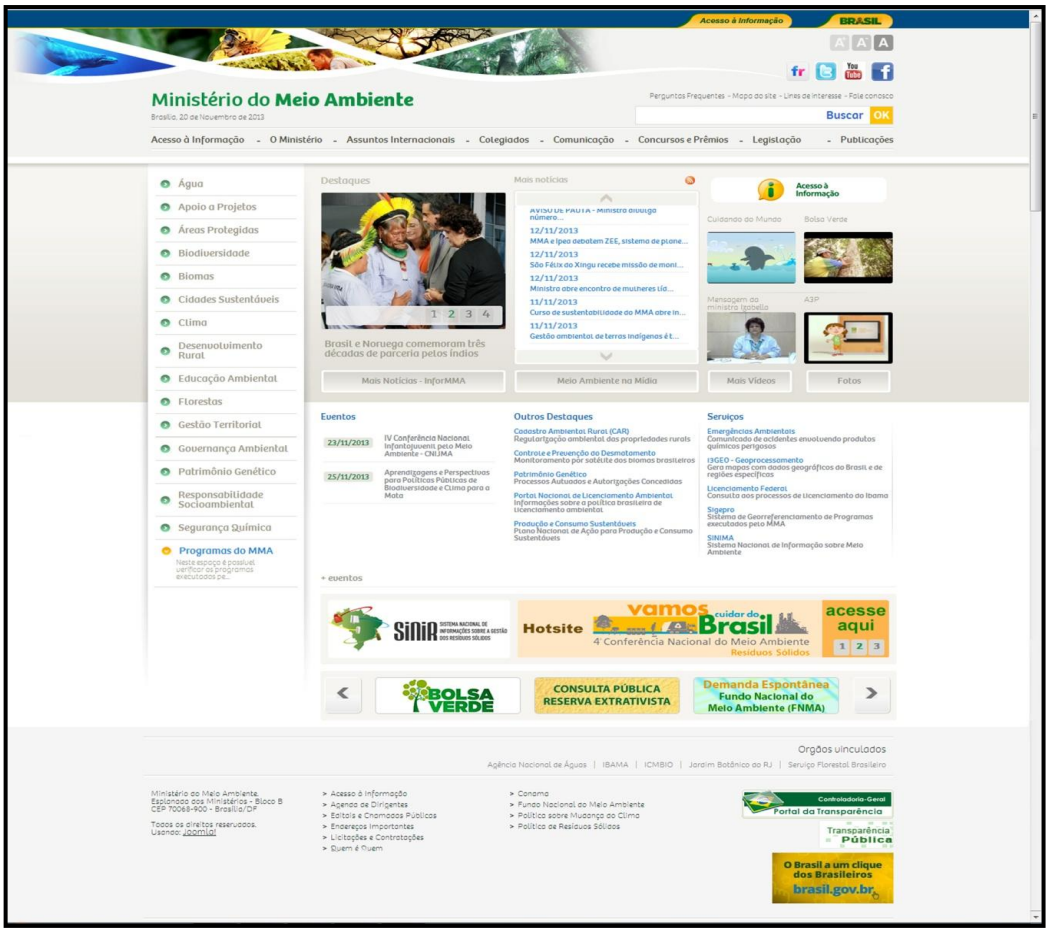

Figura 9 – Homepage do Ministério do Meio Ambiente do Brasil em novembro de 2013

A Figura 9 acima retrata a totalidade da homepage ministerial. A partir dessa imagem, então, poderemos tratar da decomposição da mesma quanto às unidades básicas mínimas e formadoras de sua camada base (Anexo A).

[56] Ressaltamos que embora a página em análise se refira ao mês de novembro de 2013, como foi dito, o *layout* principal em termos de cores e disposição de elementos visuais ao longo do documento permanecem inalterados. O que sempre sofre alterações diárias são justamente as partes relacionadas às informações aos usuários.

De início, destacamos que o entendimento de Bateman (2008) sobre tais unidades mínimas de base comporta a noção de impossibilidade de divisibilidade das mesmas. Tal preceito, caracterizado pelo autor como *atomicidade*, é descrito da seguinte forma:

> Na realidade, nós utilizamos as unidades base para afirmar o mais alto grau de ***granularidade*** que pode ser adotada para a análise das demais camadas. As unidades descritas dentro de outras camadas podem ser "maiores" que as unidades base – no sentido de que elas possam abarcar unidades base de forma conjunta como forma de expressão da realização de unidades nessas outras camadas – mas elas não devem ser "menores" que as unidades base. Ou seja, ***nenhuma outra camada pode quebrar uma unidade base em partes menores***[57]. (BATEMAN, 2008, p.111) (grifos nossos)

Assim, podemos compreender as unidades formadoras da camada base da homepage do Ministério do Meio Ambiente, mostrada na Figura 9, como as partes mínimas que, estando juntas, formam o todo do documento. Mais uma vez salientamos que tais partes não podem ser reduzidas do ponto em que se encontram[58].

Em conformidade com os elementos trazidos pelo Quadro 5, apresentamos nos Anexos[59] (Anexo A) a decomposição da homepage do Ministério do Meio Ambiente do Brasil, no que consideramos suas unidades base mínimas.

Percebemos, em uma primeira visualização, que a camada base possui, de forma geral, uma estrutura plana, formada predominantemente por uma simples lista de elementos. Passa a ser, então, papel do investigador atribuir sentido, maiores estruturações, classificações e interpretações para as unidades ali expostas. Ressaltamos novamente que, ao invés de empobrecer a análise por meio da apresentação como uma mera lista de elementos, tal representação apenas vem a somar, uma vez que facilita a compreensão do todo em suas

[57] Tradução livre do excerto: "In effect, we use the base units to declare the highest degree of granularity that is to be adopted in the analyses of the other layers. Units described within the other layers may be 'larger' than the base units – in that they may join base units together as realisations, or expressions, of units in those other layers – but they should not be 'smaller'than base units. That is, no other layer should break a base unit into smaller parts."

[58] Interessante apontarmos a questão dos parâmetros utilizados pelo investigador ao decidir o que tomará como *partes mínimas*. Em termos extremos, poderíamos nos deparar com a decomposição de imagens repletas dos mais diversos modos semióticos que impusesse ao pesquisador uma individualização extremamente profunda e capilarizada. Todavia, consideramos importante sempre ter em mente o objetivo maior da pesquisa; no presente caso, a exposição das partes visuais formadoras de documentos multimodais eletrônicos. Não realizaremos aqui, embora muito válido em outros contextos, a decomposição de frases em orações, dessas em palavras e assim por diante, por não contarmos como relevante tal nível de aprofundamento, como será tratado posteriormente.

[59] A imagem da tabela com as unidades da camada base é bastante grande. Assim, visando a manutenção da qualidade, preferimos colocá-las, tanto a do Ministério do Meio Ambiente quanto do Ministério da Justiça, nos anexos em suas totalidades.

partes menores, possibilitando que o pesquisador utilize essa ferramenta quando da análise das outras camadas (BATEMAN, 2008).

Outro aspecto interessante a se destacar da Tabela 1 (Anexos), entretanto, é o fato de que algumas das unidades base funcionam, na realidade, como parte de outras unidades na camada base. Dessa forma, em algumas situações especiais, como nas elencadas abaixo[60], certo nível de estruturação adicional far-se-á necessário:

● Trechos de textos enfatizados em uma frase/cabeçalho;
● Ícones ou símbolos pictóricos similares *na* frase;
● Fragmentos de textos em uma figura ou diagrama;
● Partes multimodais em um diagrama ou figura;
● Setas e outros sinais gráficos em um diagrama ou figura;
● Referências explícitas a outras partes do documento, ocorrendo dentro de uma frase;
● Itens de menu em *pop-up* interativo;
● Legendas que aparecem dinamicamente ao parar o cursor do mouse sobre determinado objeto na página;
● *Link*s e outros elementos que direcionem a página em termos de navegação.

Bateman (2008) justifica a utilização de tais elementos ao dizer que "o uso do processo de *embedding*[61] dentro das unidades base preserva a unidade essencial da unidade como um todo, permitindo ainda a realização de análises subsequentes em fragmentos particulares e bem especificados de tais unidades.[62]" (BATEMAN, 2008, p.113).

De maneira exemplificativa, ampliamos abaixo três partes da homepage do Ministério do Meio Ambiente para destacar o papel das unidades consideradas "embutidas" em outras:

[60] Salientamos que os quatro últimos tópicos dizem respeito a itens de navegação. Reforçamos, novamente, que, embora não apresentemos a análise de tal camada na presente investigação, consideramos importante destacar os pontos em que o aspecto navegacional aparece, uma vez que estamos lidando com um documento digital, e não meramente impresso.
[61] Termo utilizado para se referir a uma unidade que se encontra dentro de outra, como se fosse parte da mesma.
[62] Tradução livre do excerto: "The use of embedding within base units preserves the essential unity of a unit as a whole while still making available for subsequent analysis particular, well-specified portions of that unit."

Figura 10 – Setas em uma lista

A Figura 10 mostra a presença de setas voltadas para a direita, enumerando itens de uma lista. Representadas pelas unidades base U048, U051, U054... (Tabela 1, Anexos) é perceptível para o leitor-usuário do documento que, individualmente, elas não têm significação autônoma, sendo necessário observá-las em conjunto com as unidades base que a cercam. Justifica-se, então, a inclusão dos signos visuais (setas) na listagem anterior.

Figura 11 – Meio Ambiente em negrito

A Figura 11, por sua vez, já apresenta elemento relativo ao que ocorre dentro de determinado texto. Notamos o realce dado ao termo "Meio Ambiente" que se encontra em negrito, como uma porção textual enfatizada (unidade base U017).

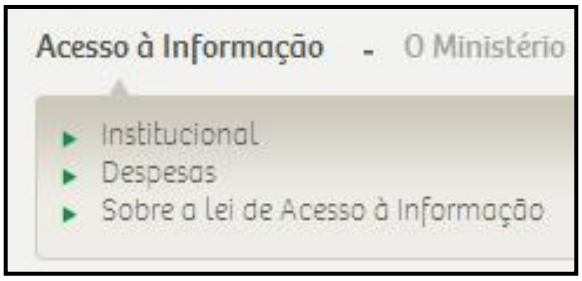

Figura 12 – Itens de um menu interativo

A Figura 12, por fim, retrata a exibição de itens que fazem parte de um título maior – "Acesso à Informação" –, sendo partes inerentes do mesmo. Embora não tenhamos retratado tais menus interativos na apresentação que fizemos da homepage ministerial como um todo (Figura 9),os mesmos se encontram presentes alternadamente das unidades base U031 até U045 presentes na Tabela 1 dos Anexos.

Nesse sentido, o que podemos depreender da decomposição apresentada pela Tabela 1 (Anexo A) e das ampliações subsequentes é o fato de estarmos nos deparando com um documento multimodal rico em elementos visuais – somos capazes de perceber mais de duzentas

unidades formadoras. Como consequência, em um primeiro momento, podemos afirmar que, em termos quantitativos, ainda que esses não sirvam de base em termos de multiplicidade modal, tal documento traz consigo vasta carga de informação visual que pode, eventualmente, facilitar a compreensão do leitor do documento, tendo em vista que pode contar com um número maior de recursos ao lê-lo. Deixaremos, todavia, para depois da apresentação do *site* do Ministério da Justiça e em nossas considerações finais, como podemos realmente atribuir valor às unidades base pormenorizadas.

4.2.1.2 Camada base do Ministério da Justiça

O Ministério da Justiça do Brasil, ao seu turno, pode ter sua homepage decomposta em unidades base, da mesma forma como realizado com o Ministério do Meio Ambiente. Entretanto, antes de apresentarmos a Figura 13 com o todo de sua página inicial e a Tabela 2 (Anexo B) com os elementos já individualizados, pensamos ser importante destacar algumas particularidades do portal desse órgão federal.

Em consonância com o princípio de atualização de informações em sua página principal, o Ministério da Justiça também possui uma homepage com características mutáveis, embora também mantenha alguma padronização. Utilizamos o termo "alguma", tendo em vista que o *site* passou, ao longo dos anos, por algumas mudanças, saindo de um viés meramente textual (conforme exposto na seção seguinte sobre a camada de *layout*) para um ambiente que inclui um número maior de recursos multimodais.

Méritos à parte sobre essa alteração na exibição da informação que, de fato, em muito enriqueceu as próprias unidades base formadoras do documento, consideramos importante destacar a questão da *acessibilidade* ao conteúdo do *site* em termos de um primeiro contato. Nesse ponto, embora não faça parte do escopo da presente pesquisa, consideramos válido mencionar a dificuldade em acessar a página por qualquer computador. Durante o período da pesquisa, vários foram os momentos em que a página não se encontrava disponível para acesso, além da demora na atualização final da homepage em si[63]. Pensamos ser esta uma questão que transcende a própria discussão linguística e multimodal do portal eletrônico feita

[63] A página com o endereço oficial <http://www.portal.mj.gov.br> permaneceu durante a semana do dia 20 a 26 de janeiro de 2014 indisponível para acesso. Tentativas foram feitas ao longo do dia, em diferentes horas e de diferentes computadores. Exemplos como esse ocorreram inúmeras vezes desde 2012.

nesta pesquisa, uma vez que a impossibilidade de acessar uma página de relevância e importância nacional afeta um número inimaginável de cidadãos que contam com a oficialidade das informações lá veiculadas, impactando negativamente o acesso a informações de forma simples, clara e transparente.

Críticas feitas, passamos à análise da homepage do Ministério da Justiça:

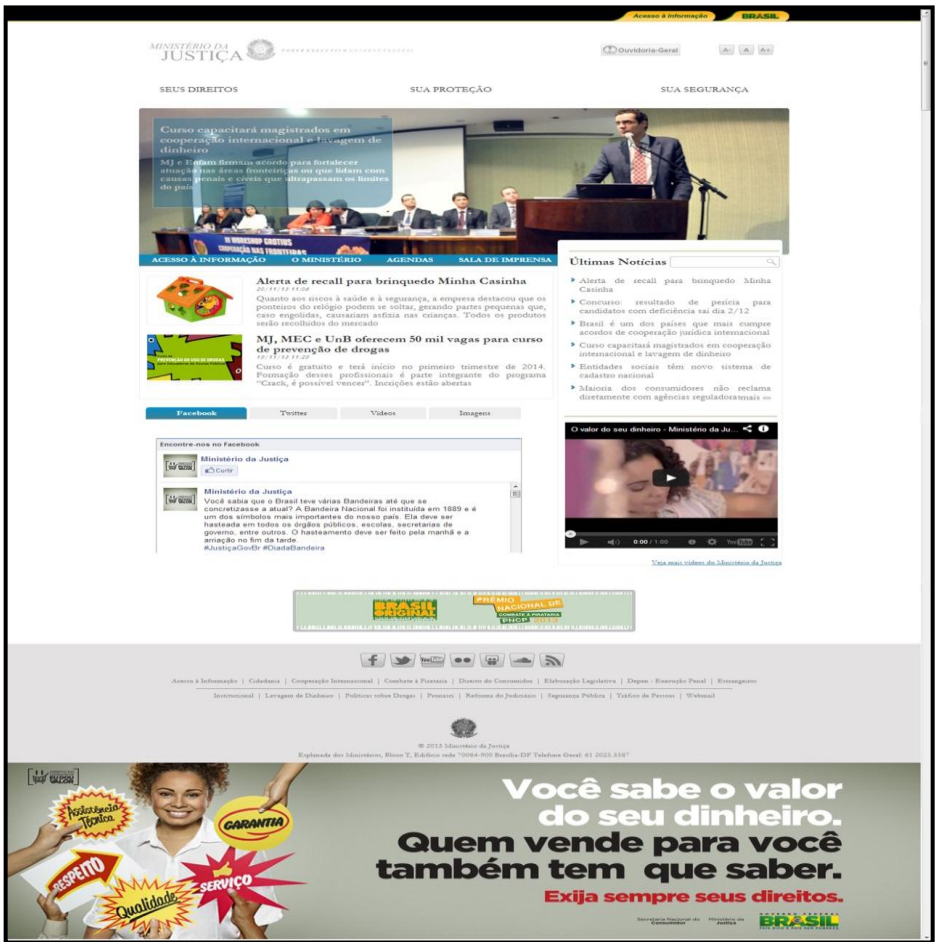

Figura 13 – Homepage do Ministério da Justiça do Brasil em novembro de 2013

Esta homepage demonstra em sua conformação a utilização por parte do criador de diversos elementos visuais que enriquecem a página e expressam, simultaneamente, um sentimento de boas-vindas (Baldry e Thibault, 2005) também presente no portal do Meio Ambiente.

Observamos na Tabela 2 (Anexo B), assim como feito na homepage do Ministério do Meio Ambiente, a presença individualizada das unidades base que formam o documento como um todo, seguindo os mesmos preceitos de atomicidade e impossibilidade de redução posterior das unidades já identificadas.

Novamente, de forma bastante similar aos exemplos elencados anteriormente, podemos visualizar que certas unidades encontram-se “embutidas” em outras, de forma a se manter a integridade da informação veiculada, uma vez que isoladamente, “não possuem vida própria” (BATEMAN, 2008, p.114):

Figura 14 – *Link* abaixo do vídeo direcionando
a navegação para as outras partes do documento

O *link* em azul (U093) na Figura 14 permite que, a partir daquele elemento, o usuário possa ter acesso a outras partes do *site* ministerial ou mesmo a outras páginas da *Web*.

Figura 15 – Texto dentro da fotografia

O texto escrito dentro da caixa azulada (U021-U023) na fotografia condiz com o processo de *embedding* ao trazer o elemento textual juntamente com o elemento imagético da fotografia.

Antes de passarmos para a análise da camada de *layout*, há um aspecto que gostaríamos de salientar, a partir da apresentação das unidades base vistas nos dois portais ministeriais,

embora não seja objeto principal de investigação nesta pesquisa: o elemento navegacional dos documentos multimodais.

Pelo fato de ambas homepages serem documentos oriundos da Internet, notamos que elas possuem muitos elementos de caráter notadamente multimodal, mas, acima de tudo, referentes a questões de navegação. Tal aspecto pode ser notado quando observamos a enorme quantidade de unidades acompanhadas do descritor "l", referente a *link*, nas Tabelas 1 e 2 (Anexos A e B). Tais elos permitem que o leitor-usuário da página, ao clicar sobre os mesmos, se dirija a outras localidades do documento multimodal, tendo acesso a outros tipos de informações que poderá apreender ou inferir das páginas visitadas pelo processo de construção de sentido pela leitura. A presença dos *links* faz com que os textos dos documentos se tornem, de fato, *hipertextos*[64], e, consequentemente, possibilitem que ocorra a interconexão de documentos aparentemente distintos.

Concordamos, assim, com Gomes (2011) quando define documentos no âmbito on-line como "[...] os arquivos que manipulamos e que podem estar em nosso computador ou em qualquer lugar da *Web*. Os documentos não possuem restrições de tamanho, de linguagem ou de conteúdo" (2011, p.24). Dessa forma, as homepages dos Ministérios retomam e consolidam as naturezas de documento e hipertexto abordadas, permitindo-nos afirmar que:

> [...] a relação entre eles [*textos interligados*] será feita pelo leitor, ao clicar nos *link*s. Por isso os hipertextos são não hierárquicos e podem ser acessados sem que o leitor siga uma ordem convencionada ou prefixada. Essa liberdade do leitor traz consequências para a leitura e para a atribuição de sentidos, assim como também traz consequências para o autor, já que inserir *link*s em palavras, imagens ou outros elementos do texto transforma o ato de escrever [e de ler] em algo bem mais complexo. (GOMES, 2011, p.25)

Com isso, podemos perceber a riqueza de atribuição de sentidos e interpretação que as unidades base podem nos oferecer ao representarem aspectos de natureza navegacional, por exemplo. Todavia, não só a esses elementos tais unidades fazem referência, mas a todos os outros do Modelo GeM, tais como os que dizem respeito à base retórica, de gêneros e de *layout*. Tendo em vista que, no presente trabalho, focaremos exclusivamente nas camadas

[64] Conforme mencionamos no início da seção 5.2 acima. É válido acrescentar que a informação trazida no hiperlink em si não faz parte da mensagem verbal expressa pelo texto, sendo realmente um atributo referente à mensagem, mas não parte dela (BATEMAN, 2008)

consideradas substrato essencial do Modelo empregado, partiremos para a pormenorização da outra camada a ser analisada, a de *layout*.

4.2.2 Camada de layout dos portais ministeriais

Uma vez estabelecidas as listas das unidades base de todos os elementos que podem ser percebidos nas homepages ministeriais (tabelas dos Anexos), passamos para a investigação da página em termos de como o que se encontra visualmente perceptível traz consigo expressões concretas de significado por meio do *layout*.

Antes de iniciarmos o detalhamento sobre o aspecto de *layout*, precisamos salientar a importância deste elemento. Por décadas, tanto os produtores de documentos quanto os seus respectivos receptores desconsideraram a função que o *layout* tem a agregar na produção de sentido de determinado registro. Pensava-se que a simplificação e clarificação do conteúdo escrito por si só bastava para veicular de forma objetiva os significados pretendidos. Embora isso também seja verdade, o entendimento e compreensão do papel da estruturação, configuração, espaçamento, enfim, do *layout* do documento só passou a ser visto e considerado relevante recentemente nos estudos da área de linguística aplicada. Nas esferas publicitária e jornalística, entretanto, tal aspecto vem sendo estudado com profundidade, ao longo de várias décadas.

Os dois exemplos, a seguir, ilustram a diferença na percepção de determinado documento e as posteriores interpretações que podemos fazer sobre os mesmos a partir dessas primeiras impressões.

Meter point reference	Meter number	Reading date	Reading this time	Reading last time	Units Used	Correction Factor	Adjusted Units 100 cubic feet	Adjusted units in cubic metres	Calorific Value	kWh
		C - Customer reading E - Estimated reading R - Removed reading No code - Company reading								
503[illegible]	0000[illegible]	12/01/07	6792	6608	184.00	1.022640	188.16	532.50	39.1905	5796.93

[illegible] **General Domestic** **£ p**

Charges 20 Oct 2006 - 31 Dec 2006		
Standard energy	4600 kWh at 2.260p	103.96
Standing charge at 10.100p for 73 day(s)		7.37
Charges 1 Jan 2007 - 19 Jan 2007		
Standard energy	1196.93 kWh at 2.530p	30.28
Standing charge at 11.400p for 19 day(s)		2.17
Monthly Direct Debit Discount		8.05 CR
VAT at 5.00% on charges of £135.73		6.78
Total this invoice		**142.51**
Refund direct to bank account		100.00
Balance from previous bill		117.38 CR
Payment received 03 November 2006		32.00 CR
Payment received 03 December 2006		32.00 CR
Payment received 03 January 2007		32.00 CR
BALANCE CARRIED FORWARD		**29.13**

Figura 16 – Demonstrativo de consumo de gás (BATEMAN, 2008, p. 4)

O primeiro exemplo é o demonstrativo de consumo de gás (Figura 16). Ele nos elucida, por mais paradoxal que soe tal afirmação, acerca da importância da disposição das informações em determinado documento. Como disposto por Bateman (2008), podemos presumir que estamos lidando com um documento baseado em tabulações com determinadas entradas, por exemplo, "número de referência do medidor", "número do medidor", "data de leitura"[65] etc. Quando nos atemos à parte inferior da conta de gás, notamos que temos as cobranças listadas como se também estivessem tabuladas. Sem muita dificuldade, podemos inferir que as entradas delimitadas pelas células citadas anteriormente alinham-se com tais cobranças, como se entre tais informações houvesse algum tipo de correspondência. Outro elemento sugerido pelo *layout* apresentado se dá entre os valores de cobrança em libras e *pence* e o consumo energético[66], onde, em virtude do alinhamento apresentado, poderíamos pensar em um primeiro momento em algum tipo de correlação entre aquela célula e a lista de valores monetários.

Nesse sentido, o que se percebe com um olhar mais atento e minucioso é que tais relações que a princípio fazem sentido e se estabelecem claramente em uma rápida visualização, na realidade não possuem qualquer tipo de conexão, sendo preciso que o usuário-leitor de tal documento esteja atento ou acostumado a achar as informações que necessita no documento. Caso ainda mais emblemático na conta apresentada é o do valor a ser pago. Em um primeiro momento, por concepções e experiências prévias, temos a tendência a ver nos números destacados (negrito ou em fontes maiores) o valor a ser pago. Entretanto, tal experiência não se aplica à presente conta, uma vez que o valor final destacado indica que tal conta, na realidade, não passa de um relatório confirmando um débito automático já deduzido do consumidor, cabendo a este apenas o monitoramento da cobrança por meio deste documento de conferência, não havendo nada a ser pago.

O que podemos afirmar com essa sucinta descrição desse documento autêntico que mensalmente chega à casa de milhares de consumidores, é que não se trata de algo que a primeira vista já poderia ser deslindado facilmente, sendo necessário que o leitor utilize estratégias de leitura aplicadas ao documento, o que demonstra um determinado grau de letramento. Bateman (2008) ainda destaca quão pouco auxílio é oferecido por este documento "multimodal" com relação a uma interpretação adequada do mesmo. Cabe, quase

[65] Tradução livre respectivamente de *meter point reference, meter number* e *reading date*.
[66] Tradução livre de *calorific value*.

exclusivamente, ao consumidor saber do que se tratam as informações apresentadas e as relações por trás das mesmas. Ressaltamos, entretanto, que tal letramento pode ser desenvolvido na escola, por exemplo, embora uma proposta pedagógica para os letramentos, incluindo o multimodal, só vem sendo incluída nos currículos escolares mais recentemente, como percebemos com o uso das TIC's (Tecnologias da Informação e Comunicação).

O fato de que documentos tão pobremente produzidos são de fato utilizados para a tomada de decisões financeiras que afetam as despesas domésticas de um número incontável de pessoas, agrava ainda mais a situação. A clareza na informação, então, não se dá única e exclusivamente em função da linguagem escrita, mas em muitos aspectos em função da disposição – *layout* – da mesma ao longo do documento. Ao tratarmos de um público-leitor com estratégias e experiências de leitura desconhecidas pelo produtor do documento, ainda mais clara, adequada ao público-alvo e precisa deve ser a linguagem – como um todo multimodal.

O segundo exemplo, também esclarecedor em termos dos aspectos de *layout*, diz respeito especialmente a um dos atuais objetos desta investigação, o antigo portal do Ministério da Justiça do Brasil.

Em meados de 2013, o portal eletrônico do referido ministério possuía as seguintes feições em sua página inicial:

Figura 17 – Antiga homepage do Ministério da Justiça do Brasil (até meados de 2013)

Como se pode perceber facilmente em um primeiro relance, a página governamental evoluiu de um padrão pautado predominantemente pela linguagem escrita – ligeiramente modificada em termos de cores, fontes e espaçamento – e com poucos aspectos visuais, de áudio ou vídeo. Notadamente, trata-se de um documento não tão agradável e legível aos usuários à primeira vista, o que poderia até levar a uma visão negativa da imagem do próprio organismo – o Ministério da Justiça – perante os olhos da sociedade (WALLER e DELIN[67], 2003 *apud* BATEMAN, 2008).

Achamos válido mencionar sobre esse aspecto negativo de alguns documentos os dizeres de Bateman (2008), citando Schriver[68] (1997):

> Documentos pouco amigáveis ou inutilizáveis – quer sejam eles contas de gás, instruções de um gravador de vídeo, boletins com informações médicas ou legais ou o que for – costumam ter um efeito perturbador: os consumidores se culpam por não serem capazes de entendê-los, o que traz consigo implicações de ordem sociológica e éticas ainda maiores. De acordo com Schriver: A tendência das pessoas em se culparem tem consequências potencialmente sérias a longo prazo – talvez levando-as a acreditar que são incapazes de lidar com tecnologias complexas e reduzindo seus interesses em novas tecnologias. Esta é uma preocupação séria em documentos e tecnologias que são produzidos e projetados para a população mais velha ou com necessidades especiais de ordem física. Um problema maior, entretanto, é a possibilidade real de que estudantes de qualquer idade possam vir a

[67] WALLER, Rob; DELIN, Judy. *Cooperative brands: the importance of customer information for service brands*. Design Management Journal 14(4), pp.63-69, 2003.
[68] SCHRIVER, Karen. *Dynamics in documents design: creating texts for readers*. New York: John Wiley and Sons, 1997.

> acreditar que são demasiadamente incompetentes para entender tanto as matérias que estudam na escola quanto os tópicos e tecnologias que precisam aprender em suas profissões. (SCHRIVER, 1997 *apud* BATEMAN, 2008)[69]

Essa página inicial foi retirada, mas permanece, hoje, no mesmo *layout*, como página dentro do *link institucional*, com a redação atualizada de acordo com as demandas do ministério. O que se nota com isso, então, é uma clara tentativa de modernizar a página inicial do *site* governamental com base em parâmetros multimodais, tornando-a mais atrativa visualmente e, consequentemente, mais convidativa ao público em geral para utilizá-la[70]. Retomando as palavras de Baldry e Thibault (2005), já citados anteriormente, um *site* é muito mais do que a informação por ele veiculada; torna-se um espaço onde as perspectivas espaciais, os desenhos e cores funcionam como um chamariz, um convite, ao usuário que por ele poderá navegar, sentindo-se bem ao fazê-lo por ser capaz de entender o que está sendo informado e divulgado.

Nesse sentido, compartilhamos do pensamento de Bateman (2008) quando diz que, em um trabalho de análise dos elementos que compõem o espectro multimodal de determinado documento, precisamos ter em mente o papel significativo do *layout*, não apenas em termos individuais, mas também no sentido de agrupamento e proximidade espacial dos itens individuais, assim como das relações espaciais entre eles e suas propriedades particulares de *layout* e formatação. Assim, uma atenção especial deve ser dada ao visual da página, tendo em vista que, como já citado anteriormente, os usuários têm nesse contato visual o acesso inicial ao conteúdo da página e sua organização, não sendo uma opção ignorar o que ali se encontra ou focar em algum ponto específico de acordo com suas vontades.

A partir deste entendimento sobre a natureza da camada de *layout*, podemos afirmar que os elementos formadores da imagem da página de um determinado documento não devem ser tomados somente como agrupamentos de figura, se considerarmos que há um sentido e uma

---

[69] Tradução livre do excerto: Unfriendly or unusable documents – be they gas bills, video recorder instructions, legal or medical information leaflets or whatever – often have a disturbing effect: their consumers blame themselves for not being able to understand them. This brings with it broader sociological and ethical implications. As Schriver notes: "People's bias towards blaming themselves has potentially serious long-term consequences – perhaps leading them to believe that they are incapable of dealing with complex technology and reducing their interest in new technology. This is a serious worry in documents and technologies designed for the elderly or the physically challenged. A wider problem, however, is the real possibility that students of any age may be led to believe that they are too incompetent to understand either the subjects they study in school or the topics and technologies they must learn on the job."

[70] Tentativa de contato com o Ministério da Justiça foi realizada em novembro de 2013 por e-mail, buscando a motivação do órgão governamental para realizar a alteração de sua homepage. Infelizmente, não obtivemos retorno por parte do órgão até a conclusão da presente pesquisa.

intenção na forma pela qual eles foram dispostos no documento. Atribuir a disposição dos mesmos ao acaso ou à aleatoriedade do produtor seria considerar inócua a função exercida pelas imagens na veiculação de significados[71].

Bateman (2008), então, enumera a existência de três partes formadoras do todo representativo da camada de *layout*:

● Segmentação de *layout*: a identificação das partes mínimas que compõem as unidades de *layout*;
● Realização da informação: propriedades tipográficas e de *layout* das unidades básicas de *layout*;
● Informação da estrutura de *layout*: agrupamento das unidades de *layout* em entidades de *layout* mais complexas, além da determinação de relações espaciais.

Ainda com base no autor, percebemos que o elemento coesivo das três partes elencadas acima é justamente o fato de estarem todas relacionadas à percepção visual do documento. Especificaremos, em sequência, a natureza das três partes mencionadas e como elas se inter-relacionam, formando a camada de *layout*, para, em seguida, apresentarmos como elas se manifestam nos portais ministeriais do Ministério da Justiça e no Ministério do Meio Ambiente.

4.2.2.1 Segmentação de layout

Quando tratamos da segmentação referente aos aspectos de *layout* de uma página em um determinado documento, precisamos ter em mente que estamos trabalhando com elementos que são visualmente perceptíveis ao leitor-usuário. Isso ocorre, pois serão esses os aspectos mais facilmente destacáveis para quem interage com a página como um todo, tornando a individualização, e consequente segmentação do *layout*, mais prática.

O conceito de segmentação de *layout* também é relevante, uma vez que o mesmo é o responsável por trazer ao pesquisador a face mais esquematizada do conteúdo textual e visual

[71] Destacamos que as imagens possuem um papel vital em determinados tipos de documentos. Quando tomamos como exemplo campanhas publicitárias, podemos perceber que a colocação de imagens e de suas características intrínsecas – cores, espaçamento, contraste, alinhamento etc. – fazem toda a diferença no como a mensagem será veiculada e, principalmente, percebida pelos usuários-consumidores daquele tipo de informação.

do documento. Com isso queremos dizer que a divisão estrutural e hierárquica permite que o investigador tenha uma visão mais holística do todo que compõe a página e, consequentemente, do caráter multimodal da mesma. Assim, através do uso de técnicas como o mapeamento em *XY-trees*[72] e a diminuição de resolução[73] (REICHENBERGER et al[74], 1995 *apud* BATEMAN, 2008), passamos a enxergar a página em seus diferentes blocos formadores (variando de acordo com as tonalidades, formas e texturas empregadas), facilitando o entendimento e a investigação do modo visual nela empregado, incluindo os recursos gráficos[75].

Permanecemos com a divisão proposta por Bateman (2008) de três classes amplas e distintas que servem de parâmetro ao analisarmos os contornos visuais de um documento: de elementos gráficos, tipográficos e combinados. A classe dos elementos gráficos caracteriza-se por formar as unidades individualizadas de *layout* que possam demonstrar estrutura interna, tanto pela utilização de elementos como legendas ou tabulações textuais e verbais quanto por meio de traços de outros modos, predominantemente o verbal. Já no tocante à classe tipográfica, embora esta tenha por natureza os elementos mínimos da grafia, o Modelo GeM não os adotará nas análises empregadas para a investigação de documentos multimodais, tendo em vista que o modelo em si preocupa-se mais com uma visão mais macroscópica dos aspectos visuais. Em outras palavras, não existe um interesse objetivo em se abordar as estruturas textuais, por exemplo, em nível de letras, palavras, frases. O parágrafo é capaz de transmitir, em efeitos visuais, ressaltamos, a intenção comunicativa imagética do documento, sem que seja preciso aprofundar dentro do mesmo[76,77]. Por fim, a classe de elementos

[72] Esse método consiste, basicamente, na estruturação horizontal e vertical dos elementos pertencentes a determinado documento, de forma cíclica e contínua, até que se obtenha claramente as distintas divisões que formam o todo do documento nos dois eixos, até que não se possa mais proceder com a decomposição. (BATEMAN, 2008, p.71)

[73] Por meio da diminuição da resolução de determinado documento torna-se mais fácil visualizar os blocos imagéticos-textuais formadores do mesmo. Assim, esse processo permite que os blocos de informação visual-textual se unam de acordo com suas semelhanças estilísticas – textura, formato, cores etc. – tornando-se mais perceptível ao investigador localizá-los e estudá-los conjuntamente. Esta técnica encontra-se dentre aquelas referentes ao uso de *filtros de processamento visual* que, por sua vez, respaldam-se nas leis de percepção visual da Gestalt (KOFFKA, 1935; KÖHLER, 1947 *apud* BATEMAN, 2008).

[74] REICHENBERGER, Klaus et al. *Effective presentation of information through* page *layout: a linguistically-based approach*. Proceedings of ACM Workshop on Effective Abstractions in Multimedia, *Layout* and Interaction. Disponível em: <http://www.cs.uic.edu/~ifc/mmwsproc/reichen/page-*layout*.html> Acesso em 23 jan. 2014.

[75] Baseado no trecho de Bateman (2008, p.68): "The idea behind such a procedure [mapeamento em *XY-trees* e a diminuição de resolução] is that it makes visible larger visual groupings of elements on a page. [...] Making this grouping 'visible' was then seen as a useful step towards uncovering the *visual* decomposition of pages into parts.

[76] É preciso destacar que em algumas situações será, de fato, preciso ir além da dimensão do parágrafo para enxergarmos o que frases ou até mesmo letras possam representar significativamente dentro do propósito

combinados distingue-se por servir como agrupamento de elementos na estrutura de *layout*, demonstrando como grandes blocos de informação na página se comportam juntos, no que diz respeito às conformidades de *layout*.

Destacamos, nesse ponto também, que a segmentação de *layout* ater-se-á ao mínimo visualmente informativo no documento. Assim, ao procedermos com a pormenorização dos elementos formadores da camada de *layout*, analisaremos aqueles que expressem sentido independentemente das unidades menores que os formam.

4.2.2.2 Realização da informação visual

A informação visual e também textual de um documento se realiza além do âmbito da camada base do Modelo GeM, conforme Bateman (2008) salienta. Isso ocorre, pois estamos lidando com a identificação dos elementos que formam as unidades mínimas de *layout*, sendo estes os responsáveis por dar à página sua conformação estético-visual. A realização opera, então, de forma mais distinta e clara quando nos atemos aos diferentes aspectos modais empregados em determinado documento, predominantemente os de cunho textual e gráfico.

Como textual queremos destacar os aspectos inerentes à tipografia utilizada. Sem entrar em detalhes, basta citarmos as diferenças que podem ser percebidas em um documento ao analisarmos os atributos relativos às fontes utilizadas: tipo (Times New Roman, Arial, Verdana etc.), estilo (negrito, itálico, sobrescrito etc.), tamanho, cores, sombreado e demais efeitos oriundos dos avanços tipográficos mais modernos e em constante atualização. Consideramos importante destacar que atualmente tais atributos possuem caráter *intrínseco*, isto é, os caracteres utilizados no processo de produção textual pelo uso de ferramentas digitais já vêm com as propriedades citadas, além de outras, não sendo mais como no passado quando, em virtude da falta de tecnologia apropriada, quaisquer tipos de efeitos textuais

comunicativo do documento. Quando trabalhamos com panfletos, propagandas ou campanhas publicitárias, estes, por intenção dos designers, muitas vezes apresentam características e intenções visuais que vão além do contorno do parágrafo para dentro do mesmo, como forma de atrair a atenção do leitor para determinado aspecto.

[77] Baseado no trecho de Bateman (2008, pp.116-117): "Our basic level of description then revolves around the typographical paragraph rather than the glyph since, as demonstrated in the automatic document understanding community, paragraphs are often recognisable as individual elements on the basis of textual homogeneity and weak framing from their surrounding textual context. [...] Unless there is some particular need to do so, we will not consider sentences within paragraphs as contributions to layout – *paragraphs are often sufficient perceptually*." (grifos nossos)

precisavam ser incluídos pelo criador do documento, *externamente* (BATEMAN, 2008, pp.117-118)[78].

Outro aspecto *extrínseco* ressaltado por Bateman (2008) diz respeito à própria textura que o leitor pode aferir do documento, quando o produtor passa a poder livremente manipular dois aspectos referentes à diagramação do texto na página: o *leading* e o *kerning*. O primeiro compreende a distância entre as sucessivas linhas de um texto (aspecto vertical), enquanto o segundo já se refere ao espaçamento entre os caracteres impressos (aspecto horizontal). Percebemos, dessa forma, que a utilização dessas duas propriedades pode enriquecer ainda mais a maneira pela qual o texto ficará exposto e, consequentemente, legível ao usuário. Destacamos que tanto o *leading* quanto o *kerning* podem ser facilmente implementados em documentos escritos (impressos ou digitais) por meio de softwares sofisticados de editoração eletrônica como, por exemplo, o InDesign da Adobe. Esses recursos podem também ser implementados com o uso de editores como o Word da Microsoft, mas sem a precisão de softwares utilizados por profissionais do *design* gráfico.

O exemplo abaixo, a título de ilustração, retirado do *Número Especial da Revista da Faculdade de Direito UFMG: Jornadas Jurídicas Brasil-Canadá* (SOARES, 2013, p.165), torna a importância da utilização da propriedade de *kerning* e *leading* mais claros:

> **Excerto normal:**
>
> A iniciativa do *site* canadense EDUCALOI, formado inicialmente pelo esforço de magistrados, nos parece singular. Após identificarem os conflitos mais recorrentes, iniciaram um projeto de educação cidadã. Uma das ações consistiu em decodificar a linguagem da lei, por meio do que denominaram de "cápsulas jurídicas", resumos de fácil compreensão (de direitos e deveres de diversos tipos) veiculados por temas dispostos no *site*. No caso dos povos indígenas, nos quais a violência contra mulher é

[78] Baseado no trecho: "For the textual elements, we need to characterise the narrow typographical features employed. [...] Very briefly, when describing the use of type in a document, we need to specify the type-face (Times Roman, Helvetica, etc.), the style of type (normal, italic, bold, etc.) and the type size (usually measured in *points*, 1/72nd of an inch). We also add in here the colour of the letters and an increasing range of graphical effects that nowadays find applications, such as shadows, glows, and 3D textures. Following Walker's (2001, p26) use of terms from Twyman (1982) we can consider these properties as *intrinsic* features that 'reside in the characters themselves and, particularly, in the system that produces those characters". The reference to the system used is important as it makes clear that the technology employed determines the status of the particular graphical feature considered. Thus, in online documents, colour is simply and an extra intrinsic feature of the characters displayed, whereas in older print technology, colour would have been part of a more or less elaborate manipulation of the printing process and so would be considered *extrinsic*."

um problema social, a decodificação foi mais incisiva. Sintonizada com a importância da tradição oral nestes povos, os arquivos disponibilizados são sonoros, e nas línguas faladas pelas diversas etnias da região de Quebec.

Excertos com manipulação do *leading*[79]:

A iniciativa do *site* canadense EDUCALOI, formado inicialmente pelo esforço de magistrados, nos parece singular. Após identificarem os conflitos mais recorrentes, iniciaram um projeto de educação cidadã. Uma das ações consistiu em decodificar a linguagem da lei, por meio do que denominaram de "cápsulas jurídicas", resumos de fácil compreensão (de direitos e deveres de diversos tipos) veiculados por temas dispostos no *site*. No caso dos povos indígenas, nos quais a violência contra mulher é um problema social, a decodificação foi mais incisiva. Sintonizada com a importância da tradição oral nestes povos, os arquivos disponibilizados são sonoros, e nas línguas faladas pelas diversas etnias da região de Quebec.

A iniciativa do *site* canadense EDUCALOI, formado inicialmente pelo esforço de magistrados, nos parece singular. Após identificarem os conflitos mais recorrentes, iniciaram um projeto de educação cidadã. Uma das ações consistiu em decodificar a linguagem da lei, por meio do que denominaram de "cápsulas jurídicas", resumos de fácil compreensão (de direitos e deveres de diversos tipos) veiculados por temas dispostos no *site*. No caso dos povos indígenas, nos quais a violência contra mulher é um problema social, a decodificação foi mais incisiva. Sintonizada com a importância da tradição oral nestes povos, os arquivos disponibilizados são sonoros, e nas línguas faladas pelas diversas etnias da região de Quebec.

Observamos que, nos dois exemplos em que o *leading* foi manipulado, os textos encontram-se mais ou menos densos em sua exibição. Assim, ao usarmos o espaçamento entre linhas chamado de *simples*, as linhas acabam ficando mais próximas umas das outras e, consequentemente, a percepção de maior densidade no todo do parágrafo se revela. Em contrapartida, o exemplo seguinte apresenta o mesmo texto com espaçamento entre linhas chamado *duplo*, o que aumenta a distância entre as linhas, levando-nos a uma percepção mais

[79] O primeiro excerto mostra as linhas mais próximas umas das outras, denotando o espaçamento vertical reduzido entre elas e maior densidade textual (em termos visuais). O segundo, por sua vez, já possui espaçamento maior, transmitindo a sensação de maior entrelinhamento (BATEMAN, 2008).

clara do texto. Em documentos acadêmicos, como, por exemplo, teses e dissertações, é exigido o uso do espaçamento 1.5. Em outros, como e-mails, lembretes, recados, receitas etc., o espaçamento tem de garantir a legibilidade, sendo que o chamado simples é inadequado por deixar o documento acinzentado, prejudicando a leitura.

Excertos com manipulação do *kerning*[80]:

A iniciativa do *site* canadense EDUCALOI, formado inicialmente pelo esforço de magistrados, nos parece singular. Após identificarem os conflitos mais recorrentes, iniciaram um projeto de educação cidadã. Uma das ações consistiu em decodificar a linguagem da lei, por meio do que denominaram de "cápsulas jurídicas", resumos de fácil compreensão (de direitos e deveres de diversos tipos) veiculados por temas dispostos no *site*. No caso dos povos indígenas, nos quais a violência contra mulher é um problema social, a decodificação foi mais incisiva. Sintonizada com a importância da tradição oral nestes povos, os arquivos disponibilizados são sonoros, e nas línguas faladas pelas diversas etnias da região de Quebec.

A iniciativa do *site* canadense EDUCALOI, formado inicialmente pelo esforço de magistrados, nos parece singular. Após identificarem os conflitos mais recorrentes, iniciaram um projeto de educação cidadã. Uma das ações consistiu em decodificar a linguagem da lei, por meio do que denominaram de "cápsulas jurídicas", resumos de fácil compreensão (de direitos e deveres de diversos tipos) veiculados por temas dispostos no *site*. No caso dos povos indígenas, nos quais a violência contra mulher é um problema social, a decodificação foi mais incisiva. Sintonizada com a importância da tradição oral nestes povos, os arquivos disponibilizados são sonoros, e nas línguas faladas pelas diversas etnias da região de Quebec.

Nos exemplos acima em que há manipulação do texto com base em seu *kerning*, notamos que a questão da densidade torna a se manifestar. O primeiro apresenta o texto em que os caracteres encontram-se mais próximos, de forma *condensada*. O segundo, por sua vez, traz o mesmo texto com seus caracteres *expandidos*. Ambos efeitos acabam por nos fazer perceber o parágrafo textual em diferentes conformações de densidade.[81]

Assim, o que podemos inferir dos exemplos anteriores e do que foi dito sobre a realização visual e textual da informação disposta em páginas é que não cabe ao investigador de documentos multimodais simplesmente relegar determinada característica visivelmente

[80] Nesses excertos, diferentemente do que ocorre nos casos de manipulação do *leading*, percebemos que a distância entre as linhas permanece a mesma, alterando-se apenas o espaçamento horizontal entre os caracteres. Assim, o primeiro exemplo mostra que as palavras encontram-se mais próximas, o que torna o texto novamente visualmente mais denso. O segundo, entretanto, espaça mais os caracteres, permitindo mais uma vez a percepção de um texto visualmente mais amplo.

[81] As nomenclaturas utilizadas nos exemplos de *leading* ("simples" e "duplo"), assim como nos de *kerning* ("condensada" e "expandida"), são as utilizadas pelo programa de edição da Microsoft Word Office 2011.

perceptível no texto por considerá-la dispensável. Ainda, é preciso que, durante o processo de análise, os detalhes formadores do texto (fonte, cor, espaçamento, efeitos, *leading*, *kerning*, para citar alguns) possam ser particularizados como forma de se perceber a predominância de um grau maior ou menor de modalidade empregada. Todavia, sabendo da exaustividade que tais pormenorizações podem trazer à pesquisa, ressaltamos como primordial que o pesquisador defina suas balizas de investigação, de maneira que possa se organizar dentro do universo estabelecido para sua investigação, principalmente quando se opera em termos comparativos. Na presente investigação, a título de explicação, não iremos tratar de tais propriedades de espaçamento entre linhas e entre caracteres por julgarmos sê-las úteis apenas no caso de uma pesquisa mais voltada para os aspectos de editoração gráfico-eletrônica, por exemplo, não sendo este o escopo deste estudo.

Os elementos gráficos, por sua vez, pertencem a um campo bastante mais amplo, em que caracterizações acabam por adentrar profundamente no campo do *design* e até mesmo dos gêneros visuais (fotografias, desenhos, pinturas etc.), acarretando em balizas de investigação ainda mais tênues do que as estabelecidas para os elementos textuais e visuais. É nesse arcabouço que iremos nos deparar com discussões acerca da natureza de determinada pintura, fotografia, gráfico, diagrama, fluxo, desenho, dentre várias outras possibilidades imagéticas, sendo necessário proceder com a investigação mais minuciosa a partir das imagens apresentadas no caso concreto[82].

Dessa maneira, no que pese e acrescente em muito os estudos realizados sobre os sistemas e funções visuais em pinturas ou gráficos (O'TOOLE, 1994; LIM, 2004; *apud* BATEMAN, 2008), por exemplo, "levará tempo até que surja um conjunto de propriedades empiricamente embasado e adequado para a análise de documentos em geral" (BATEMAN, 2008, p.121). No presente estudo sobre as homepages ministeriais permaneceremos com a proposta trazida na abordagem do Modelo GeM de indicar qual o gênero da imagem no documento abordada, sem que nos atenhamos às particularidades formadoras da mesma[83].

[82] Tome-se, a título de ilustração, o estudo de um gráfico de linhas. Para essa imagem, será preciso atribuir valores e sentidos para os elementos que a formam, como retas, setas, pontilhados e eixos. Tais medidas já seriam inócuas se estivéssemos trabalhando com uma pintura ou um desenho naturalista, por exemplo.

[83] Fundamentado por Bateman (2008, p.121) ao dizer: "For present purposes, we will simply note [in the GeM model analysis] whether the visual is a photograph, naturalistic drawing, line drawing or diagram."

4.2.2.3 Informação da estrutura de layout

Podemos caracterizar a informação da estrutura de *layout* através da forma pela qual "unidades de *layout* individualmente identificadas se agrupam em elementos mais abrangentes que coletivamente formam a composição da página" (BATEMAN, 2008, p.121). Seguindo essa concepção, torna-se importante identificar o espaço que os elementos textuais e gráficos ocupam na página, assim como a posição relativa entre eles. Diversos critérios podem ser adotados para conceber a dimensão espacial dos elementos em uma página, utilizando desde noções primárias de enquadramento até integridade visual. A ideia subjacente a esse processo de visualização holística do documento em termos visuais fundamenta-se na possibilidade de se estruturar a página em hierarquias de unidades baseadas nas segmentações de *layout*, partindo de grandes grupos de elementos (denominados de unidades-pais) até os minimamente consideráveis, mas atrelados aos maiores (chamados de unidades-filhas)[84], assim como as raízes de uma árvore:

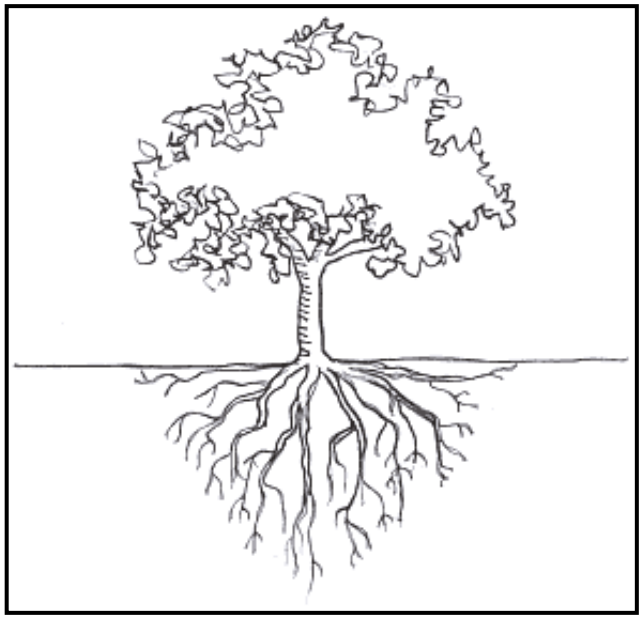

Figura 18 – Alusão de raízes arbóreas à estrutura segmentada de *layout* (fonte Internet)

Metaforicamente, o tronco da árvore, juntamente com sua copa, forma a maior parte visível de antemão, assim como uma página exposta ao leitor. O todo, porém, sustenta-se nas partes cada vez menores, específicas e refinadas, comparáveis às raízes vistas na Figura 18. Nesse tipo de estruturação hierárquica, então, e aqui denominada justamente de informação da

[84] Tradução livre da nomenclatura trazida por Bateman (2008) de *parents unit* e *children unit*.

estrutura de *layout*, percebemos que a integridade visual do documento multimodal dependerá da visualização de todas as partes formadoras do mesmo.

Bateman (2008) sugere, em conformidade com o já exposto sobre as técnicas de redução de resolução para percepção da totalidade visual do documento, dentre outras também possíveis, que se faça o agrupamento de unidades de *layout* em conjuntos cada vez maiores, até que a formação final se equipare à do documento em si. Partindo da técnica de redução de resolução, concordamos com o autor que, em algumas situações, determinados agrupamentos acabam se compondo tanto de elementos textuais quanto gráficos. Isso não se torna um grande obstáculo, uma vez que adentrando nas particularidades dos grupos, conseguiremos perceber as similaridades que fazem com que determinado setor do documento se distinga dos demais, i.e., através do compartilhamento da mesma fonte, cores, tamanhos etc. Definir previamente quais serão os elementos de diferenciação utilizáveis torna o processo de segmentação mais prático e relevante do ponto de vista de como o documento pode ser lido[85].

Dentro da concepção da informação contida no *layout* nota-se que a adoção de determinada técnica de estruturação pode fazer com que tal mapeamento em muito se distorça das conformidades e parâmetros do documento original. Em outras palavras, a apresentação de determinada página em estratos segmentados não condiz com o *layout* concebido em sua aparição original. Dessa forma, para se evitar um distanciamento muito grande entre a estrutura e sua matriz, para fins de comparação Bateman (2008) propõe, em concomitância com o uso da estrutura de *XY-tree*, por exemplo, o emprego de *áreas de modelo*, que servem para determinar o posicionamento de cada elemento de *layout* em relação ao objeto (documento) estudado. A Figura 17 mostra como essa correspondência pode se dar quando do tratamento das informações referentes a um documento genérico em termos de estrutura de *layout* e modelo de área[86]:

[85] Consideramos válido mencionar nesse ponto dois aspectos que surgem, de fato, como entraves a determinadas análises e que mesmo não estando presentes em alguns documentos, aparecem em outros mais modernos e complexos. É a situação descrita por Bateman (2008, pp.126-127) como *inserções* (*insets*, no inglês) e *separadores* (*separators*, no inglês). Os primeiros ocorrem quando alguns elementos de *layout* deslocam ou invadem o espaço de outros, enquanto o segundo aborda a questão de determinados elementos (linhas, setas etc.) que não se enquadram em uma estruturação de rede, mas, ao contrário, indicam separações de colunas (zonas verticais) e linhas (zonas horizontais) de forma explícita.

[86] Baseado no trecho de Bateman (2008, p.124): "The layout structure captures the overall visual dependencies and realisations evident on a page but does not yet fully determine the page or page segment layout. Further information is required about the actual position of each unit in the document (on, or within, its page). For this, we introduce the *area model*. This serves to determine the position of each layout-element in a way that abstracts beyond the specifics of individual documents."

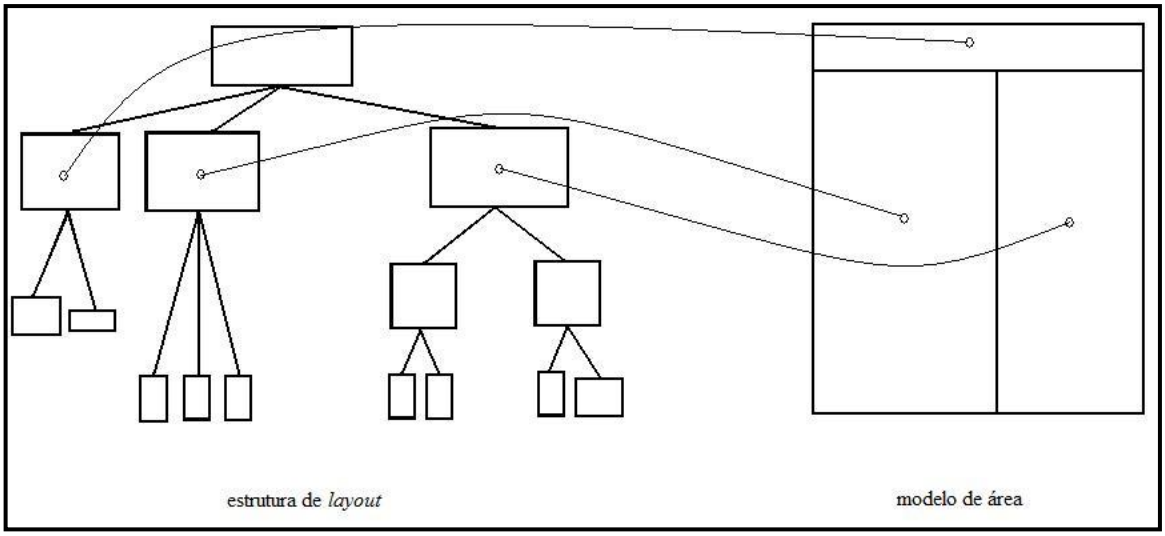

Figura 19 – Representação gráfica do método geral de correspondência utilizado para relacionar a estrutura de *layout* com o modelo de área nos parâmetros do Modelo GeM (adaptado de Bateman, 2008, p.128)

O que pretendemos mostrar com o detalhamento dessas três partes formadoras da camada de *layout* é precisamente seu caráter complexo e transdisciplinar de investigação. Complexo pois reúne diversos critérios a serem considerados de forma a sustentar equilibradamente uma análise que se baseie em observações empíricas e sejam reproduzíveis em outros contextos. A transdisciplinaridade, por sua vez, surge quando notamos que áreas não só pertencentes à linguística ou à semiótica social, mas ao design, computação, diagramação, editoração eletrônica etc. aparecem para construir o todo sócio-comunicativo referente a documentos notadamente multimodais. Mais recentemente, estes aspectos tendem a ser incorporados nos estudos da área de linguística aplicada (DIAS, 2012).

As seções seguintes mostrarão como as características referentes à natureza da camada de *layout* aplicam-se nos casos concretos das homepages ministeriais brasileiras, objetos dessa pesquisa.

4.2.2.4 Camada de layout do Ministério do Meio Ambiente

Iniciando pela homepage do Ministério do Meio Ambiente, adotamos, conforme mencionamos anteriormente, a técnica de diminuição da resolução do documento em si, de

forma a visualizarmos os grandes ‘blocos’ visuais que o constroem[87]. O uso de tal técnica permitirá, como veremos em momento subsequente, a possibilidade de estruturarmos segmentalmente a camada de *layout* contida na página inicial do ministério.

Figura 20 – Resolução diminuída MMA

É possível perceber que, com a redução da resolução da imagem, a mesma passa a nos oferecer (Figura 21) os seis grandes ‘blocos’ formadores do documento como um todo (L1). Tal resolução sofreu um decréscimo de 300 pixels/polegada para 10 pixels/polegada, sendo tal escolha feita com base em graduais diminuições, até que conseguíssemos atingir um nível em que os agrupamentos se consolidassem de forma mais concreta. Cabe salientar que a Figura 21 abaixo apresenta um setor, L1.6, que se encontra destacado dos demais pelo contorno vermelho utilizado quando o individualizamos. O motivo para tanto, conforme se verá também na análise da homepage do Ministério da Justiça, se dá pelo fato de o bloco em si ter

[87] Decidimos também transformar todas as homepages em documentos preto-e-branco. Dois são os motivos para tanto: a) maior facilidade em se identificar os agrupamentos de *layout*; e b) utilização de cores para delimitação dos grupos e subgrupos de *layout*.

orientação visual distinta do restante da página: seu posicionamento vertical se contrapõe aos demais blocos com orientação horizontal.

Com base nos grandes blocos individualizados, podemos apresentar nossa proposta de subdivisão dos demais elementos formadores de cada um desses grupos, tomando-se como base a estrutura de *layout* concebida pelo Modelo GeM:

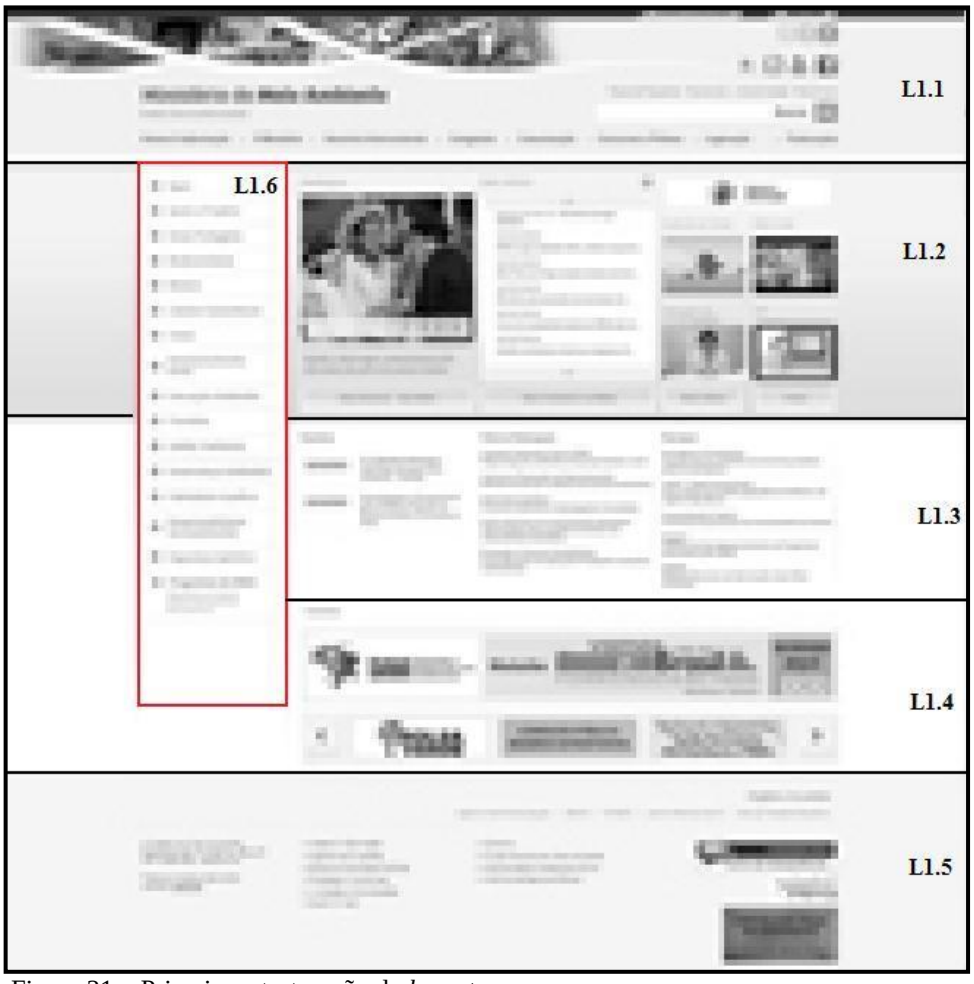

Figura 21 – Primeira estruturação de *layout*

Como foi dito acima, na primeira estruturação, enxergamos cinco grandes blocos horizontais (L1.1 – L1.5), claramente delimitados tanto por espaços em branco quanto pela presença de linhas que funcionam como enquadramento. Além disso, mesmo não sendo objeto de pesquisa deste projeto, notamos que o próprio conteúdo difere de um setor para o outro, embora tal análise seja mais propícia para estudos de ordem retórica.

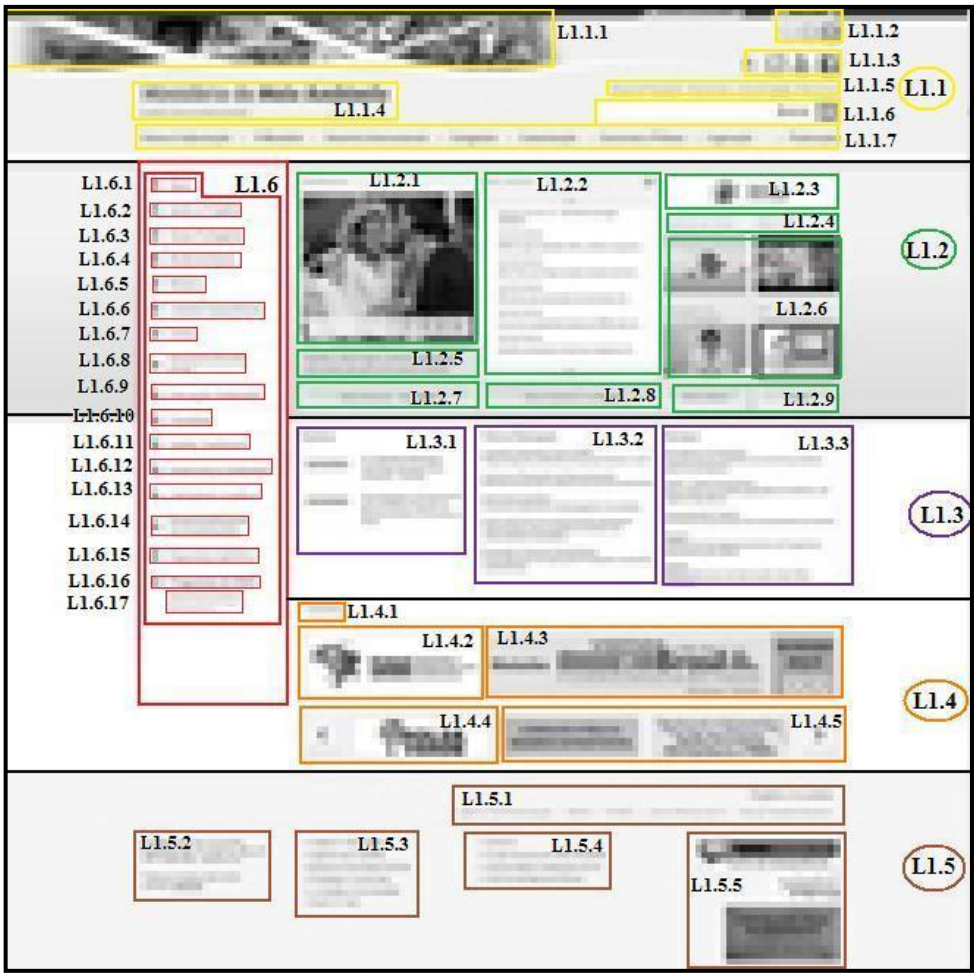

Figura 22 – Segunda estruturação de *layout*

Na Figura 22, diferentemente da anterior, visualizamos um maior grau de particularização entre os agrupamentos visuais de *layout*. Assim, podemos afirmar que os grandes grupos, citados anteriormente, se formam de aglomerados menores, seguindo o princípio já mencionado de que unidades maiores de *layout* podem ser decompostas em elementos cada vez menores. Para exemplificar, vamos analisar a unidade L1.1: a mesma pode ser decomposta em sete grandes grupos visuais (L1.1.1 – L1.1.7), espaçados entre si através dos espaços deixados entre eles. Igualmente, percebe-se efeito similar ocorrendo com as unidades subsequentes, da seguinte forma:

- L1.2 em nove níveis (L1.2.1 – L1.2.9),
- L1.3 em três níveis (L1.3.1 – L1.3.3),
- L1.4 em cinco níveis (L1.4.1 – L1.4.5),
- L1.5 em cinco níveis (L1.5.1 – L1.5.5) e
- L1.6 em dezessete níveis (L1.6.1 – L1.6.17).

Ressaltamos, conforme veremos abaixo, que tais grupos ainda podem ser decompostos em unidades significativas de *layout* ainda menores, embora tais indicações não estejam representadas na Figura 23 abaixo por razões de ordem estética.

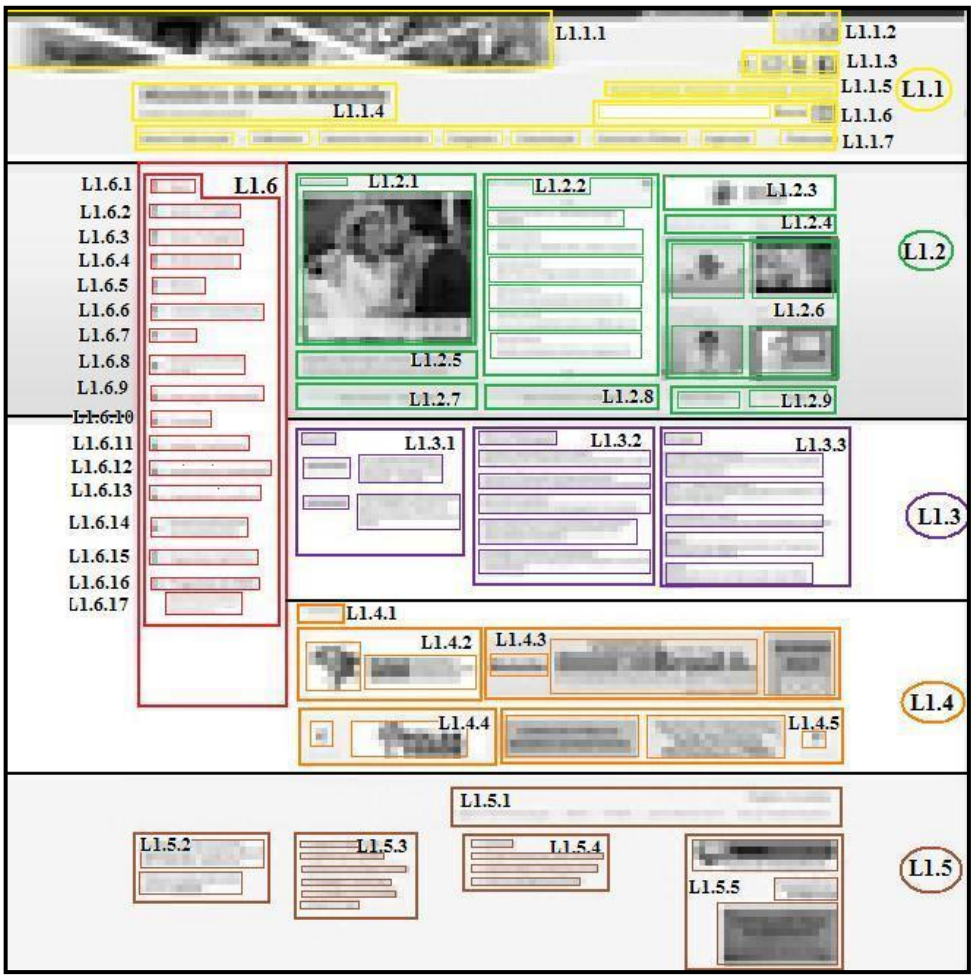

Figura 23 – Terceira estruturação de *layout*

Como dissemos, embora não tenhamos listado as unidades advindas da decomposição dos elementos destacados na Figura 22, procuramos enquadrá-los de forma que se possa compreender a qual nível de decomposição chegaríamos. O que se nota é um grau mais refinado de unidades ainda mais granuladas, mas nem por isso menos importantes em termos de significação visual.

Dessa forma, observamos que a estruturação acima evidencia claramente a maneira pela qual o documento se consolida em grandes blocos de informação visual. É possível afirmar que elementos visuais que compartilham determinadas características (fonte, cores, tamanho etc.) provavelmente revelar-se-ão unidos, diferentemente dos demais aos quais muitas vezes se

encontram separados por maiores ou menores espaços em branco, diferentes cores de fundo, enquadramento, dentre outros fatores de delimitação de *layout*.

Outra forma de se representar esquematicamente as estruturas de *layout* da página inicial do Ministério do Meio Ambiente pode ser vista na Figura 24:

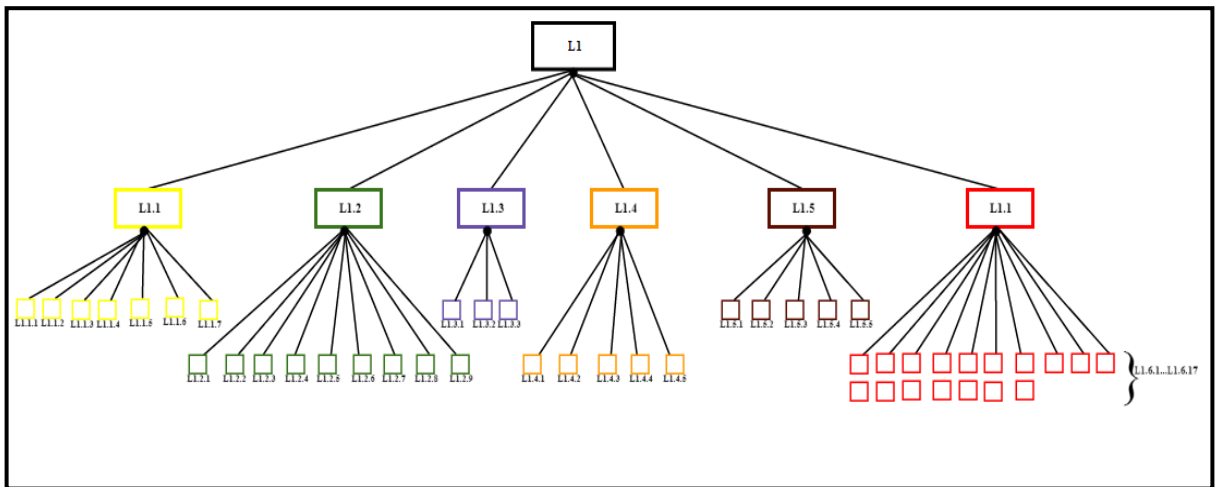

Figura 24 – Estrutura de *layout* do MMA em consonância com o Modelo GeM

De posse da página com sua resolução total e as demais subdivisões criadas a partir do uso de 10 pixels/polegada, conseguimos enxergar que as unidades de *layout* costumeiramente se agrupam em porções visuais maiores que são, por sua vez, agrupadas em outras ainda maiores até que chegamos ao limite dado pelas fronteiras do documento em si (L1). Nas palavras de Bateman (2008), "cada coleção consiste de elementos que denotam certo tipo de similaridade no tocante às características de seus elementos membros, sendo este o principal critério adotado[88]" (2008, p.123).

Antes de terminarmos, cremos ser válido também ressaltar a aproximação que o investigador pode fazer entre os elementos tipicamente de *layout* e os já vistos na camada base:

[88] Tradução livre do excerto: "Each collection consists of elements showing some kind of commonality in the features of its member elements."

Quadro 6
Correspondência entre unidades de *layout* e unidades base na página do MMA

Unidade de *layout*	**Unidade base**	**Unidades-*Filhas***
L1.1.1	U008	-
L1.1.2	*composta*	L1.1.2.1 – L1.1.2.3
L1.1.3	*composta*	L1.1.3.1 – L1.1.3.4
L1.1.4	*composta*	L1.1.4.1 – L1.1.4.3
...	**...**	**...**

Muitas são as vezes em que tais elementos compartilharão determinado estrato visual (uma, algumas ou várias unidades base podem contribuir para a formação de uma única unidade de *layout*), o que apenas corrobora para o entendimento de que ambas camadas – *layout* e base – encontram-se intrinsecamente relacionadas, atuando conjuntamente como suporte das análises de cunho retórico, de gênero e navegação que podem advir das investigações que utilizem o Modelo GeM .

4.2.2.5 Camada de layout do Ministério da Justiça

Similarmente, toda a análise feita com base na homepage do Ministério do Meio Ambiente pode também se aplicar ao Ministério da Justiça. Para tanto, procuramos seguir os mesmos passos e a mesma ordem, de forma que possamos compará-los de maneira mais didática quando das considerações finais sobre os aspectos multimodais que os formam.

Nesse sentido, então, iniciamos a estruturação de *layout* do presente ministério apresentando abaixo sua conformação a partir da diminuição de sua resolução para os já citados 10 pixels/polegada:

Figura 25 – Resolução diminuída MJ

Mais uma vez podemos perceber a presença dos grandes blocos visuais, destacando-se novamente o bloco vertical (L1.7) em vermelho em contraposição com os demais, estando a maioria delimitada entre si por grandes espaços em branco. Salientamos aqui que o uso de tal técnica – espaçamento em branco (WILLIAMS e TOLLETT, 2006) – é extremamente utilizada por *designers* como uma forma de se destacar determinados elementos de outros. Acreditamos ser de senso comum tomarmos uma página como visualmente negativa quando muitos elementos visuais se sobrepõem mutuamente, deixando poucos intervalos entre eles. Quer seja a intenção do produtor ou não, precisamos ter em mente que o uso do espaçamento em branco deve ser feito de forma consciente, uma vez que o mesmo não significa "espaçamento vazio"; ao contrário, um dos fatores de sucesso em um documento multimodalmente agradável ao leitor e facilitador da construção de significados diz respeito à maneira pela qual os intervalos em branco se ajustam, carregando em si mesmos, linguagem visual relevante.

Em seguida, trazemos as três subdivisões que podemos traçar com base no menor grau de resolução e nos possíveis agrupamentos concebíveis na homepage do Ministério da Justiça:

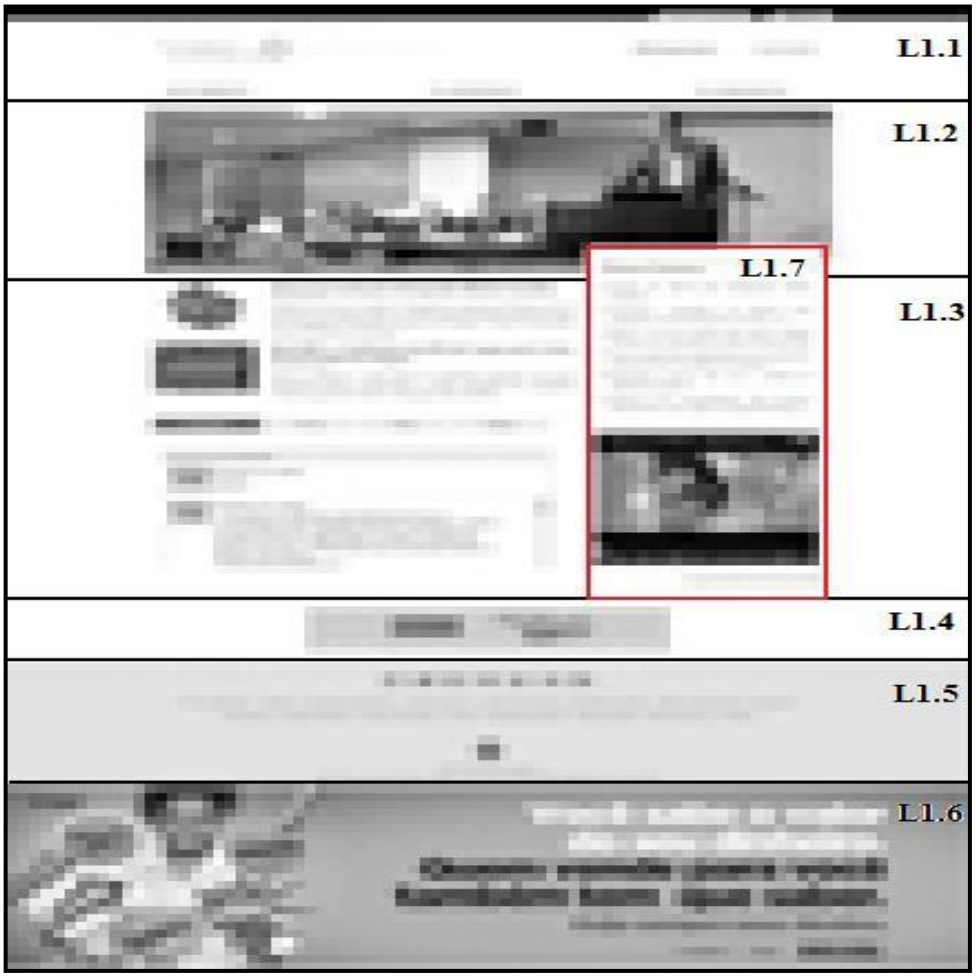

Figura 26 – Primeira estruturação de *layout*

Assim como na outra homepage, a figura 26 representa a página em preto-e-branco com resolução diminuída e seus grandes blocos visuais (L1.1 – L1.6) correndo horizontalmente ao longo do documento. Mais uma vez notamos a presença de caixas de cores diferentes, espaços em branco e enquadramentos específicos (uso de linhas de demarcação de contornos – U072, por exemplo).

Figura 27 – segunda estruturação de *layout*

A Figura 27 desempenha o mesmo papel na análise do Ministério da Justiça do já descrito na Figura 22, onde se percebe os contornos coloridos referentes às subunidades de *layout* destacadas. Notamos, dessa forma, que a estruturação dos *layouts* ocorre assim:

- L1.1 em três níveis (L1.1.1 – L1.1.3),
- L1.2 em um só nível (L1.2.1),
- L1.3 em três níveis (L1.3.1 – L1.3.3),
- L1.4 também em um único nível (L1.4.1),
- L1.5 em três níveis (L1.5.1 – L1.5.3),
- L1.6 em dois níveis (L1.6.1 – L1.6.2),
- L1.7 em quatro níveis (L1.7.1 – L1.7.4).

É particularmente relevante ressaltar que as duas unidades de *layout* que possuem apenas um grande subgrupo – L1.2 e L1.4 – são percebidas dessa forma em função do nível de resolução da página. Ao verificarmos a página em sua configuração original (Figura 13), notamos que

os grandes grupos citados, na realidade, são compostos por outros elementos visuais formadores da camada base em questão (L1.2: U020 – U023 e L1.4: U094 – U099).

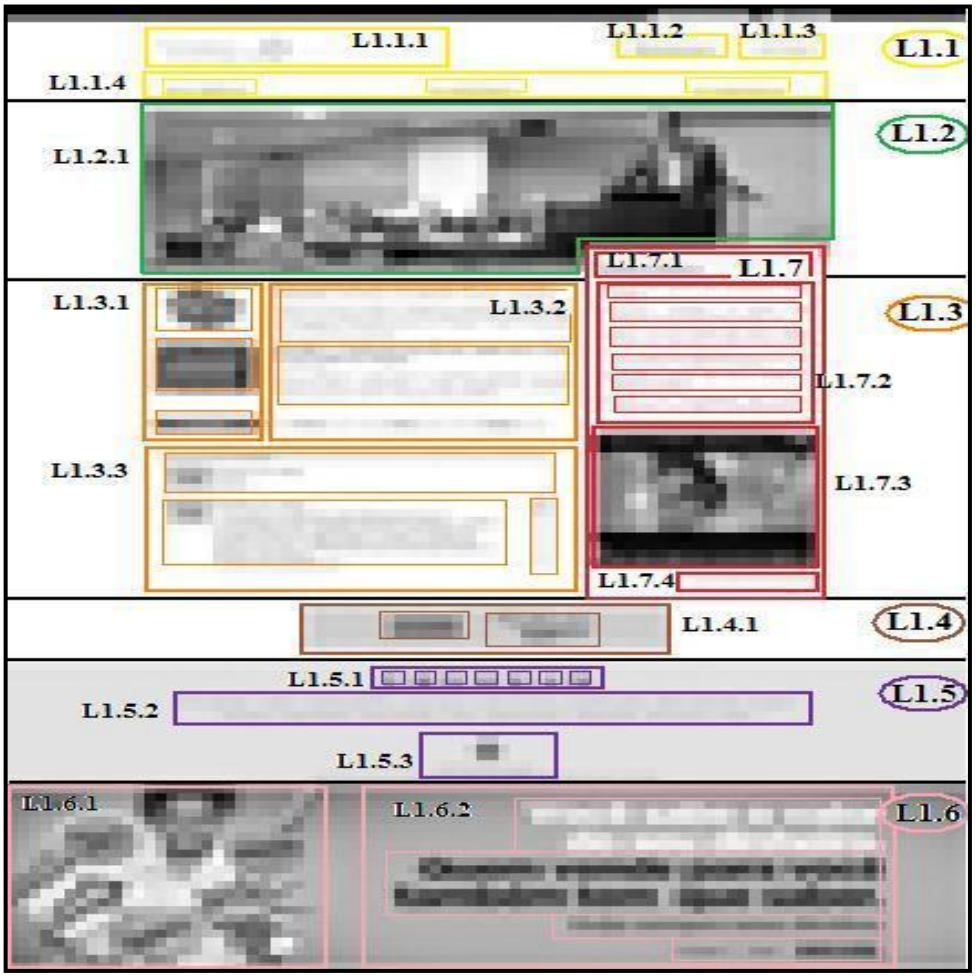

Figura 28 – terceira estruturação de *layout*

Finalmente, em paralelo com o que expomos na Figura 23, demarcamos em detalhes as unidades de *layout* formadoras das subunidades elencadas na análise da Figura 27. Ainda que não haja uma individualização estrutural e listada de tais unidades, a imagem claramente mostra quais são as unidades menores que se ajustam para a composição das maiores.

Apenas por preciosismo analítico, ressaltamos novamente que, da mesma forma como se procedeu com as subdivisões do Ministério do Meio Ambiente, os grande blocos visuais possuem características internas semelhantes, distinguindo-os dos demais que os cercam. Exemplo claro disso encontra-se em L1.5, ao notarmos que se trata de um grande grupo visual comportado pelas dimensões mais vastas da caixa cinza que abarca todos os elementos internos (L1.5.1 – L1.5.3) e suas subsequentes divisões.

De forma análoga à realizada anteriormente com o Ministério do Meio Ambiente, procuramos demonstrar com base na ramificação fornecida pela Figura 29, como podemos visualizar a conformação estrutural da segmentação de *layout* da homepage ministerial:

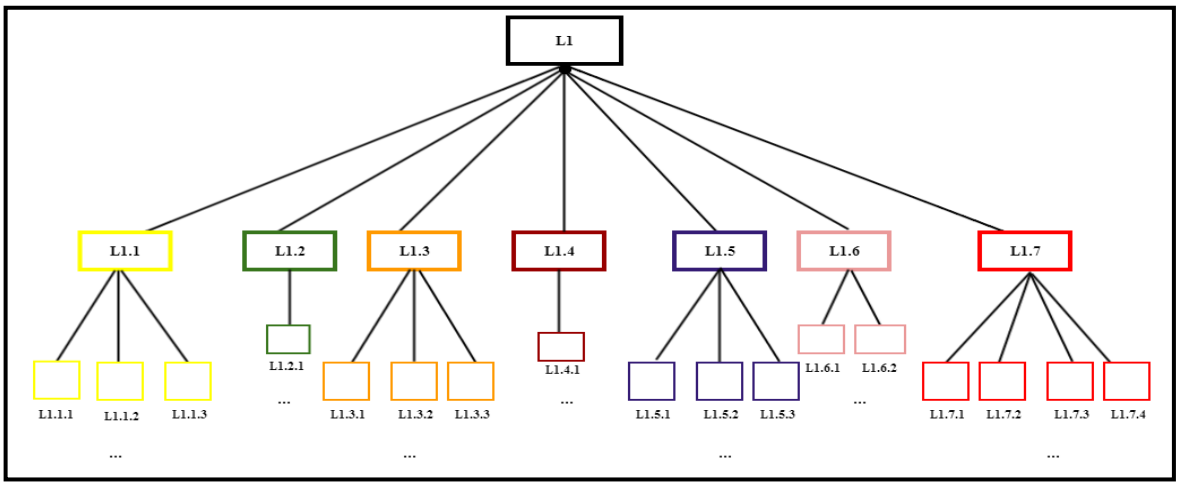

Figura 29 – Estrutura de *layout* do MJ em consonância com o Modelo GeM

Notamos, aqui, a hierarquização dos elementos visuais que formam o todo do documento multimodal (L1), embora muitas vezes seja necessário o emprego de *áreas de modelo* (Figura 19) para a visualização das unidades identificadas em consonância com sua apresentação no documento original. Como dissemos na seção introdutória da análise da estruturação em segmentos da camada de *layout*, preferimos, em nosso estudo, optar pelo uso de contornos coloridos (Figuras 21-23 e 26-28) por considerarmos essa opção mais atraente e visualmente mais adequada, o que pode facilitar a compreensão dos leitores da página.

Conforme fizemos, quando do detalhamento do Ministério do Meio Ambiente, a relação entre as unidades da presente camada de *layout* do Ministério da Justiça com sua camada base anterior pode ser vista no Quadro 7:

Quadro 7
Correspondência entre unidades de *layout* e unidades base na página do MJ

Unidade de *layout*	Unidade base	Unidades-*Filhas*
L1.1.1	*composta*	L1.1.1.1 – L1.1.1.4
L1.1.2	*composta*	L1.1.2.1 – L1.1.2.3
...	...	...
L1.7.3	U092	-
...	...	...

Assim, como já havíamos discriminado anteriormente, observamos unidades de *layout* que se formam de várias unidades base, gerando a presença das chamadas unidades-filhas, i.e., unidades que se originam de uma maior. Outras, por sua vez, equivalem a uma única unidade base, representando ambas características distintas por meio da utilização de um só elemento visual.

4.3 O elemento multimodal nas homepages ministeriais

Com base na presente análise, verificamos que as páginas iniciais de ambos os Ministérios apresentam diversos atributos multimodais, discriminados nas unidades base e de *layout* exibidas, sendo notoriamente exemplos de documentos multimodais. O uso de imagens (em suas mais distintas formas, cores, traços e *design*), textos (com variadas opções de fonte, tamanho, leading, kerning, cores e efeitos), além dos não examinados, embora claramente perceptíveis, vídeos e áudios, faz com que variados modos se unam em prol de uma comunicação com mais recursos e, consequentemente, mais acessível. Destacamos que a percepção da presença dos modos tornou-se mais clara por meio do emprego dos descritores do Modelo GeM, tanto quando analisamos sistematicamente as camadas base, quanto pela forma como as unidades correlatas a tais descritores se uniram, formando o conteúdo exibido pelas conformações de *layout*.

A utilização do Modelo GeM proposto por Bateman (2008) foi totalmente viável, contribuindo para que pudéssemos chegar a conclusão acerca dos níveis de multimodalidade

presentes nos portais do MMA e MJ de forma empírica, prática e mensurável. O modelo em questão nos conferiu a garantia investigativa de que poderíamos considerar tanto numericamente (quantidade de itens analisados) quanto qualitativamente (natureza dos elementos identificados) os dados analisados. Dessa forma, as listas apresentadas na análise da camada base e as estruturações por contornos em cores e as hierarquizadas da camada de *layout* permitiram a consolidação do entendimento de que tratamos ao longo de toda a pesquisa com páginas que correspondem à definição apresentada por Bateman (2008, p.1).

Ainda nesse esteio, e retornando à fundamentação apresentada em nosso referencial teórico, podemos perceber que as unidades base e de *layout* consubstanciam a noção de que os documentos analisados neste projeto – as páginas iniciais dos portais eletrônicos do Ministério do Meio Ambiente e da Justiça no Brasil –, assim como quaisquer outros documentos notadamente multimodais, podem ser interpretados sob a ótica da Gramática Visual de Kress e van Leeuwen. Afirmamos isso, pois a exposição acima nos permite enxergar que as imagens formadoras das homepages procuram expressar determinados significados entre elas mesmas, com o documento como um todo e, principalmente, com o leitor-usuário.

A compreensão de que as unidades mínimas das camadas base e de *layout* trazidas por meio do uso do Modelo GeM podem ser vistas como os elementos formadores de uma gramática visual em muito agrega os estudos na área da multimodalidade e da semiótica social. Dizemos isso, pois vemos em tais unidades as estruturas que indicam, em determinado documento, as interpretações e experiências particulares que podemos perceber por meio das interações sociais estabelecidas com tal documento. Nesse sentido, concordamos com Kress e van Leeuwen (2006) quando predispõem que a gramática visual por eles concebida trata da descrição de um recurso social compartilhado por determinado grupo, o conhecimento explícito e implícito deste grupo sobre o recurso e, também, os usos de tal recurso nas práticas do grupo em questão. Torna-se, em nossa concepção, possível inferir que as unidades mínimas de texto e imagem apresentadas nas homepages governamentais englobam tais aspectos, uma vez que estamos lidando com um registro que abrange determinado grupo (na maioria cidadãos brasileiros) e as práticas dos mesmos com relação ao conteúdo de tal registro (as relações dos cidadãos com o poder executivo em questões de ordem ambiental e de justiça).

Com isso, vemos que um provável entrelaçamento entre os elementos trazidos por Bateman (2008) em seu Modelo GeM e as noções de práticas sociais aplicadas à interpretação de imagens pela Gramática Visual de Kress e van Leeuwen (2006) pode existir, agindo cada qual de forma complementar no entendimento do que são os documentos multimodais. Embora não tenhamos dissertado sobre esse ponto na presente pesquisa, salientamos o que acreditamos ser um caminho de investigação a ser trilhado posteriormente, analisando como tais construtos teóricos podem servir de suporte mútuo em prol de uma teoria da imagem ainda mais robusta.

5 CONCLUSÃO

A presente dissertação teve como fundamento maior a investigação acerca da maneira pela qual as homepages dos portais eletrônicos do MMA e do MJ, com suas feições de novembro de 2013, apresentam a linguagem nos mais variados aspectos multimodais. Procuramos, dessa forma, pesquisar como os diversos modos se fazem presentes nesses documentos multimodais, tomando como base o Modelo GeM de camadas proposto por Bateman (2008).

No tocante ao modelo em questão, focamos nas duas camadas que servem de alicerce para as demais: a camada base e de *layout*. Conforme expusemos nas seções anteriores, cada camada é dotada de particularidades que as distinguem das demais, porém não em processo de exclusão, mas de integração. É nesse sentido que percebemos as unidades da camada base funcionando como as menores partes formadoras do todo multimodal. Sem tais unidades, as demais camadas não encontram suporte de sustentação. Concomitantemente, a camada de *layout* é responsável pelo primeiro encontro entre leitor-usuário e documento, trazendo consigo a própria conformação e apresentação da página.

Para trabalharmos com essas camadas, levantando criteriosamente os elementos que as formam em prol da integralidade das homepages investigadas, adotamos uma definição de multimodalidade pertinente ao objeto de pesquisa, estudando como tais características multimodais se fariam presentes nas páginas eletrônicas. Trouxemos à tona a organização da estrutura básica e de *layout* das páginas iniciais dos portais dos Ministérios da Justiça e do Meio Ambiente à luz do Modelo GeM de Bateman (2008), buscando compará-las, e, dessa maneira, verificar a forma pela qual os órgãos federais expressam as informações oficiais em uma linguagem multimodal.

De forma subjacente a toda essa investigação de ordem mais prática, amparamos nossos parâmetros teóricos de pesquisa nos estudos realizados pela semiótica social, sem nos esquecermos das perspectivas levantadas por Kress e van Leeuwen (2006) em sua gramática visual, objetivando contextualizar a pluralidade das linguagens no entendimento de documentos multimodais. Dessa forma, como veremos em seguida, acreditamos ter conseguido traçar algumas linhas na inter-relação entre a multimodalidade e os princípios da semiótica social.

Com isso em mente, procuramos, ao longo desta análise, responder as perguntas realizadas no início da investigação:

1. Quais elementos multimodais podem ser percebidos nas homepages do Ministério da Justiça e do Meio Ambiente no Brasil?
2. De que forma os elementos multimodais das duas homepages ministeriais se aproximam ou distanciam, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos?
3. Em que medida os aspectos quantitativos e qualitativos de estrutura básica e de layout presentes nas páginas iniciais desses portais eletrônicos contribuem para uma maior pluralidade de modos de expressão do conteúdo de caráter oficial neles presentes?

Utilizando estes questionamentos, apresentaremos, a seguir, as conclusões a que chegamos com o suporte do que foi discutido e apresentado nas seções anteriores.

A primeira pergunta pode ser respondida com base na análise das camadas base e de *layout*, uma vez que as mesmas dissecaram o conteúdo visual dos portais eletrônicos em suas páginas iniciais. Dessa forma, verificamos a presença de elementos referentes a imagens (linguagem imagética), textos (linguagem escrita), sons (linguagem de áudio) e vídeo (ou seja, uma combinação dessas linguagens). Todos esses elementos, em conjunto, se organizam de forma a permitir que as páginas ministeriais cumpram seus objetivos, i.e., veiculem informações que atinjam os usuários dentro do âmbito de atuação das mesmas.

Embora se possa argumentar acerca da ausência dos elementos referentes ao som e ao vídeo, lembramos que estes não fizeram parte do escopo de investigação aqui pretendido, já que delimitamos o campo de busca aos aspectos formadores do campo visual estático, conforme justificado inicialmente. Não poderíamos, entretanto, relegar a importância desses outros elementos, não só por responderem a pergunta em si, mas também por serem fundamentais em outros estudos que procurem investigá-los como recursos semióticos de destaque.

Ainda com relação aos elementos multimodais, notamos que em termos de suas naturezas – imagem, som, áudio e vídeo – as duas homepages apresentam, ao longo de sua estruturação, todos eles, sendo, nesse ponto, igualmente dotadas de elementos multimodais. As duas páginas expressam informações relevantes em seus âmbitos de atuação em um conjunto multimodal de recursos, o que nos leva a inferir que facilitam a leitura dos que delas fazem

uso. Tal uso, por sua vez, acaba se refletindo na forma pela qual o usuário poderá interagir com elas, tendo em vista que o efeito interpessoal – elemento já destacado anteriormente quando falamos da metafunção interpessoal de Halliday (2004) – cria vínculos mais ou menos afetivos[89] entre o intérprete e o documento a ser interpretado, a partir dos elementos visuais e textuais perceptíveis.

A segunda questão trata da maneira pela qual os elementos multimodais de ambos documentos eletrônicos se aproximam ou se distanciam em termos de quantidade e qualidade. Ressaltamos que entendemos por quantidade tanto o número de elementos formadores do documento em sua totalidade (unidades da camada base) quanto o grau de ramificação apresentado pelas unidades da camada de *layout*. Em contrapartida, a qualidade será julgada tomando-se como base principalmente a natureza dos elementos empregados, como podemos observar nos descritores que acompanham as unidades da camada base, presentes nos Gráficos 2 e 3:

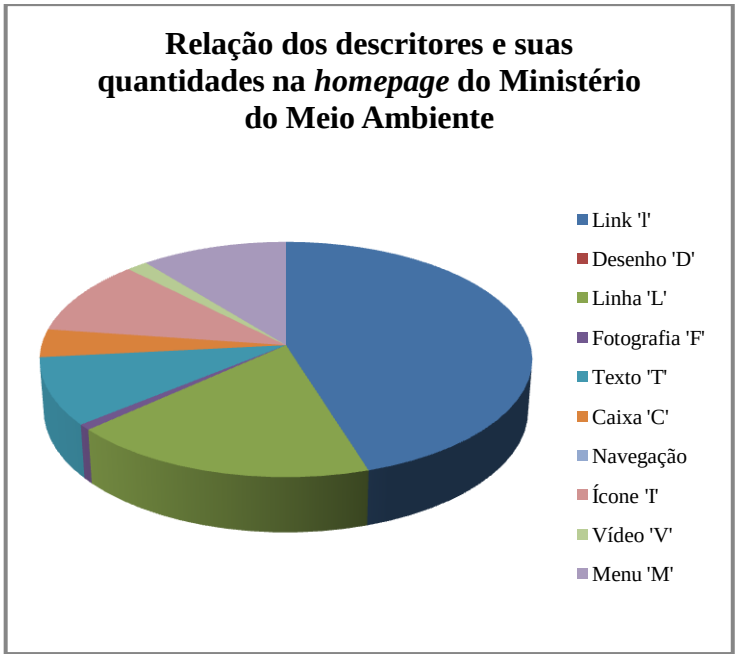

Gráfico 2 – Descritores na homepage do MMA

[89] Relembramos, nesse ponto, os dizeres de Baldry e Thibault (2005) quando aduzem que os elementos visuais, de áudio, textuais, dentre outros, de uma determinada página não só contribuem para um *design* mais significativo do documento, mas também provoca respostas afetivas por parte dos leitores-usuários, de acordo com os contextos sociais em que se encontram imersos.

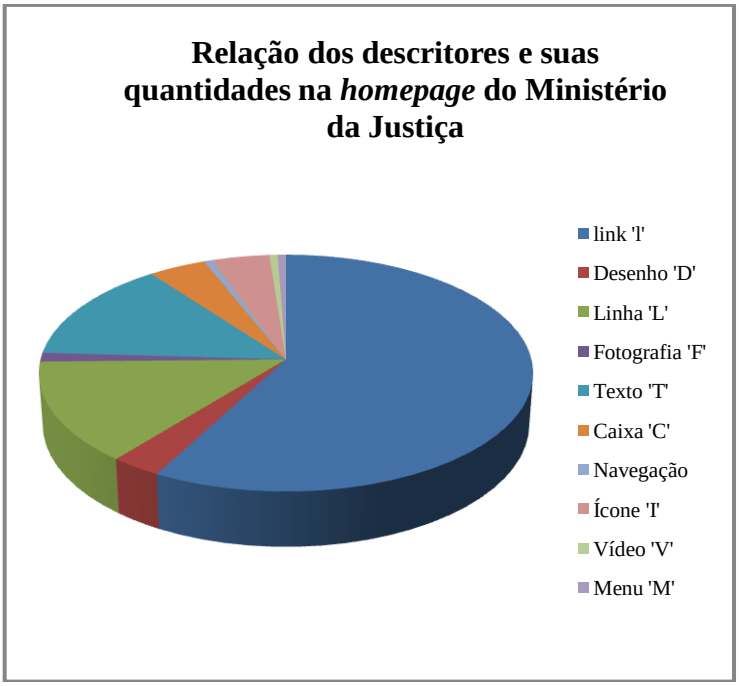

Gráfico 3 – Descritores na homepage do MJ

Os dois gráficos nos permitem perceber que o descritor de maior ocorrência é justamente o relativo aos *links*. Tal resultado não poderia ser diferente, uma vez que estamos justamente lidando com páginas da *Web*, caracteristicamente dotadas desse elemento. Em seguida, podemos verificar que, nas duas páginas iniciais dos portais, o segundo descritor a se destacar dos demais em termos quantitativos é a *linha*. Isso corrobora nosso entendimento de que na realização da informação visual, muitas vezes os produtores de documentos multimodais utilizam, com frequência, determinados elementos que permitam a individualização e/ou agrupamento de certos aspectos visuais em blocos de imagem, o que nos remete à noção de enquadramento de Kress e van Leeuwen. O motivo se dá pela intencionalidade de se veicular a informação desejada por meio da união ou separação de elementos considerados próximos ou diferenciados uns aos outros. Esta talvez seja a razão para notarmos que os descritores *texto* e *caixa* também sejam numericamente perceptíveis, tendo em vista que a linguagem textual e a gráfica em muito se sobrepõem em documentos atuais, oriundos da era digital, como forma de expressar sentido por meio das vantagens que cada recurso tem a oferecer ao leitor-usuário.

Cabe destacar que, quando contrapomos os gráficos acima com as páginas originais, os elementos tipicamente visuais (*desenhos, fotografias* e *ícones*) aparecem em fatias relativamente menores, juntamente com os elementos de *vídeo*, quando seria de se esperar que eles se destacassem mais. A questão é que os gráficos representam a quantidade de descritores

vistos na página, e não a área ocupada na mesma. Assim, embora a fotografia que vemos no *site* do Ministério da Justiça (L1.2.1) seja bastante grande, ocupando em torno de 11% da página (relação da área aproximada da figura – 60,75cm^2 – com a área total da página – 526,5 cm^2 – tomando-se como base a página impressa), a mesma é descrita por apenas um elemento de *layout* e de camada base[90], estando outros elementos visuais em situação semelhante.

Por fim, notamos que os segmentos referentes aos descritores de *navegação* e *menu* também são relativamente menores, embora presentes nas homepages analisadas. Novamente, tendo em vista tratarem-se de documentos originários do meio cibernético, é natural que encontremos os mesmos representados na diagramação estrutural das páginas iniciais dos portais eletrônicos.

As considerações trazidas pela resposta à pergunta dois da pesquisa nos permitem perceber que, em termos quantitativos, a homepage do Ministério do Meio Ambiente encontra-se à frente da do Ministério da Justiça, possuindo, aquela, 259 unidades base, em detrimento das 166 presentes neste. No que diz respeito à questão da natureza dos descritores de ambos documentos, já percebemos uma ligeira compensação, tendo em vista que enquanto a homepage do Ministério da Justiça possui exemplos de cada um dos descritores apresentados nos gráficos anteriores, a do Ministério do Meio Ambiente carece de representantes de *desenho* e *navegação*. Com isto, podemos afirmar que, em termos de multimodalidade, o MJ possui uma pequena vantagem, sendo esta, porém, balanceada pela presença de mais unidades base e, consequentemente, conformações de *layout* mais elaboradas na página do MMA. Tal equilíbrio acaba por se evidenciar também quando percebemos que ambas as páginas iniciais são funcionais (as duas apresentam conteúdo atualizado e pertinente às suas áreas de atuação), possuem uma estruturação visual lógica (passíveis de serem analisadas por ferramentas externas, como se deu pela utilização do Modelo GeM em suas camadas iniciais), além da possibilidade de serem interpretadas tanto em termos visuais (o *design* das páginas) quanto semânticos (por meio das relações de sentido presentes no conteúdo).

[90] Apenas a título de explicação, ressaltamos que outro detalhe que impede um número maior das porções visuais imagéticas é o fato de não termos decomposto, em virtude do propósito desta pesquisa, as imagens em seus sub elementos, tais como cores, sombreamentos, ângulos etc. Aproveitamos para destacar que tal decomposição em muito agrega no entendimento e construção de significados expressos em documentos multimodais, principalmente quando embasados nos princípios da percepção pré-atentiva (leis de percepção visual da Gestalt).

A terceira pergunta vem para averiguar se a multimodalidade encontrada contribui para uma maior pluralidade nos modos de expressar as informações oficiais por parte desses órgãos federais. Embora não tenha sido realizada, na presente pesquisa, nenhuma investigação empírica com os usuários para identificar seus sentimentos e percepções relativos a tais documentos multimodais, seja talvez possível afirmar, com base nos dados coletados, que, em virtude da gama de recursos semióticos à disposição nas duas homepages, ambas têm vários modos para facilitar o entendimento do conteúdo divulgado.

Somos da opinião de que a manutenção e disseminação da informação por meio de um único modo (notadamente o da linguagem escrita textual nos meios oficiais e jurídicos, principalmente), apenas empobrece as possibilidades de interpretação, restringindo o público-alvo apenas àqueles que dominam tal linguagem ou com um bom nível de letramento. A utilização de inúmeros modos contribui, principalmente com o aumento exponencial de ferramentas tecnológicas, a nosso ver, para uma maior democratização do acesso da informação de caráter público, sendo isso dever de um governo que se paute por princípios de transparência, ética e moralidade pública.

O que gostaríamos de ressaltar com tudo isso é que, por anos, existe uma tendência a se deixar que usuários / leitores / aprendizes, por exemplo, descubram por si sós como lidar com o mundo multimodal, não sendo, porém, uma prática aconselhável, uma vez que:

> Tradicionalmente, a capacidade em se lidar com documentos multimodais vem sendo adquirida implicitamente – pelo menos por parte dos aprendizes bem sucedidos. Entretanto, a medida que o uso de modalidades visuais interligadas cresce, devemos nos questionar se poderemos nos dar ao desfrute de continuarmos a nos apoiar em aprender sobre multimodalidade por osmose, implicitamente[91]. (BATEMAN, 2008, p.7)

Concordamos também que esse problema de reconhecimento e apropriação de competência para interpretar textos multimodais transcende os objetivos propostos na presente investigação, embora a mesma lance luzes sobre a necessidade de fazê-lo em uma sociedade como a brasileira. A urgência em adequarmos nossos estudos e matrizes curriculares – desde o ensino básico ao superior – ao que vem sendo trazido pela tecnologia e utilizado na vida

[91] Tradução livre do excerto: "Traditionally, the ability to deal with multimodal documents has been acquired implicitly – at least by successful learners. As the use made of co-deployed and interlinked visual modalities increases, however, the question must be raised as to whether we can afford to continue relying on implicit learning by 'osmosis' for multimodality."

prática em termos multimodais faz-se presente, o que nos leva a destacar a importância da implantação e aprimoramento do conceito de multiletramento para todos. Ecoamos as palavras de Bateman (2008) quando diz que para se "[...] fazer progresso nesse campo, precisamos colocar a *multimodalidade* no topo de nossas agendas de pesquisa[92]" e mais além, no topo das práticas diárias nas mais diversas áreas do conhecimento.

É nesse sentido, então, que percebemos a necessidade de compreendermos todo e qualquer documento multimodal, não apenas as páginas investigadas nesta pesquisa, como fonte rica de aprendizagem ao apresentar em sua natureza a integração dos mais variados modos e recursos semióticos por meio da utilização consciente do espaço. As páginas iniciais dos portais ministeriais tornam-se, assim, um ambiente em que diversas linguagens se justapõem e complementam-se, proporcionando um aumento exponencial dos potenciais de significados por elas pretendidos.

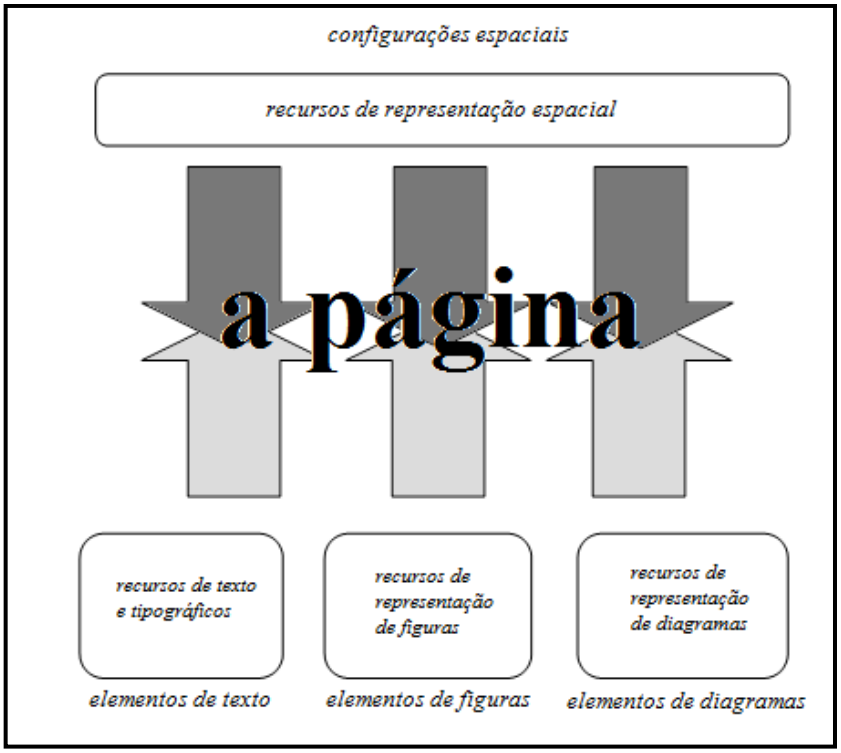

Figura 30 – A página como ambiente de cooperação e integração de modos semióticos diversos (BATEMAN, 2008, p.106)

É relevante frisar os limites que nos guiaram, ao longo da dissertação, principalmente de ordem temporal, para justificarmos a escolha de apenas duas homepages governamentais,

[92] Tradução livre do excerto: "To make progress here, we need to place 'multimodality' as such very much higher on our research agenda."

dentro da miríade de documentos multimodais existentes de ordem oficial por parte dos municípios, estados, autarquias, dentre outros entes que formam a União brasileira. Limitamo-nos aos dois aqui tratados por julgarmos que representam de forma relativamente fiel os demais que podemos achar na *Web*. Todavia, destacamos que seria conveniente a realização de pesquisas futuras que pudessem analisar com maior grau de detalhamento outras homepages que tragam, em seu conteúdo, informações úteis aos cidadãos.

Dentro dessa enorme gama de documentos multimodais que nos cercam atualmente, destacamos o papel preponderante que a Semiótica Social exerce sobre os estudos acerca da multimodalidade, conforme apresentamos em nosso referencial teórico. Entendendo aquela como uma abordagem sócio-comunicativa, torna-se possível afirmar que diversos *meios* são usados para expressar determinado sentido nos vários contextos sociais. Salientamos que os *modos*, de acordo com seus atributos, se revelam em termos visuais, escritos, orais, gráficos etc. em função das particularidades do contexto específico em que se encontram.

Nessa linha, vemos que, diante da complexidade inerente às relações sociais, os modos utilizados pelos indivíduos em contextos de interação também são vastos e múltiplos. Tal efeito acaba por ressaltar novamente o papel da Semiótica Social nos estudos da *multi*modalidade, uma vez que os modos de comunicação – dentro dos princípios da Semiótica Social – moldam a sociedade e as relações sociais, culturais e históricas desenvolvidas dentro dela. Concordamos, então, que:

> No contexto da multimodalidade, todos os modos devem ser estudados com um foco nas *escolhas* subjacentes disponíveis aos comunicadores, nos recursos de ***potenciais significativos e nos propósitos*** pelos quais tais escolhas foram feitas. De uma perspectiva da Semiótica Social, isso inclui estudar como os comunicadores criam textos (incluindo o papel da tecnologia) e como as pessoas interpretam textos[93] (GLOSSARY OF MULTIMODAL TERMS, 2012) (grifo nosso)

Notamos com isso que, dentro da perspectiva multimodal, escolhas, potenciais significativos e propósitos permearão a forma pela qual as pessoas comunicar-se-ão nos mais diversos contextos sociais. Tomando a linguagem em seus mais diversos modos, então, podemos

[93] Tradução livre do excerto: "In the context of multimodality, the implication is that all modes should be studied with a view to the underlying choices available to communicators, the meaning potentials of resources and the purposes for which they are chosen. From a social semiotic perspective, this includes study of how communicators create texts (including the role of technology) and how people interpret texts."

enxergá-la através de uma orientação funcional em que as práticas sociais se realizam por meio de atos comunicativos dotados de inúmeras possibilidades de sentido.

Cremos, assim, ser importante que, em momento oportuno, outras pesquisas sejam feitas no campo da multimodalidade, levando-se em conta também seus aspectos retóricos e discursivos, de gênero e interação, uma vez que seu vasto campo ainda enseja muitos estudos sobre seu impacto não apenas de ordem linguística, mas também nos consequentes desdobramentos que sua natureza tem em todos os campos do conhecimento humano. Com o avanço da tecnologia, independentemente de sua área de atuação, muito ainda existirá para se investigar sobre a proliferação porvir de recursos multimodais e a maneira como lidaremos com os mesmos.

Como pesquisador da área de linguística aplicada e professor de inglês em escolas livres, recomendo as seguintes diretrizes pedagógicas com base no trabalho desenvolvido nesta pesquisa:

● Maior ênfase no ensino de linguagens – quer seja da área de exatas, humanas ou biológicas – com base nos elementos multimodais, tendo em vista que eles vêm para agregar informação e recursos aos documentos em que se encontram;
● Produção de conteúdos que se pautem pelo maior predomínio de recursos modais, em uma tentativa de aumentar as possibilidades de compreensão de quaisquer documentos – quer sejam eles oficiais, como os investigados nessa dissertação, ou mais informais, como *blogs*, artigos de revista etc. – por parte dos leitores;
● Promover a aproximação entre tecnologia, acessibilidade à informação e letramento, vendo-se estes como uma tríade formada em prol de uma maior transparência da linguagem utilizada no contexto dos órgãos oficiais brasileiros, culminando, finalmente, em uma maior democratização dos recursos digitais e do conteúdo veiculado pelos mesmos.

Tais propostas, acredito, podem ser levadas à prática caso nós, pesquisadores, investiguemos mais sobre as relações existentes entre os elementos formadores de documentos multimodais – como proposto no Modelo GeM – e a compreensão do papel dos modos semióticos no cotidiano da sociedade e em suas práticas diárias que envolvam a linguagem. A combinação de modos semióticos ensejará não apenas a possibilidade de um entendimento mais holístico

da forma como nos comunicamos atualmente, mas também o vislumbre de como poderemos interagir uns com os outros no futuro, por meio de textos cada vez mais multimodais.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS. *O judiciário ao alcance de todos:* noções básicas de Juridiquês. Brasília: AMB, 2007. 76 p. Disponível em: <http://www.amb.com.br/portal/juridiques/livro.pdf> Acesso em: 21 dez. 2013.

BALDRY, Anthony; THIBAULT, Paul J. *Multimodal transcription and text analysis*: a multimedia toolkit and coursebook. London; Oakville, CT: Equinox, 2005.

BARTHES, Roland. *Elements of Semiology*. New York: Hill and Wang, 1968.

BATEMAN, John A. *Multimodality and genre:* a foundation for the systematic analysis of multimodal documents. Basingstoke [England]; New York: Palgrave Macmillan, 2008.

BEZERRA, Benedito Gomes. *Gêneros introdutórios mediados pela Web*: o caso da homepage. Hipertextus revista digital (UFPE), v.1, p. 1-10, 2007. Disponível em: <http://www.hipertextus.net/volume1/artigo4-benedito-bezerra.pdf> Acesso em: 14 nov. 2013.

COPE, Bill; KALANTZIS, Mary. *A Grammar of Multimodality*. The International Journal of Learning. v.16, pp. 361-425, 2009. Disponível em: <http://www.academia.edu/2804113/JOURNAL_ofLEARNING> Acesso em: 17 out 2013.

DALEY, Elizabeth. *Expanding the concept of literacy.* Educause Review, 2003. Disponível em: <http://net.educause.edu/ir/library/pdf/erm0322.pdf> Acesso em: 25 out 2013.

DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. *Gêneros textuais em livros didáticos de língua estrangeira*: o que falta? In: DIAS, Reinildes; CRISTÓVÃO, Vera Lúcia Lopes. (Org.). *O livro didático de língua estrangeira* - múltiplas perspectivas. 1ed. Campinas: Mercado das Letras, 2009, p. 99-120.

DIAS, Reinildes. *Gêneros digitais e multimodalidade*: oportunidades on-line para a escrita e a produção oral em inglês no contexto da educação básica. In: DIAS, Reinildes; DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. *Gêneros textuais*: teoria e prática de ensino em LE. Campinas: Mercado das Letras, 2012. p. 295-315.

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

DUARTE, Viviane Martins. *Textos multimodais e letramento*: habilidades na leitura de gráficos da Folha de São Paulo em um grupo de alunos do ensino médio. 2008. 218 f., enc.: Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

GIBSON, James Jerome. *The ecological approach to visual perception*. New York: Taylor & Francis, 1986.

GLOSSARY OF MULTIMODAL TERMS. Desenvolvido por MODE, 2012. Disponível em: <www.multimodalityglossary.wordpress.com> Acesso em: 12 dez. 2013.

GOMES, Luiz Fernando. Hipertexto no Cotidiano escolar. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

HALLIDAY, M. A. K. *Pinpointing the choice*: meaning and the search for equivalents in a translated text. In: MAHBOOB, Ahmar; KNIGHT, Naomi et al. *Appliable Linguistics*. London & New York: Bloomsbury, 2010.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 3. ed. London: Hodder Education an Hachette UK Company, 2004.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

HODGE, Bob; KRESS, Gunther. *Social semiotics*. Cambridge: Polity Press, 1988.

JEWITT, Carey.; KRESS, Gunther. (ed.). *Multimodal Literacy*. New York: Peter Lang, 2003.

LEMKE, Jay. *Towards Critical Multimedia Literacy:* Technology, Research, and Politics. In: MCKENNA, Michael; REINKING, David; LABBO, Linda; KIEFFER, Ronald. *Handbook of Literacy and Technology* v.2.0. Erlbaum (LEA Publishing), 2005.

KRESS, Gunther; van LEEUWEN, Theo. *Reading images: the grammar of visual design*. 2. ed. London; New York: Routledge, 2006.

MARCHUSCHI, Luís Antônio. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCHUSCHI, Luís Antônio; XAVIER, Antônio Carlos. *Hipertexto e gêneros digitais*: novas formas de construção de sentido. RJ: Editora Lucerna, 2004.

MARCUSCHI, Luís Antônio. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade* In: DIONÍSIO, Ângelo. et al. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. pp.19-36.

MOTTA-ROTH, Désirée.; REIS, Susana Cristina dos; MARSHALL, Débora. O gênero página pessoal e o ensino de produção textual em inglês. In: ARAÚJO, Júlio César. (Org.). *Internet & ensino*: novos gêneros, outros desafios. 1.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, v. 1, p. 126-143.

NASCIMENTO, Roseli Gonçalves do; BEZERRA, Fábio Alexandre Silva; HEBERLE, Viviane Maria. *Multiletramentos*: iniciação à análise de imagens. Linguagem & Ensino (UCPel. Impresso), v. 14, p. 529-552, 2011. Disponível em: <http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rle/article/view/38/24> Acesso em: 10 nov. 2013.

RIBEIRO, Ana Elisa Ferreira ; COSCARELLI, Carla Viana ; ROCHA, Jorge . *Linguagem, tecnologia e gêneros textuais*: dez anos de diálogo com Luiz Antônio Marcuschi.. Revista da ANPOLL (Impresso), v. 1, p. 169-190, 2010.

ROWSELL, Jennifer. *Working with multimodality*: rethinking literacy in a digital age. Routledge: New York, 2013.

SANTOS, Záira Bomfante dos. *Aspectos semióticos e lexicogramaticais de peças publicitárias : a construção de uma leitura multimodal*. 2009. 144 f., enc.: Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Course in General Linguistics*. Glasgow: Fontana, 1977.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23.ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez 2007. 304 p.

SOARES, Fabiana de Menezes. Notas introdutórias sobre elaboração legislativa: raízes e boas práticas entre Brasil e Canadá. *Revista da Faculdade de Direito UFMG*, Belo Horizonte, ed. Jornadas Jurídicas Brasil-Canadá, p. 153-168, 2013.

SOARES, Fabiana de Menezes; JARDIM, Tarciso Dal Maso; HERMONT, Thiago. *Lei de Acesso à Informação no Brasil*: o que você precisa saber. Brasília: Senado Federal, 2013.

STREET, Brian. *Os novos estudos sobre o letramento*: histórico e perspectivas. In: MARINHO, Marildes; CARVALHO, Gilcinei Teodoro. *Cultura, escrita e letramento*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. pp. 33-52

SWALES, John. *Genre analysis: English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

LEEUWEN, Theo van. *Introducing social semiotics*. London; New York: Routledge, 2005.

VIEIRA, Ana Regina Ferraz. *Retórica e Multimodalidade do PowerPoint Educativo*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. 2011.

WILLIAMS, Robin, TOLLETT, John. *The non-designer's Web book*: an easy guide to creating, designing, and posting your own *Websites*. 3rd ed. Berkeley: Peachpit Press, 2006.

ANEXOS

ANEXO A – Tabela das unidades base do Ministério do Meio Ambiente do Brasil – Parte 1

U001 L caixa azul	U025 T Brasília...	U049 M Agua	U073 M Educação
U002 l balão amarelo	U026 C caixa branca	U050 L linha horizontal	U074 L linha horizontal
U003 T Acesso...	U027 T Buscar	U051 I seta verde para direita	U075 I seta verde para direita
U004 l balão amarelo	U028 l caixa amarela	U052 M Apoio...	U076 M Florestas
U005 T Brasil	U029 l OK	U053 L linha horizontal	U077 L linha horizontal
U006 l símbolo da bandeira	U030 L linha horizontal	U054 I seta verde para direita	U078 I seta verde para direita
U007 C caixa cinza	U031 M Acesso...	U055 M Areas...	U079 M Gestão
U008 F fotografias	U032 L traço	U056 L linha horizontal	U080 L linha horizontal
U009 l A+	U033 M O Ministério	U057 I seta verde para direita	U081 I seta verde para direita
U010 l A-	U034 L traço	U058 M Biodiversidade	U082 M Governança...
U011 l A	U035 M Assuntos...	U059 L linha horizontal	U083 L linha horizontal
U012 l fr	U036 L traço	U060 I seta verde para direita	U084 I seta verde para direita
U013 l t	U037 M Colegiados	U061 M Biomas	U085 M Patrimônio...
U014 l youtube	U038 L traço	U062 L linha horizontal	U086 L linha horizontal
U015 l f	U039 M Comunicação	U063 I seta verde para direita	U087 I seta verde para direita
U016 T Ministério...	U040 L traço	U064 M Cidades...	U088 M Responsabilidade...
U017 T Meio Ambiente	U041 M Concursos...	U065 L linha horizontal	U089 L linha horizontal
U018 l Perguntas...	U042 L traço	U066 I seta verde para direita	U090 I seta verde para direita
U019 L traço	U043 M Legislação	U067 M Clima	U091 M Segurança...
U020 l Mapa...	U044 L traço	U068 L linha horizontal	U092 L linha horizontal
U021 L traço	U045 M Publicações	U069 I seta verde para direita	U093 I seta amarela para baixo
U022 l Links...	U046 L linha horizontal	U070 M Desenvolvimento...	U094 M Programas...
U023 L traço	U047 C caixa branca	U071 L linha horizontal	U095 T Neste espaço...
U024 l Fale...	U048 I seta verde para direita	U072 I seta verde para direita	U096 L linha horizontal

Legenda dos descritores
C: caixa; D: Desenho; I: ícone; F: fotografia; L: linha; l: *link*; M: menu; N: navegação;T: texto; V: vídeo.

ANEXO A – Tabela das unidades base do Ministério do Meio Ambiente do Brasil – Parte 2

U097 C caixa cinza	U121 11/11/2013...	U145 l caixa cinza	U169 113 GEO
U098 T Destaques	U122 L linha horizontal	U146 123/11/2013	U170 T Gera...
U099 F fotografia	U123 11/11/2013...	U147 1 IV Conferência...	U171 1 Licenciamento...
U100 C caixa	U124 L linha horizontal	U148 L linha horizontal	U172 T Consulta...
U101 11	U125 M seta para baixo	U149 l caixa cinza	U173 1 Sigepro
U102 12	U126 l caixa borda branca	U150 125/11/2013	U174 T Sistema...
U103 13	U127 1 Meio ambiente...	U151 1 Aprendizagens...	U175 1 SINIMA
U104 14	U128 l caixa branca	U152 L linha horizontal	U176 T Sistema...
U105 1 Brasil...	U129 l balão amarelo	U153 1 +Eventos	U177 L linha horizontal
U106 l caixa borda branca	U130 1 Acesso...	U154 T Outros destaques	U178 C caixa cinza
U107 1 Mais notícias...	U131 1 Cuidando...	U155 1 Cadastro...	U179 l caixa branca
U108 1 Mais notícias...	U132 V desenho	U156 T Regularização...	U180 l desenho
U109 1 Link laranja	U133 1 Bolsa...	U157 1 Controle...	U181 1 SINIR
U110 C caixa	U134 V fotografia	U158 T Monitoramento...	U182 1 Sistema...
U111 M seta para cima	U135 L linha horizontal	U159 1 Patrimônio...	U183 l caixa amarela
U112 C caixa branca	U136 1 Mensagem...	U160 T Processos...	U184 l hotsite
U113 1 Aviso de pauta...	U137 V vídeo	U161 1 Portal...	U185 1 Vamos
U114 L linha horizontal	U138 l caixa borda branca	U162 T Informações...	U186 1 Cuidar do
U115 112/11/2013...	U139 1 Mais...	U163 1 Produção	U187 1 Brasil
U116 L linha horizontal	U140 1 A3P	U164 T Plano...	U188 l desenho
U117 112/11/2013...	U141 V desenho	U165 L linha vertical	U189 14ª Conferência...
U118 L linha horizontal	U142 l caixa borda branca	U166 T Serviços	U190 1 Resíduos...
U119 112/11/2013...	U143 1 Fotos	U167 1 Emergências...	U191 l caixa laranja
U120 L linha horizontal	U144 T Eventos	U168 T Comunicado...	U192 1 Acesse aqui

Legenda dos descritores

C: caixa; D: Desenho; I: ícone; F: fotografia; L: linha; l: *link*; M: menu; N: navegação;T: texto; V: vídeo.

ANEXO A – Tabela das unidades base do Ministério do Meio Ambiente do Brasil – Parte 3

U193 l caixa cinza	U217 l IBAMA	U241 l Conama
U194 I 1	U218 L traço vertical	U242 I seta para direita
U195 l caixa cinza	U219 l ICMBIO	U243 l Fundo...
U196 I 2	U220 L traço vertical	U244 I seta para direita
U197 l caixa cinza	U221 l Jardim...	U245 l Política sobre...
U198 I 3	U222 L traço vertical	U246 I seta para direita
U199 C caixa cinza	U223 I Serviço...	U247 l Política...
U200 I caixa borda branca	U224 L linha horizontal	U248 l caixa verde e branca
U201 M seta para esquerda	U225 T Ministério...	U249 l bandeira do Brasil
U202 l caixa branca	U226 T Todos...	U250 l Controladoria
U203 l desenho	U227 l Joomla!	U251 l Portal de transparência
U204 l Bolsa verde	U228 I seta para direita	U252 l caixa verde e branca
U205 l caixa amarela	U229 l Acesso...	U253 l Transparência
U206 l Consulta...	U230 I seta para direita	U254 l Pública
U207 l caixa colorida	U231 l Agenda...	U255 l caixa amarela
U208 l Demanda...	U232 I seta para direita	U256 l O Brasil...
U209 l Fundo...	U233 l Editais...	U257 l brasil.gov.br
U210 l caixa borda branca	U234 I seta para direita	U258 l desenho de mão
U211 M seta para direita	U235 l Endereços...	U259 L linha horizontal
U212 C caixa cinza	U236 I seta para direita	
U213 L linha horizontal	U237 l Licitações...	
U214 T Orgãos...	U238 I seta para direita	
U215 l Agência...	U239 l Quem...	
U216 L traço vertical	U240 I seta para direita	

Legenda dos descritores
C: caixa; D: Desenho; I: ícone; F: fotografia; L: linha; l: *link*; M: menu; N: navegação;T: texto; V: vídeo.

ANEXO B – Tabela das unidades base do Ministério da Justiça do Brasil – Parte 1

U001 L caixa preta	U024 C caixa azul	U047 l caixa cinza	U070 l #DiadaBandeira
U002 l balão amarelo	U025 l Acesso...	U048 l Videos	U071 N barra de rolamento
U003 l Acesso...	U026 l O Ministério	U049 l caixa cinza	U072 L contorno
U004 l balão amarelo	U027 l Agendas	U050 l Imagens	U073 L linha horizontal
U005 l Brasil	U028 l Sala de Imprensa	U051 L contorno	U074 T Ultimos...
U006 l símbolo da bandeira	U029 L contorno	U052 C caixa azulada	U075 C caixa
U007 l Ministério da	U030 l contorno	U053 T Encontre-nos...	U076 D lupa
U008 l Justiça	U031 l desenho	U054 l caixa esverdeada	U077 I seta azul para direita
U009 D figura	U032 l Alerta...	U055 l desenho	U078 l Alerta...
U010 T Poder...	U033 T 20/11/13 11:06	U056 l Direito...	U079 I seta azul para direita
U011 l caixa cinza	U034 T parágrafo	U057 l Eu...	U080 l Concurso:...
U012 l balão	U035 l contorno	U058 l Ministério da Justiça	U081 I seta azul para direita
U013 l Ouvidoria-Geral	U036 l figura	U059 l caixa azul clara	U082 l Brasil...
U014 l A-	U037 l Curso de	U060 l desenho de mão	U083 I seta azul para direita
U015 l A	U038 l prevenção	U061 l Curtir	U084 l Curso...
U016 l A+	U039 l para Educadores...	U062 L linha horizontal	U085 I seta azul para direita
U017 l Seus direitos	U040 l MJ, MEC...	U063 l caixa esverdeada	U086 l Entidades...
U018 l Sua proteção	U041 T 19/11/13 11:29	U064 l desenho	U087 I seta azul para direita
U019 l Sua segurança	U042 T parágrafo	U065 l Direito...	U088 l Maioria
U020 F fotografia	U043 l caixa azul	U066 l Eu...	U089 l mais
U021 l caixa azulada de borda branca	U044 l Facebook	U067 l Ministério da Justiça	U090 l setas
U022 l Curso...	U045 l caixa cinza	U068 T parágrafo	U091 L linha horizontal
U023 l MJ e Enfam...	U046 l Twitter	U069 l #JustiçaGovBr	U092 V Video

Legenda dos descritores
C: caixa; D: Desenho; I: ícone; F: fotografia; L: linha; l: *link*; M: menu; N: navegação;T: texto; V: vídeo.

ANEXO B – Tabela das unidades base do Ministério da Justiça do Brasil – Parte 2

U093 l Veja mais...	U116 L traço vertical	U139 l Reforma...	U162 T Justiça
U094 l caixa verde de borda escura	U117 l Cidadania	U140 L traço vertical	U163 T Governo...
U095 l figura	U118 L traço vertical	U141 l Segurança...	U164 T Brasil
U096 l Prêmio...	U119 l Cooperação...	U142 L traço vertical	U165 D símbolo da bandeira
U097 l combate...	U120 L traço vertical	U143 l Tráfico...	U166 T País rico...
U098 l PNCP	U121 l Combate...	U144 L traço vertical	
U099 l 2013	U122 L traço vertical	U145 l Webmail	
U100 C caixa cinza	U123 l Direito...	U146 D figura	
U101 l contorno	U124 L traço vertical	U147 I símbolo	
U102 l f	U125 l Elaboração...	U148 T 2013	
U103 l contorno	U126 L traço vertical	U149 T Ministério...	
U104 l figura	U127 l Depen-Execução...	U150 T Esplanada...	
U105 l contorno	U128 L traço vertical	U151 C caixa escura	
U106 l Youtube	U129 l Estrangeiros	U152 D desenho	
U107 l contorno	U130 L linha horizontal	U153 T Direito...	
U108 l figura	U131 l Institucional	U154 T Eu...	
U109 l contorno	U132 L traço vertical	U155 F fotografia	
U110 C figura	U133 l Lavagem...	U156 T Você...	
U111 M contorno	U134 L traço vertical	U157 T Quem...	
U112 C figura	U135 l Políticas	U158 T Exija...	
U113 l contorno	U136 L traço vertical	U159 T Secretaria...	
U114 L figura	U137 l Pronasci	U160 T Consumidor	
U115 l Acesso...	U138 L traço vertical	U161 T Ministério da	

Legenda dos descritores
C: caixa; D: Desenho; I: ícone; F: fotografia; L: linha; l: *link*; M: menu; N: navegação;T: texto; V: vídeo.